

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Banco e FNE

Em R\$ MIL

Posição: 30.06.2020

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 1º SEMESTRE DE 2020

BANCO DO NORDESE DO BRASIL S.A, Sede: Av. Dr. Silas Munguba, 5700 Fortaleza – Ceará – Capital Aberto – CNPJ 07.237.373/0001-20

PALAVRA DO PRESIDENTE

O Banco do Nordeste aplicou, no primeiro semestre deste ano, R\$ 18,35 bilhões na economia de sua área de atuação, que compreende a região Nordeste, o norte de Minas Gerais e o norte do Espírito Santo. Foram mais de 2,4 milhões de operações que beneficiaram empreendimentos de todos os segmentos e portes.

Fechamos o primeiro semestre com lucro líquido acumulado de R\$ 332,5 milhões. Quando se considera o lucro líquido recorrente, verifica-se incremento de R\$ 54,2 milhões em relação ao mesmo período do ano passado (R\$ 538,7 milhões em junho/2020, comparado com os R\$ 484,6 milhões em junho de 2019).

Convém destacar que os investimentos deste ano foram realizados em contexto desafiador para as economias em todo o mundo, abaladas pela grave crise sanitária decorrente da pandemia de Covid-19, infecção causada pelo novo coronavírus Sars-CoV-2. Diante desse cenário, análises do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (Etene) apontam, para a economia nordestina, consideráveis efeitos decorrentes de medidas de distanciamento e isolamento social necessárias para conter a propagação da doença, que atingiu de maneira mais contundente o Nordeste a partir de março e determinou paralisações de sistemas produtivos e fechamentos temporários e definitivos de empreendimentos em diversos setores.

Nesse cenário, foram de fundamental importância para a economia regional os recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), administrados pelo Banco do Nordeste. Os créditos direcionados ao propósito de fomentar a produção em todos os segmentos e portes, em áreas urbanas e rurais, destacadamente no Semiárido, atuaram de maneira determinante para minimizar os efeitos da crise, contribuindo para manutenção de empregos, incremento de renda e inclusão social e financeira.

Orientado pela Programação Anual do FNE, o Banco do Nordeste contratou, no primeiro semestre de 2020, o montante de R\$ 12,51 bilhões com recursos do Fundo. Desses, R\$ 9,64 bilhões foram destinados aos setores Rural (Agricultura, Pecuária), Agroindustrial, Industrial, Comércio e Serviços, Turismo, enquanto R\$ 2,81 bilhões aplicados em projetos de Infraestrutura.

O impacto econômico em decorrência da pandemia afetou a demanda por investimentos em Infraestrutura, o que provocou reflexos na retração de 6,8% do volume global de recursos do FNE investidos no primeiro semestre de 2020, se comparado ao montante aplicado no mesmo período do ano passado. No entanto, para os demais segmentos, o Banco do Nordeste avançou, incrementando em 26,3% o volume de financiamentos firmados no primeiro semestre deste ano em relação ao mesmo intervalo do ano anterior.

Os setores de Comércio e Serviços e de Turismo estão entre os mais afetados pelas mudanças de comportamento dos consumidores determinadas pelas normas de distanciamento social implantadas para o enfretamento da pandemia. Ciente de seu papel para o fomento da economia regional, o BNB reforçou os investimentos nesses setores, ampliando as aplicações em 41,7% para o setor de Comércio e Serviços e 61,4% para o setor de Turismo frente ao aplicado no mesmo período de 2019.

Nesse contexto, o Banco do Nordeste procurou ser suporte àqueles que possuem uma menor retaguarda para enfrentar turbulências. Por isso, as micro e pequenas empresas estiveram, ainda mais, no foco do trabalho no primeiro semestre. Foram atendidas 18.111 micro e pequenas empresas, por meio de 24.214 operações de crédito, aplicando, assim, R\$ 2,23 bilhões em financiamentos com recursos internos e do FNE. O montante apresenta crescimento de 28% frente ao aplicado no primeiro semestre de 2019, com crescimento de 29,5% no número de clientes atendidos. As micro e pequenas empresas que atuam no Comércio foram as que mais demandaram crédito, contratando R\$ 1,19 bilhão, ou seja, metade do volume total destinado às empresas desse porte.

Para preservar ou recuperar atividades produtivas em municípios em situação de emergência ou estado de calamidade pública reconhecidos pelo Poder Executivo Federal em decorrência da pandemia de Covid-19, foi instituída, em abril deste ano, a nova linha de crédito FNE Emergencial. Até junho, a nova possibilidade de financiamento já havia concedido R\$ 788,9 milhões, por meio de 10.377 operações contratadas. Dentre microempreendedores individuais (MEIs), cooperativas e empresas que se beneficiaram com prazos e carências especiais e taxa de juros de 2,5% a.a., destacaram-se novamente as micro e pequenas empresas, que absorveram 86,4% do total financiado.

Com o Crediamigo, o Banco do Nordeste manteve a liderança como gestor do maior programa de microcrédito produtivo orientado urbano da América do Sul. Nesse período de retração da economia, o programa ofereceu apoio a milhões de empreendedores formais e informais que tiveram suas vendas ou a procura por seus serviços afetadas. Para isso, no primeiro semestre, foram firmadas mais de 2 milhões de operações, fazendo crescer em 3,87% o volume de recursos aplicados frente ao primeiro semestre do ano passado e ultrapassando, nos seis primeiros meses de 2020, a cifra de R\$ 4,95 bilhões contratados.

Na área rural, o Banco do Nordeste vem atuando com a pulverização do crédito, levando os benefícios do estímulo financeiro a milhares de famílias. Com apenas 8,3% da rede bancária instalada em sua área de atuação, a Instituição permanece líder de mercado ao aplicar 55,1% do crédito rural ofertado no território. Além das linhas de crédito, o BNB promove ainda assessoria técnica, ofertada por meio de instituições parceiras, e estimula a produção de soluções inovadoras que favoreçam a produtividade no campo.

Foi assim que o Banco do Nordeste contratou 3.949 operações de crédito com produtores rurais pessoas físicas no primeiro semestre, por meio das quais R\$ 1,64 bilhão foram investidos, valor 33% superior ao contratado no mesmo período de 2019. Do total de operações com esse segmento, 92% foram firmadas com mini e pequenos produtores rurais, que contrataram 51% do total aplicado em 2020. Somente em recursos do FNE direcionados a esse público, foram empregados R\$ 836,7 milhões, 27% a mais que os valores contratados no mesmo período do ano passado.

Com agricultores familiares, por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Banco do Nordeste realizou, no primeiro semestre, 251,4 mil financiamentos, totalizando R\$ 1,49 bilhão aplicado. Desse volume, 76,6% chegaram a produtores do Semiárido, área mais desafiada por suas condições naturais e socioeconômicas. Comparando o total aplicado por meio do Pronaf na região nos primeiros seis meses de 2019, verifica-se aumento de 12,17% nos investimentos e de 10,56% na quantidade de operações firmadas neste ano.

Ainda com a atenção voltada ao pequeno produtor rural, mas empregando a já reconhecida metodologia do microcrédito orientado, o programa Agroamigo investiu, em seis meses, R\$ 1,24 bilhão, por meio de 242,9 mil operações. Em termos de volume de recursos, o crescimento foi de 12,2% frente ao primeiro semestre de 2019. Do total investido, 76,7% dos recursos foram destinados ao Semiárido.

O Banco do Nordeste respondeu tempestivamente aos desafios que se apresentaram no primeiro semestre de 2020. Foram estabelecidos protocolos sanitários para tornar nossas 292 agências, 481 unidades de microcrédito urbano e 215 unidades de microcrédito rural espaços seguros para nossas equipes e clientes. Readequamos processos para intensificar os negócios por meios digitais. Oferecemos condições especiais para novas contratações e repactuamos financiamentos amparados em dispositivos legais. Colocamos centenas de colaboradores em regime de teletrabalho assegurando a produtividade necessária para alcançar os resultados agora apresentados. E assim mantivemos firme a confiança dos empreendedores neste braço que lhe serve de apoio para enfrentar desafios e construir um Nordeste ainda mais forte.

Romildo Carneiro Rolim
Presidente

1. DESTAQUES

Apresentam-se a seguir os destaques da atuação do Banco do Nordeste em resultados, produtos lançados, parcerias e prêmios/reconhecimentos no primeiro semestre de 2020:

Resultados

- ✓ Banco do Nordeste encerra primeiro semestre com aplicações de R\$ 18,35 bilhões
- ✓ Banco do Nordeste contrata R\$ 50 milhões em projetos de energia solar para pessoa física
- ✓ FNE Emergencial atinge R\$ 788,9 milhões em aplicações

Produtos

- ✓ Banco facilita condições para regularização de dívidas no Crediamigo
- ✓ Banco do Nordeste oferece repactuação emergencial para agronegócio
- ✓ BNB disponibiliza capital de giro a 0,35% ao mês para micro e pequenas empresas
- ✓ Banco do Nordeste prorroga prazo de pagamento de prestações do Crediamigo
- ✓ Para minimizar efeitos do Covid-19, BNB prorroga financiamentos e anuncia novos créditos
- ✓ Primeira linha de crédito da América Latina para *startups* marca inauguração de hub de inovação do BNB, no Porto Digital
- ✓ Banco do Nordeste assina primeiro contrato da linha FNE Startup
- ✓ Governo Federal lança crédito emergencial para operacionalização pelo BNB no Nordeste
- ✓ Fundos de Investimentos do BNB reduzem taxas de administração

Parcerias

- ✓ Banco do Nordeste e Codevasf assinam acordo de cooperação, em Petrolina
- ✓ Parceria entre BNB e Sebrae viabiliza acesso a crédito para MPEs alagoanas
- ✓ Banco do Nordeste e a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) assinam acordo de cooperação técnica
- ✓ Banco do Nordeste inaugura Hub de Inovação no Porto Digital, em Recife
- ✓ Banco do Nordeste e Dnocs estreitam parceria
- ✓ Banco do Nordeste e Icatu Seguros anunciam parceria para distribuição de seguros
- ✓ Banco do Nordeste, Sebrae e Findes realizam *live* sobre crédito para o norte do Espírito Santo

Prêmios/Reconhecimentos

- ✓ Banco do Nordeste tem melhor *performance* entre bancos brasileiros, aponta revista especializada inglesa
- ✓ Banco do Nordeste é reconhecido pela Febraban com selos de autorregulação bancária
- ✓ Programa Bolsista do BNB recebe premiação do CIEE
- ✓ O Banco do Nordeste obteve a primeira colocação no *Ranking* de Qualidade de Ouvidorias do Banco Central, no segundo trimestre de 2020.

- ✓ Reconhecimento pelo Banco Central da atuação destacada da Auditoria Interna e do Comitê de Auditoria.

2. MODELO DE NEGÓCIOS

A atuação do Banco do Nordeste visa contribuir para a transformação da Região e sua efetiva participação no cenário socioeconômico nacional, priorizando o Semiárido (área de grande carência econômica), ampliando oportunidades, fortalecendo agentes produtivos, gerando empregos, melhorando a renda das famílias e promovendo a inclusão social e financeira.

A proposta de valor do modelo de negócios do Banco para os clientes é ofertar produtos e serviços de crédito para fomentar o desenvolvimento dos municípios da sua área de atuação, visando produzir resultados que garantam sua sustentabilidade e atendam aos interesses da sociedade.

Os clientes atendidos são classificados em três categorias:

- i. Produtor: nessa categoria incluem-se os segmentos *Corporate*, Empresarial, Micro e Pequena Empresa (MPE), Agronegócio - Pessoa Física, Pequeno e Miniprodutor Rural, Agricultura Familiar, Microempreendedor Urbano e Microempreendedor Rural;
- ii. Consumidor: segmentos Pessoa Física e Entidades Representativas;
- iii. Estruturador: segmento Governo.

Por meio de canais de atendimento presenciais e digitais, os clientes têm acesso aos seguintes produtos e serviços:

- a) Empréstimos: capital de giro, crédito de longo prazo, descontos de títulos, Giro Insumos, crédito direto ao consumidor (CDC), cheque especial, FNE Sol, MPE Inovação, seguros etc.;
- b) Microcrédito produtivo orientado rural e urbano: programas Crediamigo e Agroamigo;
- c) Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor);
- d) Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE);
- e) Reinvestimento em projetos de modernização ou complementação de equipamentos para empresas que estejam em operação na área da Sudene;
- f) Investimentos: certificado de depósito bancário (CDB), recibo de depósito bancário (RDB), fundos de investimentos e poupança;
- g) Câmbio e comércio exterior.

Oferecendo aos clientes uma política de desenvolvimento ágil e seletiva, o Banco contribui de forma decisiva para a superação dos desafios e construção de um padrão de vida compatível com os recursos, potencialidades e oportunidades da região Nordeste.

Como sustentáculo da proposição de valor do modelo de negócios do Banco, ações antecedentes e subsequentes à concessão de crédito contribuem para maior efetividade dos recursos aplicados, seja por darem maior capilaridade ao Banco, possibilitando maior aproximação com o cliente e conhecimento de seu negócio, seja por favorecerem a identificação de parceiros para implementação de iniciativas conjuntas, por exemplo, nas áreas de pesquisa, de assistência técnica e de apoio à comercialização.

A fim de otimizar o atendimento aos seus clientes, o Banco do Nordeste por meio de parcerias, utiliza recursos-chave em que se destacam os seguintes:

- a) Recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) que são programados anualmente pelo Conselho Deliberativo da Sudene;

- b) Recursos dos programas de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que são repassados pelo Banco do Nordeste;
- c) Compartilhamento de rede de atendimento com a Caixa Econômica Federal, ampliando a capacidade de atendimento do Banco do Nordeste em 5.000 pontos de autoatendimento no Nordeste;
- d) Contratação de rede de autoatendimento de empresas de tecnologia bancária para serviços de correspondente bancário;
- e) Parceria com a Visa Inc. para disponibilização de serviços de pagamento eletrônico para microempreendedores;
- f) Parceria com o Instituto Nordeste de Cidadania (Inec) para operacionalização dos programas de microcrédito rural e urbano.

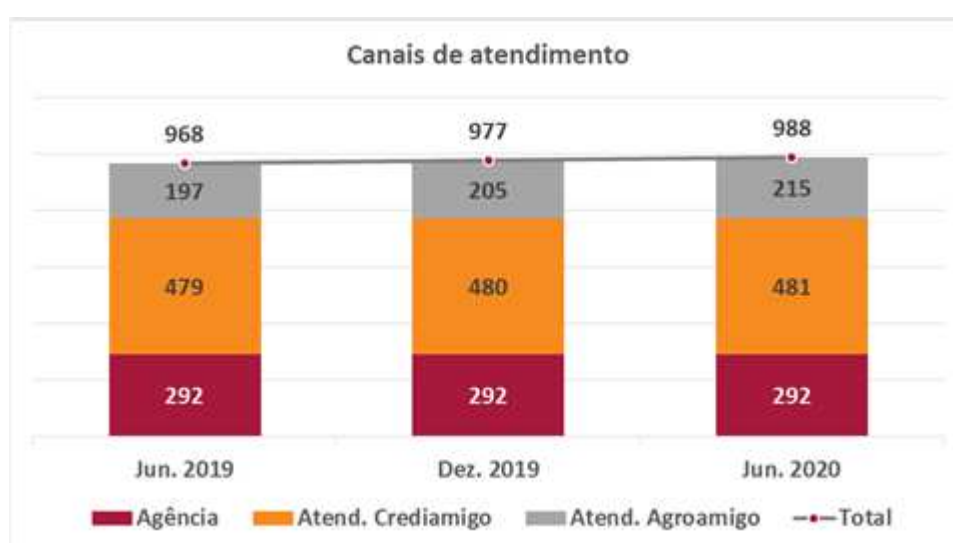
Dentre as ações e instrumentos criados pelo Banco para promover de forma mais efetiva o desenvolvimento da Região destacam-se: os Agentes de Desenvolvimento, as Agências Itinerantes, as Políticas de Desenvolvimento Territorial, o Crediamigo e o Agroamigo.

A metodologia de gestão de clientes, adotada no Banco desde 2009 como modelo de negócios, contempla a definição e a composição de segmentos, observando o agrupamento de características, propostas de valor, ciclo de relacionamento e classificação dos agrupamentos de produtos.

Essa metodologia agiliza o processo de concessão de crédito, diversifica e aumenta a escala dos empréstimos e financiamentos, integrando o relacionamento em diferentes negócios à percepção de valor agregado das ações do Banco, além de desenvolver produtos e serviços voltados especificamente às necessidades dos clientes.

Para alcançar melhor cobertura geográfica e identificar oportunidades de potencializar seus negócios, o Banco realiza sistematicamente estudos de dimensionamento de mercado. O Banco do Nordeste finalizou o 1º semestre de 2020 com 292 agências, 481 unidades de microcrédito urbano e 215 unidades de microcrédito rural, totalizando 988 pontos físicos de atendimentos, correspondendo a um aumento de 1,1% em relação ao 1º semestre do ano anterior (Figura 1).

Figura 1 - Canais de Atendimento Presencial do Banco do Nordeste



Fonte: Banco do Nordeste – Ambiente de Marketing

3. ESTRATÉGIA EMPRESARIAL

3.1 Planejamento Empresarial

Atuar como o banco de desenvolvimento da região Nordeste, do norte de Minas Gerais (incluindo os Vales do Mucuri e do Jequitinhonha) e do norte do Espírito Santo traduz a principal estratégia do Banco do Nordeste, que está diretamente ligada à sua missão institucional. Com esse direcionamento estratégico, o Banco do Nordeste constrói seu planejamento à luz da análise de cenários e de tendências, da reflexão dos resultados alcançados e do mapeamento de riscos e oportunidades de estratégias.

O Planejamento Empresarial do Banco do Nordeste é composto pelo planejamento estratégico e pelos planos tático e operacional, traduzidos nos Programas de Ação e Gestão de Projetos, por meio dos quais se realiza o alinhamento estratégico na Instituição, direcionando os recursos e esforços na gestão e otimização dos resultados. Em todos os níveis do planejamento são definidos indicadores e metas, que são monitorados e avaliados de forma sistemática, sempre buscando o melhor alcance de resultados.

As definições estratégicas que alicerçam as ações empreendidas pelo Banco do Nordeste são:

Missão: Atuar como o banco de desenvolvimento da região Nordeste.

Visão: Ser o Banco preferido do Nordeste, reconhecido pela sua capacidade de promover o bem-estar das famílias e a competitividade das empresas da Região.

Princípios: Meritocracia, Foco nos Clientes e Resultados, Inovação e Integridade.

Valores: Justiça, Governança, Honestidade, Sustentabilidade, Igualdade, Democracia, Compromisso, Respeito, Cooperação, Confiança, Disciplina, Civilidade e Transparência.

Mapa estratégico: Representação gráfica do modelo de Planejamento Empresarial.

As ações do Banco do Nordeste são norteadas por cinco Diretrizes Estratégicas:

- Fazer o FNE cada vez melhor;
- Avançar na liderança do Microcrédito;
- Ser o Banco da micro, pequena e média empresa;
- Inovar em processos, produtos e serviços;
- Valorizar as competências humanas.

3.2 Cenário Macroeconômico

Economia Internacional

A pandemia do novo Corona vírus está contribuindo para uma recessão mundial semelhante à ocorrida na Grande Depressão de 1929. A crise afetará de forma mais severa os países nos quais a pandemia da Covid-19 for mais grave e onde há forte dependência do comércio internacional. Será a primeira vez, desde 1929, que países avançados, emergentes e em desenvolvimento enfrentarão recessões econômicas de forma sincronizada.

Assim, o Banco Mundial estima uma redução da renda *per capita* mundial de 6,2% em 2020, com mais de 90% dos países registrando quedas em suas respectivas rendas *per capita*, com aumento do desemprego, da pobreza e intensificação das desigualdades econômicas e sociais.

A economia global deverá cair 5,2% em 2020, superando com grande diferença a contração da crise financeira de 2009, quando o Produto Interno Bruto (PIB) mundial declinou 0,1%. Para 2020, a projeção é de contração de 7,0% nas economias avançadas e queda de 2,5% nos países em desenvolvimento, de acordo com o Banco Mundial. A Tabela 1 mostra o desempenho do PIB em anos recentes para um conjunto de países selecionados.

O PIB da América Latina e Caribe reduzirá 7,2% em 2020, devendo essa Região ser duramente atingida por conta da Covid-19. A crise sanitária está sendo transmitida à Região por cinco canais: redução no comércio internacional; queda nos preços dos produtos primários; intensificação da aversão ao risco, com agravamento das condições financeiras globais; menor demanda por serviços turísticos; e redução de remessas.

A pandemia levou à suspensão total ou parcial das atividades produtivas. Nesse sentido, três grupos de setores são identificados de acordo com a magnitude dos efeitos da crise: forte, significativa e moderada. Os setores mais afetados são o comércio atacadista e varejista; atividades sociais e de lazer; hotéis e restaurantes; atividades imobiliárias, comerciais e de aluguel; e manufatura.

Os setores afetados de forma significativa são mineração; eletricidade, gás e água; construção e materiais para construção; serviços empresariais; atividades financeiras; bebidas; madeira e móveis; indústria química, eletrônica, maquinaria e equipamentos. Os setores moderadamente afetados são agricultura, pecuária e pesca; produção de alimentos; insumos e equipamentos médicos; medicamentos; telecomunicações; e embalagens, de acordo com a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal).

A Cepal estima ainda que mais de um terço do emprego formal e um quarto do PIB da América Latina e do Caribe são gerados em setores afetados pela crise econômica. Além disso, menos de um quinto do emprego e do PIB são gerados em setores que estão sendo afetados moderadamente.

Nesse sentido, a Cepal ressalta que as cadeias produtivas passariam por uma profunda reorganização. As grandes empresas buscarão aumentar a resiliência das redes de produção, diversificando os fornecedores em termos de países e empresas para reduzir sua vulnerabilidade, privilegiando fornecedores mais próximos e realocando processos estratégicos de produção e tecnologia. Da mesma forma, o colapso das redes internacionais de fornecedores cria oportunidades para o desenvolvimento de capacidades nacionais e regionais.

Por sua vez, o impacto será maior no caso de pequenas e médias empresas. A Cepal calcula que mais de 2,7 milhões de empresas formais na Região - das quais 2,6 milhões são microempresas - finalizarão as atividades com uma perda de 8,5 milhões de empregos, sem incluir as reduções de trabalhadores realizadas em empresas que continuarão a operar.

Especificamente no Brasil, o percentual de pessoas ocupadas na população em idade de trabalhar chegou a 49,5% no trimestre encerrado em maio, queda de cinco pontos percentuais em relação ao trimestre até fevereiro. Trata-se do mais baixo nível da ocupação desde o início da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), em 2012, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Pela primeira vez na série histórica da pesquisa, o nível da ocupação ficou abaixo de 50%. Isso significa que menos da metade da população em idade de trabalhar está ocupada. A taxa de desocupação passou de 11,6%, no trimestre até fevereiro, para 12,9% no trimestre terminado em maio, atingindo 12,7 milhões de desempregados.

Além disso, pesquisa realizada pelo Sebrae/FGV em maio, junto a cerca de 10 mil pequenas empresas espalhadas no Brasil, revelou que 49% dos negócios interromperam as atividades ou fecharam as portas, enquanto 51% permaneceram funcionando.

Tabela 1 - Variação (%) do PIB - Países Selecionados - 2018 a 2021⁽¹⁾

País	2018	2019	2020 ⁽¹⁾	2021 ⁽¹⁾	País	2018	2019	2020 ⁽¹⁾	2021 ⁽¹⁾
Egito	5,3	5,6	2,0	2,0	Irã	-5,4	-7,6	-6,0	3,1
China	6,7	6,1	1,0	8,2	Rússia	2,5	1,3	-6,6	4,1
Indonésia	5,2	5,0	-0,3	6,1	Arábia Saudita	2,4	0,3	-6,8	3,1
Paquistão	5,5	1,9	-0,4	1,0	Argentina	-2,5	-2,2	-7,3	2,1
Coréia do Sul	2,9	2,0	-2,1	3,0	México	2,2	-0,3	-7,5	3,0
Cazaquistão	4,1	4,5	-2,7	3,0	Países Baixos	2,6	1,8	-7,7	5,0
Filipinas	6,3	6,0	-3,6	6,8	Tailândia	4,2	2,4	-7,7	5,0
Malásia	4,7	4,3	-3,8	6,3	Alemanha	1,5	0,6	-7,8	5,4
Chile	3,9	1,1	-4,3	3,1	África do Sul	0,8	0,2	-8,0	3,5
Austrália	2,8	1,8	-4,5	4,0	Brasil	1,3	1,1	-8,0	2,2
Índia	6,1	4,2	-4,5	6,0	Estados Unidos	2,9	2,3	-8,0	4,5
Polônia	5,3	4,1	-4,6	4,2	Canadá	2,0	1,7	-8,4	4,9
Colômbia	2,5	3,3	-4,9	3,6	Reino Unido	1,3	1,4	-10,2	6,3
Turquia	2,8	0,9	-5,0	5,0	França	1,8	1,5	-12,5	7,3
Nigéria	1,9	2,2	-5,4	2,6	Espanha	2,4	2,0	-12,8	6,3
Japão	0,3	0,7	-5,8	2,4	Itália	0,8	0,3	-12,8	6,3

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI).

Nota: (1) Projeções.

Brasil e Regiões

Diante do cenário de pandemia, com um choque econômico sem precedentes desde a crise de 1929, a Covid-19 está provocando uma nova recessão na economia brasileira.

Registre-se, contudo que, antes da eclosão da crise sanitária, o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil apresentou retração de 1,5% no primeiro trimestre de 2020 (comparado ao quarto trimestre de 2019). Na comparação com igual período de 2019, o PIB teve variação negativa de 0,3%. No acumulado nos quatro trimestres, terminados em março de 2020, registrou moderado aumento de 0,9%, comparado aos quatro trimestres imediatamente anteriores, de acordo com o IBGE.

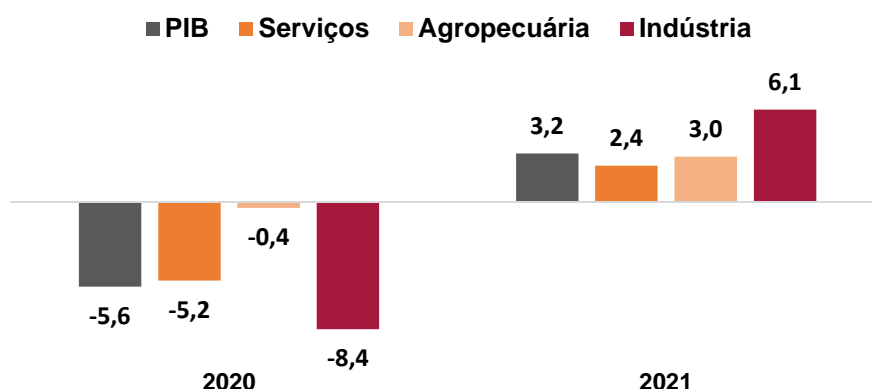
Nesse sentido, o desempenho econômico do País já se apresentava frágil, antes do cenário de pandemia. A Covid-19 potencializou de forma substancial os impactos negativos em diferentes setores econômicos nacionais.

Quanto às projeções econômicas, o Etene e a LCA Consultoria estimam que o IPCA seguirá em níveis reduzidos, inclusive por conta do quadro recessivo: 1,7% em 2020 e 3,0% em 2021. Similar tendência deverá ocorrer com a Taxa Selic ao final do período: 2,0% em 2020 e 3,0% em 2021. Por outro lado, o câmbio será pressionado tendo em vista a saída de capitais especulativos da bolsa de valores e do mercado financeiro: R\$ 5,20/US\$ em 2020 e R\$ 5,00/US\$ em 2021.

As projeções do PIB contemplam três cenários. No cenário macroeconômico neutro, a previsão será de retração da economia nacional de -5,6%, em 2020 e crescimento de +3,2% em 2021 (vide Gráfico 1).

Pelo lado da Oferta, levando-se em conta o cenário neutro em 2020, as projeções para Agropecuária (-0,4%), Serviços (-5,2%) e Indústria (-8,4%) e são de retração.

Figura 2 - Gráfico Brasil - Variação (%) do PIB e da Composição Setorial - 2020 e 2021⁽¹⁾



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da LCA Consultoria. Nota: (1) Projeções.

Na construção de outros dois cenários alternativos, a economia do Brasil também deverá variar negativamente em 2020. No cenário benigno, ou seja, mais otimista, a retração do PIB será de -3,3%. No cenário adverso, mais severo, a contração econômica será de -9,7% (Tabela 2).

Tabela 2 - Variação (%) do PIB Total e Setorial do Brasil - 2020 e 2021⁽¹⁾

PIB e Composição Setorial	Cenários 2020			Cenários 2021		
	Benigno	Neutro	Adverso	Benigno	Neutro	Adverso
Agropecuária	-0,1	-0,4	-2,6	3,3	3,0	2,0
Serviços	-2,9	-5,2	-9,6	3,4	2,4	0,7
Indústria	-5,6	-8,4	-11,9	6,7	6,1	2,0
PIB	-3,3	-5,6	-9,7	4,0	3,2	1,0

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da LCA Consultoria. Nota: (1) Projeções.

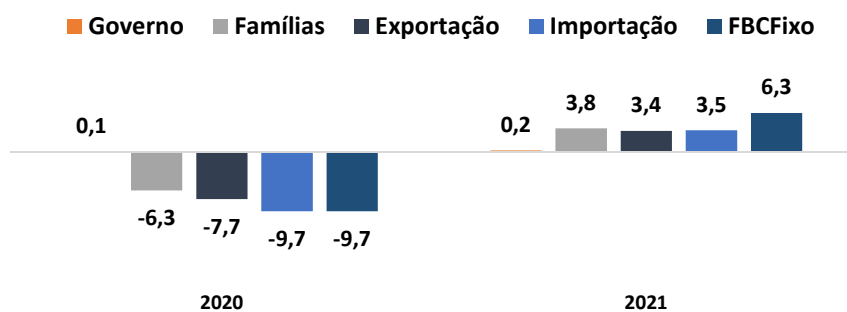
No âmbito dos componentes da demanda interna, com o resultado afetado principalmente pela perda de ritmo do consumo das famílias e dos investimentos privados, estima-se encolhimento de -6,3% para o consumo das famílias e de -9,7% para a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), conforme dados da Figura 3.

A projeção para o consumo do Governo é de estabilidade (+0,1%) em 2020. Ressalte-se que os aumentos de gastos do setor público, objetivando amenizar os efeitos do impacto da Covid-19 são, em grande parte, transitórios, antecipações de fluxos, adiamento no recolhimento de impostos e ampliação do crédito.

A estimativa de contração das exportações (-7,7%) está associada, entre outros fatores, aos efeitos de transbordamento externo. Ou seja, refere-se aos efeitos financeiros e na economia real de uma desaceleração em escala mundial, que incluem a inevitável redução das exportações.

A queda na projeção para as importações (-9,7%) reflete as perspectivas desfavoráveis para a indústria de transformação, incluindo potencial interrupção das cadeias produtivas via redução nas importações, além da FBCF, com consequente redução da demanda por insumos, máquinas e equipamentos, bem como decréscimo na projeção para o consumo das famílias.

Figura 3 - Gráfico Brasil – Variação (%) do PIB pela Demanda e Composição - 2020 e 2021 ⁽¹⁾



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da LCA Consultoria. Nota: (1) Projeções.

O ano de 2020 deve ser marcado por retração econômica nas Regiões do Brasil. Nordeste (-8,1%) e Sudeste (-5,6%) tendem a declinar em maior intensidade em comparação com a média nacional (-5,6%). As economias do Norte (-5,0%), Centro-Oeste (-5,1%) e Sul (-5,2%) também declinarão em 2020, Tabela 3.

Setorialmente, a indústria deverá se constituir no setor mais afetado pela crise da pandemia do Coronavírus, tanto no Brasil quanto nas Regiões do País. Da mesma forma, os Serviços também recuarão. A agropecuária crescerá moderadamente no Centro-Oeste (+1,4%), Nordeste (+0,9%) e Sul (+0,2%), enquanto, Norte (-3,0%) e Sudeste (-2,3%) ocorrerão recuos abaixo da média Nacional (-0,4%).

Tabela 3 - Brasil e Regiões: Var. (%) do Produto Interno Bruto - 2020 e 2021 ⁽¹⁾

Brasil e Regiões	PIB		Agropecuária		Indústria		Serviços	
	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021
Norte	-5,0	3,6	-3,0	3,1	-2,9	5,3	-5,6	2,6
Nordeste	-8,1	3,1	0,9	2,2	-8,4	5,0	-8,8	2,8
Centro-Oeste	-5,1	3,3	1,4	2,5	-8,3	6,3	-4,4	2,5
Sudeste	-5,6	3,3	-2,3	3,0	-10,8	6,6	-4,0	2,3
Sul	-5,2	2,4	0,2	4,3	-6,1	4,9	-5,7	1,6
Brasil	-5,6	3,2	-0,4	3,0	-8,4	6,1	-5,2	2,4

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da LCA Consultoria. Nota: (1) Projeções.

Nordeste e Estados

Especificamente em relação ao Nordeste, o PIB regional deverá cair -8,1% em 2020, sendo essa variação negativa puxada principalmente pelo desempenho do setor industrial, que decrescerá -8,4%, além de serviços, com projeção de retração de -8,8%, maior retração do setor entre as regiões do País. Por outro lado, a agropecuária (+0,9%) crescerá acima da média nacional (-0,4%), vide Tabela 3.

Registre-se que o Nordeste foi impactado, sobremaneira, pela retração dos investimentos do setor público ocorrida em anos recentes, inclusive o chamado teto de gastos do setor público. A título de ilustração, a Região que havia recebido R\$ 19,4 bilhões de investimentos públicos federais em 2010, foi beneficiada com apenas R\$ 2,8 bilhões em 2018, representando queda de 85,4% no período. Além disso, a crise econômica de 2015/2016 afetou importantes cadeias

produtivas dessa Região, a exemplo do petróleo e gás, além da construção civil. A crise sanitária, por sua vez, está afetando o mercado de trabalho, além dos setores de comércio, turismo e serviços, que compõem substancial parcela do PIB do Nordeste e Estados.

As exportações do Nordeste totalizaram US\$ 6.264,2 milhões no acumulado de janeiro a maio de 2020, queda de 6,4% relativamente ao mesmo período de 2019. As importações somaram US\$ 6.366,2 milhões, retrocedendo 24,7%, nesse mesmo intervalo. A balança comercial da Região, portanto, registrou déficit de US\$ 102,0 milhões (menor que os US\$ 1.765,5 milhões acumulados de janeiro a maio do ano passado), enquanto a corrente de comércio atingiu US\$ 12.630,4 milhões (queda de 16,6%).

A projeção de crescimento para a Agropecuária no Nordeste (+0,9%) é modesta, tendo sido afetada moderadamente pela Covid-19. No mercado interno, mesmo com a queda do consumo de *food service*, bares e restaurantes, deverá ocorrer manutenção da demanda no varejo e no atacado nos mercados de diferentes tipos de alimentos.

Nos Estados da área de atuação do Banco do Nordeste, projeta-se crescimento para o setor agropecuário em sete Estados, com destaque para Piauí (+7,1%), Minas Gerais (+4,7%), Paraíba (+4,1%). Seguem Alagoas (+2,2%) e Bahia (+1,1%) com expansão superior à média regional (+0,9%), exceto Maranhão (+0,7%) e Pernambuco (+0,8%). A agropecuária no Espírito Santo (+0,0) deverá ficar estável. Por outro lado, ocorrerá redução no Valor Adicionado Bruto (VAB) da Agropecuária no Ceará (-3,6%), Sergipe (-0,9%) e Rio Grande do Norte (-0,4%).

O baixo dinamismo da indústria do Nordeste (-8,4%) ainda é reflexo da recente crise de 2015/2017. Além disso, a pandemia da Covid-19 potencializa o fraco desempenho desse setor. Diante desse cenário, a desaceleração da economia chinesa (o principal parceiro comercial da Região) deverá repercutir sobre as cadeias produtivas locais, contribuindo para a perda da produção física de setores industriais intensivos em importação. Ou seja, como as cadeias de produção estão interligadas, existe o risco de desabastecimento de insumos importados, impactando negativamente o processo produtivo. Assim, devido a possíveis embargos sanitários da importação de matérias-primas, além de congestionamentos dos portos, podem prejudicar a produção da indústria local. Posto isso, projeta-se perda no Valor Adicionado Bruto do setor industrial, no contexto nacional (-8,4%) e regional (-8,4%), em 2020.

Todas as Unidades Federativas da área de atuação do Banco do Nordeste apresentarão fortes declínios no Valor Adicionado Bruto (VAB) industrial (Tabela 4). Embora com variações negativas, Rio Grande do Norte (-7,8%), Bahia (-7,8%), Ceará (-8,0%), Sergipe (-8,2%) apresentarão desempenhos ligeiramente superiores em relação à média regional (-8,4%). Pernambuco (-8,4%) permanece com a mesma média regional. Piauí (-10,5%), Alagoas (-10,4%), Paraíba (-10,1%), Maranhão (-9,5%), Espírito Santo (-9,4%) e Minas Gerais (-9,1%) apresentarão números inferiores em comparação com a média regional.

Os serviços (-8,8%) declinarão no Nordeste, sendo o segundo setor mais impactado pela disseminação da Covid-19, considerando que vários estabelecimentos permanecem em *lockdown*.

Na área de atuação do Banco do Nordeste, em 2020, projeta-se que o VAB de Serviços deverá retrair em todas as Unidades Federativas. Embora com variações negativas, Paraíba (-4,8%), Minas Gerais (-5,0%), Maranhão (-5,6%), Espírito Santo (-7,2%), Rio Grande do Norte (-8,0%), Piauí (-8,0%) e Pernambuco (-8,1%) registrarão quedas menores em comparação com a média do Nordeste (-8,8%). Por outro lado, Alagoas (-9,1%), Ceará (-9,7%), Sergipe (-10,8%) e Bahia (-11,0%) apresentarão declínios superiores ante à média do Nordeste, em 2020.

Tabela 4 - Brasil, Nordeste e Estados Seleccionados: Variação (%) do Produto Interno Bruto (PIB) Total e Setorial - 2020 e 2021⁽¹⁾

Brasil, Nordeste e Estados da Área de atuação do BNB	PIB		Agropecuária		Indústria		Serviços	
	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021
Maranhão	-5,6	3,5	0,7	1,4	-9,5	4,9	-5,6	3,5
Piauí	-6,7	3,1	7,1	6,1	-10,5	5,2	-8,0	2,3
Ceará	-9,1	4,3	-3,6	1,9	-8,0	8,3	-9,7	3,6
Rio G. do Norte	-7,7	2,9	-0,4	1,2	-7,8	4,1	-8,0	2,7
Paraíba	-5,3	3,2	4,1	0,9	-10,1	5,1	-4,8	3,0
Pernambuco	-7,9	3,2	0,4	1,7	-8,4	4,9	-8,1	2,8
Alagoas	-7,3	3,2	2,2	2,8	-10,4	5,2	-9,1	2,9
Sergipe	-9,8	2,2	-0,9	2,4	-8,2	4,4	-10,8	1,5
Bahia	-9,5	2,5	1,1	1,9	-7,8	3,8	-11,0	2,1
Minas Gerais	-5,2	3,3	4,7	3,3	-9,1	5,9	-5,0	2,5
Espírito Santo	-7,4	6,8	0,0	0,9	-9,4	22,9	-7,2	2,4
Nordeste	-8,1	3,1	0,9	2,2	-8,4	5,0	-8,8	2,8
Brasil	-5,6	3,2	-0,4	3,0	-8,4	6,1	-5,2	2,4

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da LCA Consultoria. Nota: (1) Projeções.

Como considerações finais do cenário apresentado pode-se destacar que os efeitos da pandemia da Covid-19 consolidam uma perspectiva de retração na economia mundial em 2020. O isolamento dos indivíduos, as interrupções forçadas no sistema produtivo, o fechamento de estabelecimentos agropecuários, industriais, comerciais e de serviços e a expressiva queda dos fluxos do comércio exterior terão drásticas implicações na produção econômica mundial, com devastadoras consequências sociais.

Brasil e Nordeste já vivenciam as consequências dessa crise, com impactos negativos na produção. No mercado de trabalho, o desemprego, a precarização e a informalidade já vinham crescendo em anos anteriores à pandemia. As chamadas reformas trabalhistas e previdenciárias não contribuíram para expandir a oferta de empregos, ao contrário, intensificaram a precarização do mercado de trabalho no País.

Especificamente em relação aos Estados pertencentes à área de atuação do Banco do Nordeste, cabe destacar que o desempenho da agropecuária em 2020 no Piauí (+7,5%), Minas Gerais (+5,1%), Paraíba (+4,4%) e Alagoas (+2,6%) tende a impulsionar a cadeia de produtos e serviços agropecuários, e consequentemente, os serviços e comércio locais, amenizando os efeitos da pandemia da Covid-19, não impedindo, contudo, uma queda abrupta no PIB desses Estados.

Por outro lado, o desempenho econômico da Bahia (-8,2%), Sergipe (-8,2%), Ceará (-7,2%), Pernambuco (-7,2%), Rio Grande do Norte (-7,4%), Espírito Santo (-6,3%) e Alagoas (-6,1%) serão afetados pelo forte recuo em suas respectivas indústrias, com impactos negativos nos serviços e, conseqüentemente, no PIB total dessas Unidades Federativas.

3.3 Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)

O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) é constituído por recursos públicos destinados ao financiamento de atividades produtivas e tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico e social da sua área de atuação, constituída pela região Nordeste e por municípios do norte dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.

Como instituição financeira administradora do FNE, o Banco do Nordeste consolida sua atuação enquanto banco de desenvolvimento da região Nordeste, apoiando empreendimentos produtivos e políticas públicas que impactam as comunidades urbanas e rurais nordestinas, por meio de sua ação creditícia e de fomento.

A ação de crédito com recursos do FNE é norteada por regulamentação específica, direcionando o apoio a prioridades para o desenvolvimento regional e constitui política pública de financiamento, com programação anual de aplicação estabelecida pelo Conselho Deliberativo da Sudene (Condel), a partir da elaboração do Banco do Nordeste de forma participativa com a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), representações dos setores produtivos, órgãos de apoio e entidades governamentais nos estados.

Assim, a alocação dos recursos em termos de público beneficiário, área e setor econômico, vincula-se ao alcance dos objetivos do Fundo, às demandas dos estados e aos resultados esperados da ação do BNB enquanto operador e administrador dessa fonte de recursos.

3.3.1 Desempenho FNE

Baseado na Programação Anual do FNE, o Banco do Nordeste contratou financiamentos no primeiro semestre de 2020 no montante de R\$ 12,51 bilhões, sendo R\$ 9,64 bilhões para o Setor Rural (Agricultura, Pecuária), Agroindustrial, Industrial, Comércio e Serviços, Turismo e R\$ 2,81 bilhões para projetos no Setor Infraestrutura. Quanto ao financiamento às Pessoas Físicas Urbanas, neste primeiro semestre, foram contratadas 1.686 operações com Programa FNE Verde Sol PF, totalizando R\$ 49,90 milhões; para o Programa de Financiamento Estudantil (P-Fies), foram contratadas 333 operações num montante de R\$ 4,79 milhões. A distribuição das contratações por Estado está detalhada na Tabela 5, a seguir.

Tabela 5 - BNB/FNE - 1º Semestre 2020: Financiamentos (R\$ milhões)

UF	FNE Infraestrutura		FNE, Exceto Infraestrutura e Pessoa Física Urbana		Total Valor Contratado
	Valor Contratado	%	Valor Contratado	%	
AL	-	-	439,70	4,6	439,70
BA	889,06	31,6	2.001,03	20,8	2.890,10
CE	649,58	23,1	1.496,77	15,5	2.146,35
ES	-	-	171,73	1,8	171,73
MA	490,06	17,4	1.051,54	10,9	1.541,60
MG	-	-	570,54	5,9	570,54
PB	270,54	9,6	608,59	6,3	879,12
PE	-	-	1.290,20	13,4	1.290,20
PI	-	-	926,28	9,6	926,28
RN	489,63	17,4	537,83	5,6	1.027,46
SE	20,30	0,7	548,60	5,7	568,90
Total	2.809,17	100,0	9.642,81	100,0	12.451,98
- FNE Sol Pessoa Física					49,89
- Programa de Financiamento Estudantil (FNE P-Fies)					4,79
Total Geral Aplicado					12.506,66

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Planejamento

Conforme Tabela 6, verifica-se um recuo total de 6,87% do volume de recursos de contratações no primeiro semestre de 2020, em relação ao mesmo período de 2019, quando o montante financiado foi de R\$ 13,42 bilhões. A diminuição observada deveu-se, principalmente, às operações do setor de Infraestrutura, fortemente impactada pelo estado geral das expectativas em consequência da conjuntura negativa. No que se refere aos demais setores, entretanto, é importante destacar o incremento de 26,3% em relação aos financiamentos efetivados na mesma posição do ano anterior.

Observa-se que mesmo diante do efeito deletério provocado pela pandemia do Covid-19 sobre o nível de atividade, as contratações do FNE nos setores Comércio e Serviços e Turismo tiveram um aumento significativo na comparação com o mesmo período de 2019, 41,7% e 61,4% (Tabela 6), respectivamente, o que denota a eficácia das medidas de enfrentamento adotadas pelo BNB, tanto na flexibilização de exigências operacionais, sem perder de vista a responsabilidade na concessão do recurso público, quanto na criação e adesão às linhas emergenciais.

Até o fim do semestre, a linha FNE Emergencial, operacionalizada a partir de 23/04, após a aprovação de seu orçamento pelo Conselho Deliberativo da Sudene, direcionou cerca de R\$ 788,9 milhões, por meio de 10.377 operações de crédito, para recuperação e manutenção das atividades produtivas dos beneficiários afetados pela crise econômica instalada, especialmente as micro e pequenas empresas que absorveram 86,4% do total financiado nesta linha.

A execução da programação do FNE é aderente à Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), a qual preconiza o apoio a subespaços regionais, objetivando reduzir desigualdades regionais e promover a equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento.

Tabela 6 - FNE: Contratações por Setor Econômico (R\$ milhões)

Setor	2019 - 1º semestre		2020 - 1º semestre		Variação % Valor 2020/2019
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	
Rural ⁽¹⁾	230.949	3.204,29	255.571	3.755,98	17,22
Agroindustrial	157	208,72	239	245,48	17,61
Comércio e Serviços	16.024	2.973,00	20.911	4.213,48	41,73
Industrial	1.881	1.051,52	2.579	1.112,98	5,85
Turismo	361	195,10	1.025	314,88	61,40
Infraestrutura	54	5.772,29	33	2.809,17	-51,33
Pessoa Física ⁽²⁾	1.002	24,05	2.019	54,69	127,32
Total	250.428	13.428,97	282.377	12.506,66	-6,87

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Planejamento

Nota: ⁽¹⁾ Rural - engloba os setores Agricultura e Pecuária. ⁽²⁾ Inclui FNE P-Fies e FNE Sol.

Nessa perspectiva, até junho de 2020 foram realizadas operações em 1.921 municípios, representando 96,5% do total de municípios da área de abrangência do Fundo e o financiamento de R\$ 6,70 bilhões para empreendimentos no Semiárido, 53,6% do total até então financiado, dos quais R\$ 2,29 bilhões relacionados a projetos de infraestrutura.

Os financiamentos às microrregiões prioritárias (os municípios de baixa e média renda, qualquer dinamismo), subespaços também previstos na PNDR, atingiram um montante de R\$ 9,29 bilhões, cerca de quase 74% dos financiamentos do FNE até junho 2020, incluindo nesse montante o valor financiado para Infraestrutura.

Aos portes prioritários, por sua vez, foram direcionados R\$ 5,57 bilhões, distribuídos em 280.325 operações de financiamento, o que representa 57,7% do quantitativo contratado com FNE Exceto Infraestrutura e Pessoa Física Urbana, nesse primeiro semestre. O destaque é o segmento das micro e pequenas empresas que contratou R\$ 2,16 bilhões, o que representa um crescimento de 30,1% em relação ao primeiro semestre de 2019, resultado de suma importância para a manutenção dessas empresas, as mais afetadas pela redução nessa conjuntura de diminuição na circulação de pessoas, mercadoras e serviços

O ambiente macroeconômico tem papel fundamental na determinação da oferta e das condições do crédito bancário e nesse primeiro semestre de 2020 ele foi drasticamente afetado por igual queda no nível de atividade econômica pelas medidas de combate e prevenção à pandemia da covid-19, o que reduziu, pela necessidade do isolamento social, a demanda agregada em larga escala, reduzindo em igual dimensão os níveis de investimento, emprego e renda, o que foi determinante para o recuo do volume de contratações do FNE em 6,87% no primeiro semestre de 2020. Apesar do desempenho positivo da atuação do Banco do Nordeste nos segmentos do Comércio, Serviços e Turismo, a incerteza dos agentes perante o cenário se mostra, em geral, acentuada. Embora a inflação e as taxas de juros tenham apresentado uma trajetória declinante, esse movimento não parece animar o estado de expectativas, uma vez que ele está muito ancorado na queda acentuada da demanda agregada, motivo pelo qual os analistas acreditam que a atividade econômica continuará fraca ainda no decorrer do exercício, com impactos no próximo, o que sinaliza a importância das ações, notadamente das instituições financeiras públicas, por meio de suas fontes e programas de financiamento anticíclicos.

4. DESEMPENHO

4.1 Desempenho Econômico-Financeiro

4.1.1 Resultados

O Lucro Líquido acumulado no 1º Semestre de 2020 alcançou a cifra de R\$ 332,5 milhões, o que representou uma redução de 55,4% em relação aos R\$ 744,8 milhões apurados no mesmo período do ano anterior. Já o Resultado Operacional alcançou R\$ 477,8 milhões, representando uma redução de 59,1% em relação aos R\$ 1.167,3 milhões obtidos no mesmo 1º Semestre de 2019. O primeiro semestre de 2019 teve resultado impactado positivamente pelas renegociações com base nas disposições do Art. 29-A da Lei 13.606/18 (Prodecer III). O desempenho até junho/2020 teve como fatores relevantes:

a) o retorno da Margem de Intermediação Financeira a patamares normais, considerando o resultado recorrente;

b) o aumento na Provisão para Garantidas Financeiras Prestadas, que abrange o risco do Banco nas operações do FNE e FDNE (R\$ 388,6 milhões no 1º semestre de 2020, contra R\$ 142,1 milhões no 1º semestre de 2019); e redução da provisão para risco das operações de crédito do Banco (R\$ 194,3 milhões no 1º semestre de 2020; R\$ 216,5 milhões no 1º semestre de 2019). O aumento no total das provisões é resultado da Provisão Prudencial realizada em 2020, no montante de R\$ 146,2 milhões, que eleva os percentuais para cada nível de risco em relação aos parâmetros mínimos da Resolução Nº 2.682/99;

c) o *Impairment* de Títulos, resultando em despesas de R\$ 230,0 milhões no 1º semestre de 2020;

d) aumento da receita de FNE Del Credere, R\$ 143,1 milhões (R\$ 910,1 milhões no 1º semestre de 2020, contra R\$ 767,0 milhões no 1º semestre de 2019); e

e) o ganho na venda de ações da B3: R\$ 24,4 milhões.

Relevante destacar que quando se desconsidera os resultados extraordinários dos períodos comparados, houve incremento de Lucro Líquido Recorrente na posição junho/2020 na cifra de R\$ 54,2 milhões (11,2%), conforme demonstração de cálculo do lucro recorrente no Quadro 1, a seguir:

Quadro 1 - Demonstração do Lucro Líquido Recorrente (R\$ milhões)

	1º sem./19	1º sem./20	Var. R\$	Var. %
Lucro Líquido	744,8	332,5	(412,2)	(55,4%)
(-) Resultados Extraordinários do Período				
Lei 13.340/13.606 (inclui Prodecer III)	(438,2)	-	438,2	(100,0%)
<i>Impairment</i> de Títulos Públicos/Privados	-	230,1	230,1	
Balcão de seguros	-	(1,4)	(1,4)	
Programa de Incentivo ao Desligamento (PID)	4,5	-	(4,5)	(100,0%)
Provisão Prudencial	-	146,2	146,2	
Efeito Tributário (IR + CSLL)	173,5	(168,7)	(342,2)	(197,3%)
Lucro Líquido Recorrente	484,6	538,7	54,2	11,2%

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Controle e Risco

4.1.2 Ativos Totais

Os ativos globais do Banco do Nordeste totalizaram R\$ 59,0 bilhões, ao término do primeiro semestre de 2020, apresentando um crescimento de 0,7% em relação aos R\$ 58,6 bilhões

existentes em dezembro de 2019. Estão incluídos nos ativos do BNB os valores relativos aos recursos disponíveis do FNE e os recursos comprometidos com operações de crédito desse Fundo, ou seja, relativos a operações contratadas e que aguardam liberação de recursos. No que diz respeito à composição do saldo, observou-se um crescimento de 0,3% nas disponibilidades, aplicações interfinanceiras e títulos e valores mobiliários. Ao final do semestre, o saldo da carteira de Títulos e Valores Mobiliários, correspondeu a R\$ 39,9 bilhões. Já os saldos de operações de crédito, da carteira própria do BNB, líquidos de provisões, tiveram elevação de 1,1% (R\$ 9,53 bilhões em jun/20, contra R\$ 9,43 bilhões em dez/19).

4.1.3 Disponibilidades do FNE

Ao Banco do Nordeste cabe aplicar os recursos do Fundo e implementar as políticas de concessão de crédito. Enquanto tais recursos não são destinados a tal finalidade, são remunerados à taxa extra mercado, divulgada pelo Banco Central do Brasil, conforme disposto na Lei 9.126/95.

Em relação aos Recursos Comprometidos, estes consistem em um valor mínimo, destinado aos desembolsos previstos para operações de crédito previamente contratadas, e com cronograma para datas anteriores ao Balanço, bem como para os desembolsos previstos para os próximos trezentos e sessenta dias subsequentes ao Balanço, configurando uma reserva de liquidez para o Fundo. Eventualmente, podem ser acrescentados a este montante, ainda, valores relativos a descasamento no fluxo de desembolsos previstos no cronograma, em relação a ingressos futuros de recursos no Fundo.

Ingressaram, no primeiro semestre de 2020, R\$ 4,06 bilhões de recursos oriundos do Tesouro Nacional ao mesmo tempo em que foram reembolsados R\$ 6,49 bilhões de operações de crédito. Em contrapartida, foram desembolsados R\$ 11,29 bilhões em operações de crédito.

O saldo de recursos em Caixa do FNE foi reduzido em 8,7% em relação a dezembro de 2019 (R\$ 20,72 bilhões em 30/06/2020 contra R\$ 22,69 bilhões, em 31/12/2019). O perfil destes recursos teve aumento de 14,6 pontos percentuais: enquanto em dezembro de 2019, 73,2% dos recursos em Caixa eram Recursos Comprometidos, em junho de 2020 essa rubrica detém 87,7% dos R\$ 20,72 bilhões existentes. Tal alteração foi motivada pelo aumento nas contratações de operações de crédito e pela redução dos reembolsos dos financiamentos em face da prorrogação de créditos autorizada pela legislação em decorrência da Covid 19.

4.1.4 Patrimônio Líquido e Rentabilidade

O Banco do Nordeste apresentou um Patrimônio Líquido de R\$ 5,89 bilhões ao término do 1º semestre de 2020. Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 27/03/2020, deliberou-se pelo aumento do Capital Social de R\$ 3,81 bilhões para R\$ 5.570,0 milhões, sendo R\$ 1.472,6 milhões de recursos da Reserva para Margem Operacional e R\$ 284,4 milhões de saldo da Reserva para Equalização de Dividendos Complementares, sem distribuição de novas ações. O Capital Social é representado por 86.371.464 ações ordinárias escriturais, sem valor nominal, integralizadas e devidamente homologado pelo Banco Central.

A rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido médio, no primeiro semestre de 2020, foi de 12,2% a.a.. Quando passamos a considerar o Resultado Recorrente, o índice se eleva para 20,1% a.a..

4.1.5 Índice de Adequação Patrimonial

Em relação ao cumprimento das regulamentações determinadas pelo Banco Central do Brasil, relativas à estrutura de capital de instituições financeiras, conhecidas em seu conjunto por Basileia III, o Banco do Nordeste tem superado os requisitos mínimos de capital estipulados, o que tem garantido margem para continuar expandindo os seus negócios. Em 30/06/2020, o

Banco apresentou um índice de Patrimônio de Referência (PR) de 13,80% (14,42% em 31/12/2019). O índice de Patrimônio de Referência Nível I ficou em 10,46% (10,44% em 31/12/2019) e o de Capital Principal foi de 9,17% (9,04% em 31/12/2019). O Patrimônio de Referência (PR) apurado foi de R\$ 8.502,4 milhões (R\$ 8.265,6 milhões em 31/12/2019), o Nível I registrou o valor de R\$ 6.448,0 milhões (R\$ 5.983,0 milhões em 31/12/2019) e o Capital Principal R\$ 5.652,2 milhões (R\$ 5.182,0 milhões em 31/12/2019), enquanto os ativos ponderados pelo risco (montante RWA) totalizaram R\$ 61.628,8 milhões (R\$ 57.311,9 milhões em 31/12/2019). A redução observada no índices de PR foi causada pela expansão do RWA em proporção superior à elevação do PR e redução no Nível II. Já para o índice de Nível I e de Capital Principal, houve uma elevação superior ao aumento do requerimento pela exposição ponderada pelo risco.

4.2 Desempenho Operacional

4.2.1 Volume de Contratações

O Banco do Nordeste contratou no 1º semestre de 2020 um total de 2,4 milhões de operações de crédito e montante de R\$ 18,35 bilhões, patamar próximo do resultado do mesmo período de 2019, tanto para quantidade quanto em valor, quando foi contratada a soma de R\$ 18,83 bilhões para 2,5 milhões de operações.

Os financiamentos de longo prazo, que englobam investimentos rurais, industriais, agroindustriais, infraestrutura, comércio e serviços, foram responsáveis por 70,8% dos recursos contratados, somando R\$ 13,0 bilhões em 285,7 mil operações.

Já os empréstimos de curto prazo, destinados aos produtos Crédito Direto ao Consumidor (CDC), Capital de Giro, Cartão de Crédito, Conta Garantida, Câmbio, e Desconto, bem como o programa Crediamigo, atingiram o valor de R\$ 5,4 bilhões e total de 2,1 milhões de operações. Esses valores contratados representam decréscimo de 5,0% nos créditos de longo prazo e aumento de 4,0% nos empréstimos de curto prazo, em relação ao 1º semestre de 2019.

Tabela 7 - Contratações de Operações de Crédito

Tipo	1º semestre de 2019		1º semestre de 2020		Variação Valor
	Quantidade (unidade)	Valor (milhões)	Quantidade (unidade)	Valor (milhões)	
Longo Prazo	255.018	13.683,6	285.691	13.004,3	-5,0%
Curto Prazo	2.246.289	5.150,8	2.084.360	5.355,1	4,0%
Total	2.501.307	18.834,4	2.370.051	18.359,4	-2,5%

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Controle e Risco

O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) foi responsável por 96,2% das contratações de longo prazo do Banco, em termos de valor, e 98,8% considerando a quantidade de operações. No 1º semestre de 2020, o valor total de contratações de recursos oriundos do Fundo foi de R\$ 12,5 bilhões, redução de 6,9% em comparação com o mesmo período do ano anterior, mesmo em período da atual Pandemia.

Tabela 8 – Contratações de Financiamentos de Longo Prazo

Tipo	1º semestre de 2019		1º semestre de 2020		Variação Valor
	Quantidade (unidade)	Valor (milhões)	Quantidade (unidade)	Valor (milhões)	
FNE	250.428	13.429,0	282.377	12.506,7	-6,9%

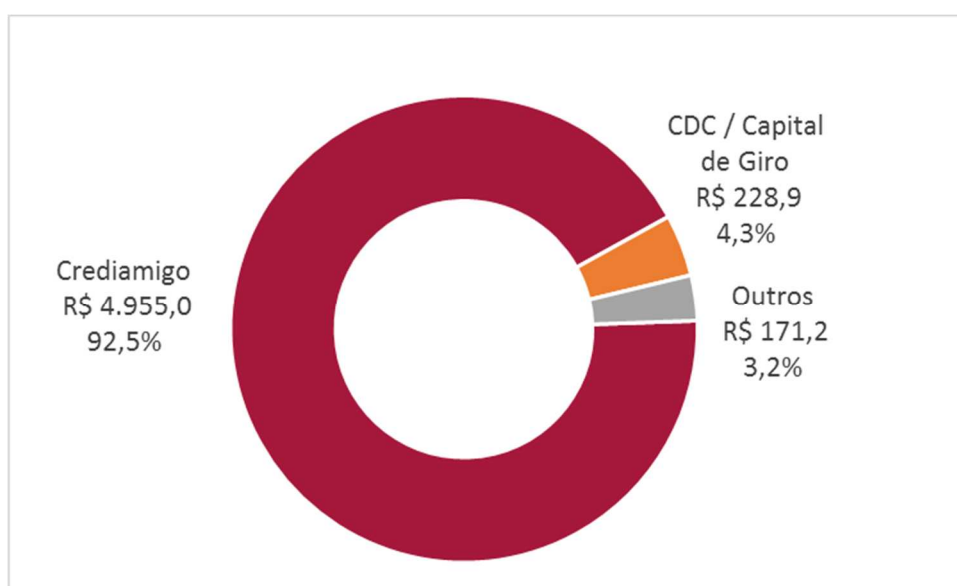
Outras fontes	4.590	254,6	3.314	497,6	95,4%
Total	255.018	13.683,6	285.691	13.004,3	-5,0%

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Controle e Risco

Em relação às contratações de operações de crédito de curto prazo, que cresceram 4,0%, o programa de microcrédito produtivo e orientado do BNB, o Crediamigo, foi responsável por 92,5% dessas contratações e incremento de 3,9% no valor contratado. Já as operações de CDC / Capital de Giro cresceram 60,4% e respondem por 4,3% do volume contratado de curto prazo.

Gráfico 1 – Contratações de Empréstimos de Curto Prazo (R\$ milhões)

Total R\$ 5.355,1 milhões



Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Controle e Risco

4.2.2 Eficiência Operacional

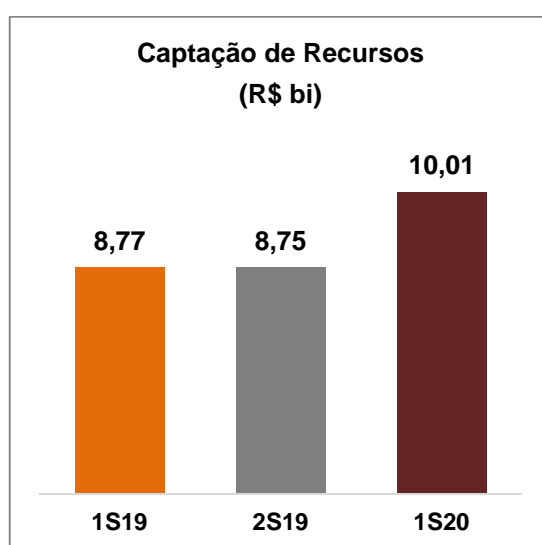
O Banco do Nordeste apresentou, no 1º semestre de 2020, um índice de eficiência operacional de 68,4%, apurado segundo o modelo de demonstração do resultado gerencial, caracterizado pela gestão das despesas administrativas em relação ao conjunto da margem da intermediação financeira e das receitas com prestação de serviços. No período, houve um decréscimo de 15,5 pontos percentuais em comparação com junho de 2019. Tal resultado é reflexo da redução da margem financeira (-35,8%) se comparada a junho de 2019 (R\$ 1.124,6 milhões em jun/2020, contra R\$ 1.752,5 milhões em jun/2019). Houve, no período, uma pequena elevação nas despesas com pessoal (R\$ 1.049,7 milhões em jun/2020 contra R\$ 999,8 milhões em jun/2019), explicada pelo reajuste salarial concedido na data base de setembro de 2019. Quanto às demais despesas administrativas, observa-se, no período, aumento de 6,2%, com destaque para as seguintes elevações: R\$ 42,8 milhões (14,7%) em Serviços de Terceiros e R\$ 9,6 milhões (290,8%) em Propaganda e Publicidade, que contribuem para geração de margem financeira das carteiras de crédito. Em contrapartida, houve, no período, elevação de 6,3% nas Receitas de Prestação de Serviços, que alcançaram a cifra de R\$ 1.364,8 milhões no fim do 1º semestre de 2020. Cumpre salientar que na posição

junho/2019 houve incremento nas margens de operações de crédito do Crediamigo e renegociações baseadas no art. 29-A da Lei 13.606/18 (Prodecer III) que contribuíram, sobremaneira, para o resultado do índice naquele período.

4.2.3 Captação de Recursos

O saldo de captações em depósitos do Banco do Nordeste atingiu o volume de R\$ 10,01 bilhões em junho de 2020, apresentando uma evolução de 14,2% em relação ao primeiro semestre de 2019. Esse desempenho é resultante das movimentações ocorridas nas seguintes carteiras: depósitos à vista, que obteve um incremento de R\$ 287,1 milhões no período, alcançando o volume de R\$ 715,0 milhões; poupança, que apresentou elevação dos depósitos e evolução de 46,5% em 12 meses, apresentando o saldo de R\$ 3,65 bilhões em junho de 2020 e, depósitos a prazo, que mesmo apresentando uma redução de 3,4% em relação ao período anterior, totalizou um saldo de R\$ 5,65 bilhões, em linha com a estratégia de captação do Banco.

Figura 4 – Captação de Recursos



Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria Financeira e de Crédito

Tabela 9 – Captações de Recursos (R\$ milhões)

Captações	1º semestre de 2019	1º semestre de 2020	Δ% 12 Meses
Depósitos à Vista	427,9	715,0	67,1%
Depósitos de Poupança	2.491,5	3.651,2	46,5%
Depósitos a Prazo - CDB	5.848,4	5.647,9	-3,4%
Total	8.767,8	10.014,1	14,2%

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria Financeira e de Crédito

4.2.5 Distribuição e Gestão de Fundos de Investimento

No 1º semestre de 2020, o patrimônio líquido dos fundos de investimento alcançou o saldo de R\$ 9.011,3 milhões, um crescimento de 14,9% em relação ao 1º semestre de 2019. Na mesma posição, o Banco do Nordeste executava a gestão de 21 fundos de investimento, com 92.044 cotistas, uma evolução de 12,0% em relação ao ano anterior. A receita com taxa de

administração dos fundos de investimento totalizou R\$ 32,7 milhões no 1º semestre de 2020, um incremento de 26,4% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor)

O Patrimônio Líquido do Finor atingiu, no 1º semestre de 2020, o valor de R\$ 1.089,1 milhões, apresentando um acréscimo de 26,6% em relação ao 1º semestre de 2019, em decorrência de remuneração incidente sobre os recursos do Fundo depositados no Banco do Nordeste ainda não aplicados e do ingresso de recursos oriundos de incentivos fiscais. A receita com taxa de administração sobre a carteira do Finor totalizou R\$ 10,2 milhões no 1º semestre de 2020, um acréscimo de 10,4% em relação ao mesmo período de 2019, em decorrência do aumento do patrimônio líquido do Fundo.

4.3 Performance por Segmento de Clientes

Agricultura Familiar

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) é o programa do Governo Federal que apoia o segmento econômico da agricultura familiar. O Banco do Nordeste é o principal agente financeiro do Pronaf na Região, contando com uma carteira ativa no valor de **R\$ 9,67 bilhões**, correspondentes a **1,82 milhão de operações**. Somente no primeiro semestre de 2020, foram contratados **251,4 mil financiamentos**, totalizando **R\$ 1,49 bilhão de aplicação**.

Do total dos recursos, **76,6%** foram destinados a financiamentos na região semiárida. Comparando o resultado obtido em 2020 com o mesmo período de 2019, houve aumento de **12,17%** no volume de recursos aplicados no segmento e **10,56%** na quantidade de operações contratadas.

Segmento Agricultura Familiar

O Segmento Agricultura Familiar compreende a carteira de agricultores familiares atendidos pelo Pronaf, excetuando-se os clientes que compõem o Segmento Microempreendedor Rural - Agroamigo, contando com uma carteira ativa no valor de **R\$ 4,95 bilhões** e **434 mil operações**.

No primeiro semestre de 2020, o Banco contratou **8.574 operações** com esse segmento, envolvendo recursos da ordem de **R\$ 253,0 milhões**, dos quais, **79%** foram destinados a financiamentos na região semiárida.

Comparando o resultado obtido em 2020 com o mesmo período de 2019, houve aumento de **11,06%** no volume de recursos aplicados no segmento e **3,9%** na quantidade de operações contratadas.

Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)

O PNCF Social inclui o Subprojeto de Aquisição de Terras (SAT) que compreende recursos para aquisição de imóveis rurais e das benfeitorias neles existentes e, ainda, despesas acessórias relativas à aquisição do imóvel rural, como tributos, serviços de medição, incluindo topografia e georreferenciamento, emolumentos e custas cartorárias.

Quanto aos recursos para investimentos, o PNCF Social diferencia-se nas seguintes modalidades:

PNCF Social/SIC – compreende recursos não reembolsáveis provenientes do Subprograma de Combate à Pobreza Rural constituído de dotações consignadas no Orçamento Geral da União para estruturação das unidades produtivas, destinados a famílias organizadas em

associações compostas por no máximo 30 (trinta) famílias, cujos beneficiários tenham sido contemplados com o financiamento para a aquisição de terra por intermédio do PNCF Social.

PNCF Social/SIB – destinado às famílias interessadas em ter acesso de forma individual aos recursos reembolsáveis provenientes do Fundo de Terras para estruturação das unidades produtivas.

No 1º Semestre de 2020, foram realizadas **202 operações** pelo PNCF Social, as quais somaram **R\$ 13,5 milhões**.

Agronegócio

O Banco do Nordeste é líder no crédito rural em sua área de atuação, agindo de forma diferenciada e com soluções inovadoras para os clientes. Para tanto, está atento aos cenários e tendências do Agronegócio, adequando seus produtos e serviços visando dar maior competitividade aos produtores rurais.

Com apenas 8,3% da rede bancária instalada nos nove estados do Nordeste, norte de Minas Gerais e norte do Espírito Santo, o Banco responde por 55,1% do crédito rural, chegando à 80% de participação no estado do Rio grande do Norte. Esses dados denotam a *performance* do Banco e o colocam como principal financiador do Agronegócio em sua área de atuação regional.

Nesse sentido disponibiliza linhas de crédito para inovação, custeio e comercialização, além do investimento, e programa para viabilizar a energia solar no campo, este último de forma digital, com a solicitação do crédito por meio da *Internet*.

Para a competitividade do agronegócio é fundamental a inovação no campo e a incorporação de tecnologias que visem ganhos de produtividade, desburocratização de processos, eficiência de custos, automatização e competitividade dos empreendimentos financiados. Nesse sentido, o Banco disponibiliza a linha de crédito FNE Agro Inovação, que apresenta as melhores taxas do mercado.

No primeiro semestre de 2020, o Banco do Nordeste contratou com produtores rurais pessoas físicas 3.949 operações de crédito no valor de R\$ 1,64 bilhão, montante superior a 33% do valor contratado no mesmo período do ano passado.

Especificamente com clientes dos portes mini e pequeno o Banco do Nordeste contratou 3.646 operações de crédito, representando um crescimento de 19% em relação a 2019 e foram investidos recursos do FNE no montante de R\$ 836,7 milhões, o que corresponde a um acréscimo de 27% em comparação ao valor contratado no primeiro semestre de 2019. O investimento em mini e pequenos produtores representa 92% do número de operações realizadas com produtores rurais pessoa física e 51% no valor das aplicações. Quanto à finalidade do crédito, registra-se que 54% foram destinados ao custeio e 45% para investimento. Com relação à região onde os recursos foram aplicados, vale ressaltar que 53% foram destinados ao semiárido nordestino.

Para os demais portes, o Banco contratou 303 operações com recursos do FNE, correspondendo a R\$ 807,4 milhões aplicados, alcançando 119% da meta estabelecida para o período. O volume aplicado representa um acréscimo de 40% em comparação ao mesmo período do ano anterior. Quanto à finalidade do crédito, registra-se que 65% foram destinados ao custeio, 30% para investimento e 5% à comercialização.

O Banco do Nordeste participa ainda do Plano AgroNordeste em todos os níveis, procurando contribuir desde a elaboração de estratégias à atuação nos municípios, com a participação de colaboradores das Unidades Operacionais, inclusive agentes de microcrédito, tendo aplicado nos territórios do Programa, o montante de R\$ 2,08 bilhões no primeiro semestre.

É importante destacar as parcerias estratégicas com federações, entidades empresariais e institucionais que têm forte atuação junto ao Agronegócio. Nesse sentido, o acordo de

cooperação com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) objetiva o atendimento aos produtores por meio do acesso ao crédito, da assistência técnica e gerencial e do acompanhamento dos empreendimentos. Por outro lado, as parcerias com empresas fornecedoras visam estabelecer ações para a modernização e mecanização do setor. Destaque-se que mantemos ampla parceria com as Emater de todos os estados, que tem viabilizado o acesso dos produtores ao crédito com assistência técnica.

Ressalta-se, ainda, que o Banco do Nordeste segue as diretrizes do Governo Federal, e para o Agronegócio, especificamente, atua em sintonia com o Ministério do Desenvolvimento Regional e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, além de potencializar as ações junto com outras instituições regionais, como Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste e Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco.

O Banco do Nordeste participa do Plano Safra atendendo a produtores rurais de todos os portes que atuam na região Nordeste e norte dos estados de Espírito Santo e de Minas Gerais, área de atuação do Banco. No Plano Safra 2019/2020, o Banco do Nordeste teve seus recursos direcionados para operações de custeio, investimento e comercialização, por meio das diversas linhas de financiamento, com uma aplicação de R\$ 8,14 bilhões, representando 104,5% sobre a meta estabelecida para o período.

É importante registrar o forte direcionamento estratégico do Banco para melhoria e aperfeiçoamento dos processos com a implantação de novos projetos durante o ano 2020, o que proporcionará maior comodidade, menor custo e elevação dos negócios com este segmento.

Microempreendedor Urbano – Crediamigo

O Crediamigo é o Programa de Microcrédito Produtivo Orientado do Banco do Nordeste que facilita o acesso ao crédito a milhões de empreendedores pertencentes aos setores informal ou formal da economia.

O atendimento personalizado, a utilização de metodologia específica para microcrédito urbano, a orientação financeira e ambiental, bem como o crédito ágil e adequado ao ciclo do negócio são diferenciais do Programa, que o consolidam como líder do microcrédito na América do Sul.

No 1º semestre de 2020, o Crediamigo contratou 2,036 milhões de operações. O valor emprestado no semestre ultrapassou a cifra de R\$ 4,95 bilhões, apresentando um crescimento de 3,87% comparativamente ao acumulado até junho de 2019.

Microempreendedor Rural – Agroamigo

O Agroamigo, microcrédito rural do Banco do Nordeste, lançado em 2005, tem como premissa a concessão de crédito orientado e acompanhado aos agricultores familiares, utilizando metodologia própria, específica às condições do meio rural, por meio do Pronaf.

No primeiro semestre de 2020, o Banco do Nordeste contratou pelo Agroamigo **242,9 mil operações**, envolvendo recursos da ordem de **R\$ 1,24 bilhão**, o que representa um crescimento de **12,2%** em relação aos valores contratados no primeiro semestre de 2019. Do total dos recursos, **76,7%** foram destinados a financiamentos na região semiárida.

O Programa atingiu uma carteira ativa de **R\$ 4,72 bilhões** e mais de **1,39 milhão de operações**. Do universo de **1,27** milhão de clientes, aproximadamente **93,8%** possuem conta corrente no Banco.

O Agroamigo atende os agricultores familiares por meio de duas modalidades: o Agroamigo Crescer, voltado aos clientes do Pronaf Grupo B e o Agroamigo Mais, para atendimento aos demais grupos do Pronaf, em operações de até R\$ 15 mil, exceto Grupos A e A/C.

Aproximadamente, **53,7%** dos clientes atendidos pelo Agroamigo são beneficiários do Programa Bolsa Família.

Micro e Pequena Empresa (MPE)

O Banco do Nordeste alcançou, no primeiro semestre de 2020, resultado recorde em aplicação de crédito junto ao segmento de Micro e Pequenas Empresas (MPEs). Somando-se recursos internos e do FNE foram contratados **R\$ 2,23 bilhões**, atendendo 18.111 micros e pequenas empresas em 24.214 operações de crédito. Esse número representa um crescimento na ordem de 28,0% no volume de aplicação comparando com o mesmo período do ano passado, com crescimento na ordem de 29,5% na quantidade de clientes atendidos.

Entre as diversas medidas para mitigar os efeitos da pandemia do novo corona vírus, foi criada a linha de crédito FNE-Emergencial com taxas de juros fixas de 2,5% a.a. No 1º semestre de 2020 foi contratado o volume de R\$650 milhões com segmento de micro e pequenas empresas, complementando a missão de oferecer o suporte financeiro aos empreendedores e consolidando o Banco do Nordeste como parceiro da MPE na Região.

Entre as diversas ações desenvolvidas com o objetivo elevar o apoio às Micro e Pequenas Empresas, o Banco do Nordeste vem ampliando as parcerias com entidades de classe. No semestre, em razão das dificuldades causadas pela pandemia do Covid-19, foram realizadas divulgações por meio de “lives” com parceiros como Sebrae, Conselho Brasileiro de Odontologia-CBO, CVC, BOB’s, etc., o que garantiu o crescimento do número de operações junto aos filiados das entidades parceiras. Houve também a ação de capacitação dos gerentes de negócios especializados em micro e pequenas empresas, por meio da realização de treinamentos presenciais e à distância.

Uma ação marcante realizada em conjunto com diversas áreas da Direção Geral, foi o estímulo às sugestões de melhoria de processos, normas e sistemas. Das 92 sugestões recebidas das Agências, foram implementadas efetivamente 45 iniciativas até junho/20. A previsão é que sejam implantadas até o final deste ano, outras 22 iniciativas. Os aperfeiçoamentos visam melhorar a experiência e satisfação dos clientes.

O setor de comércio foi o principal beneficiado pelas linhas de crédito destinadas às micro e pequenas empresas no semestre, sendo atendido com R\$ R\$1,19 bilhão em contratações, correspondendo a 55,9% dos recursos do FNE aplicados pelo Banco do Nordeste neste segmento, conforme apresentado na Tabela 10.

Na região do Semiárido, que é um dos subespaços prioritários da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), foram contratadas, com recursos do FNE, 10.478 operações, o que representa 51,0% do total de operações efetivadas.

Tabela 10 – Contratações do Segmento MPE Por Setor Econômico

Setor Econômico	% de Contratações
Comércio	55,9%
Serviços	24,4%

Indústria	18,1%
Rural	1,6%
Total	100%

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Negócios

Corporate

O segmento *Corporate* é composto por empresas de grande porte com faturamento bruto anual superior a R\$ 400,0 milhões, além de empresas com operações sindicalizadas ou no âmbito da Infraestrutura, independentemente do seu faturamento. No primeiro semestre de 2020, as 14 carteiras *Corporate* tinham 922 clientes, um quantitativo 13,0% maior em relação à base de clientes existentes no final do primeiro semestre de 2019. Dos 922 clientes, 337 têm operações de crédito contratadas e desembolsadas.

Até junho de 2020, as carteiras do segmento *Corporate* apresentaram os seguintes resultados:

- i) contratações com recursos do FNE, inclusive operações de Infraestrutura e NE Exportação, no valor de R\$ 3,43 bilhões;
- ii) contratações de crédito de curto prazo e comércio exterior no montante de R\$ 216,1 milhões; e
- iii) desembolsos de operações com recursos do FNE, inclusive operações de Infraestrutura, da ordem de R\$ 3,34 bilhões.

A participação do segmento *Corporate* na aplicação de recursos do FNE, ao final do 1º semestre/2020, foi de 27,5% de toda contratação do Banco com essa fonte de recursos, influenciado principalmente pelas contratações no âmbito da Infraestrutura. As contratações do semestre totalizaram R\$ 3,43 bilhões, tendo um estoque de cartas-consulta e propostas em tramitação em torno de R\$ 16,55 bilhões, valor mais que suficiente para o cumprimento da programação anual de FNE Tradicional e Infraestrutura no valor de R\$ 9,52 bilhões.

Pessoa Física

O segmento *Pessoa Física* tem modelo de atendimento preferencialmente digital, com priorização dos produtos de financiamento estudantil e de crédito para energia solar.

O atendimento está focado nos sócios de empresas clientes, estudantes, tomadores de FNE Sol, funcionários do Banco e de empresas com negócios com o BNB.

No 1º semestre de 2020 foram contratados mais de R\$ 49,9 milhões em operações do programa FNE Sol Pessoa Física, correspondendo ao total de 1.687 operações, cujo valor representa o alcance de 184,8% da meta para o período. Além disso, as operações de Financiamento Estudantil (P-Fies), também com recursos do FNE, ultrapassaram a marca dos R\$ 4,7 milhões contratados.

Com negócios do Crédito Comercial, até junho deste ano, o segmento alcançou mais de R\$ 200 milhões em saldo médio, bem como, atingiu R\$ 1,95 bilhão em Captação de Recursos.

É importante destacar as ferramentas digitais disponibilizadas para os clientes, como o FNE Sol Pessoa Física, via *Internet*, bem como os aplicativos para ALUNO e UNIVERSIDADE, visando facilitar o acesso ao financiamento estudantil

Governo

Ao final de junho de 2020, a carteira de governo, atingiu 1.745 clientes, representando uma redução da base em 7,66% em relação ao mesmo período de 2019. O ativo das carteiras de

governo (atendimento e especializadas) atingiu R\$ 542,9 milhões em saldo devedor e saldo médio de R\$ 454,3 milhões em aplicações financeiras.

Empresarial

O segmento Empresarial é composto por empresas de pequeno-médio, médio e grande portes, abrangendo as pessoas jurídicas com faturamento anual superior a R\$ 4,8 milhões até R\$ 400,0 milhões. Ao final do primeiro semestre de 2020, o Banco alcançou o quantitativo de 12.247 clientes, apresentando um incremento de 10% em relação à base de clientes existentes no final do primeiro semestre de 2019.

No primeiro semestre de 2020, o segmento Empresarial contratou 11.048 operações que totalizaram R\$ 4.230,28 milhões, desempenho 13,6% maior em relação ao primeiro semestre do ano anterior. Até junho de 2020, as carteiras do segmento Empresarial apresentaram os seguintes resultados: alcançou-se um ativo de R\$ 780,65 milhões de crédito de curto prazo; no comércio exterior o montante contratado foi de R\$ 118,58 milhões; contratações de crédito especializado, incluindo operações com recursos do FNE e algumas operações remanescentes de FNE Infraestrutura no valor de R\$ 3,49 bilhões. Vale ressaltar que foi desembolsado R\$ 3,19 bilhões em operações com o FNE.

O segmento empresarial também se destacou contratando R\$ 208,06 milhões em cartões BNB no primeiro semestre de 2020. Ainda com o cartão BNB houve o desembolso de R\$ 286,45 milhões para capital de giro e R\$ 37,74 milhões para investimento. Em relação à captação o segmento mantém em saldo médio R\$ 5.143,93 em poupança e fundo de investimento.

4.4 Recuperação de Crédito

No primeiro semestre do ano de 2020 foram regularizados mais de R\$ 1,49 bilhão de créditos inadimplidos que estavam em situação de prejuízo e/ou com atraso superior a 60 dias, dentre os quais R\$ 176,2 milhões foram recebidos em espécie. Este montante importou na regularização de 55.683 operações com recursos do FNE e de 3.828 operações com outras fontes.

O volume de regularização, apresentou renegociações inferiores ao mesmo período de 2019, tendo em vista o término da vigência da Lei nº 13.340/2016, que possibilitou, até o fim daquele exercício, a liquidação ou renegociação de operações contratadas até 2011. Acrescente-se à diminuição da performance, os impactos econômicos das medidas de isolamento social decorrentes da pandemia da COVID-19, que afetaram fortemente as empresas da Região devido as medidas sanitárias adotadas pelos órgãos de saúde.

No enfrentamento dos efeitos prejudiciais na economia, medidas foram tomadas com a implementação pelo Banco da “Renegociação Emergencial de Dívidas - Impactos Negativos da Covid-19” e da publicação das Resoluções do CMN n.ºs 4.798 e 4.801, destinadas a mitigar as dificuldades operacionais e financeiras causadas pela pandemia, destacando as regularizações de operações efetuadas nas formas digital e automática, que do valor total regularizado, mais de R\$ 825,2 milhões foram efetivados por meio desses dispositivos. Vide Tabela 11.

Tabela 11 – Quantidades de Operações e Valores de Regularização de Dívidas, através da ‘Renegociação Emergencial’ e das Resoluções CMN n.ºs 4.798 e 4.801

(R\$ mil)

Tipo de Regularização	Quantidade de Operações.	Valor. Regularizado
Renegociação Emergencial	1.357	112.238
Resol. CMN nº 4.798	7.815	645.535
Resol. CMN nº 4.801	28.221	67.436

Fonte: Banco do Nordeste – Diretoria Financeira e de Crédito

Segue Tabela 12 contendo os quantitativos de operações e os valores regularizados em 2019 e 2020:

Tabela 12 – Quantidades de Operações e Valores de Regularização de Dívidas

(R\$ mil)

2019 1º semestre		2020 1º semestre	
Quantidade Ops.	Valor	Quantidade Ops.	Valor
89.453	7.665.301	59.511	1.498.743

Fonte: Banco do Nordeste – Diretoria Financeira e de Crédito

5. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Governança no setor público é compreendida essencialmente como “um conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade” (disponível em: <http://www.tcu.gov.br/governanca>).

A estrutura de Governança Corporativa do Banco do Nordeste é definida em seu Estatuto Social e está assim representada:

- Assembleia Geral
- Conselho de Administração
- Diretoria Executiva
- Conselho Fiscal
- Comitê de Auditoria
- Comitê de Remuneração e Elegibilidade
- Comitê de Riscos e de Capital
- Auditoria Interna
- Ouvidoria
- Controles Internos e *Compliance*
- Comissão de Ética
- Auditoria Externa

Além disso, com o objetivo de fortalecer a governança corporativa, o Banco mantém comitês colegiados para tomada de decisões internas, os quais têm suas atribuições definidas em normativos internos.

5.1 Auditoria

A Superintendência de Auditoria do Banco do Nordeste tem por propósito a avaliação dos processos de gerenciamento de riscos e governança, visando adicionar valor à organização, reportando à alta administração a eficácia do sistema de controle interno. Utiliza a metodologia de auditoria de processos com foco em riscos, por meio da qual vem aprofundando o conhecimento dos processos corporativos, contribuindo com a melhoria das estruturas de controle, de forma independente e objetiva. No primeiro semestre de 2020, destacam-se os seguintes trabalhos de auditoria no período examinado: Controles Internos; Convênios, Acordos e Ajustes; Fundos de Investimentos – Finor; Gerenciamento de Recursos de Tesouraria; Gestão de Riscos - Impactos da Pandemia; Prestação de Contas – FAT; Recuperação de Crédito - Cobrança Extrajudicial; e Segurança Cibernética.

5.2 Controles Internos

O Banco do Nordeste possui uma estrutura integrada de gerenciamento de riscos, onde os controles internos estão presentes em todos os níveis da Instituição e é exercida pelas três linhas de defesa do Sistema de Controles Internos. Os pilares dessa estrutura são as boas práticas de governança corporativa; a integridade das pessoas e os valores éticos; o compromisso de seus empregados em atuar com foco nos objetivos empresariais; a transparência e a busca pela segregação de funções, possibilitando a adequada delegação de autoridade e de atribuições; e as políticas de gestão de riscos, controles internos, *compliance* e de segurança da informação.

A Estrutura de Controles Internos do Banco do Nordeste está descrita no item 6 da Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, que está disponibilizada no *site* do Banco na *Internet*, podendo ser acessada pelo descrito a seguir: <https://www.bnb.gov.br/sobre-o-bnb/carta-anual-de-politicas-publicas-e-governanca-corporativa>.

Com o objetivo de avaliar se os processos estão sendo realizados de acordo com as políticas, normas e procedimentos, o Banco do Nordeste utiliza indicadores de conformidade, que têm estabelecido como piso mínimo o percentual de 95%. O indicador referente ao período acumulado de janeiro a junho de 2020 foi de aproximadamente 98%, superando o registrado no exercício de 2019, observando-se um quadro de ascendência em relação ao piso mínimo estabelecido para esse indicador.

Pelo exposto, o conjunto de políticas e diretrizes do BNB reforça o direcionamento para a atuação com transparência, em cumprimento às leis, normas e regulamentos do sistema financeiro nacional, e para a gestão institucional efetivada em modelos que buscam o cumprimento da missão, a continuidade da organização e a geração de resultados favoráveis e sustentáveis.

5.3 Gestão de Riscos

A Política Corporativa de Gestão de Riscos do Banco do Nordeste estabelece como princípio essencial, a manutenção do sistema de gestão de riscos estruturado e integrado às atividades gerenciais da Instituição. Para fins da gestão integrada de riscos define-se a relevância dos riscos em função do seu potencial de impacto no alcance dos objetivos estratégicos da Instituição. Para os riscos considerados relevantes são definidos modelos, estratégias, processos, procedimentos e sistemas para o seu gerenciamento, sendo eles: risco de crédito, risco de mercado, risco de liquidez, risco de taxa de juros (IRRBB), risco de concentração, risco operacional e socioambiental. Esses riscos são monitorados e reportados sistematicamente à Diretoria Executiva, ao Comitê de Gestão de Riscos, ao Comitê de Riscos e de Capital e ao Conselho de Administração.

Para definição dos limites de apetite por riscos foram considerados, entre outros aspectos, o planejamento estratégico da Instituição, o histórico dos indicadores já utilizados na gestão de riscos, a expectativa de realização de negócios para os próximos anos, bem como o cenário econômico-financeiro. O responsável pela definição e pela revisão periódica do apetite por riscos no Banco do Nordeste é o Conselho de Administração, com o auxílio do Comitê de Riscos e de Capital, da Diretoria Executiva e do Diretor de Controle e Risco (CRO).

O processo de gestão de riscos do Banco do Nordeste fundamenta-se, portanto, na observação da legislação vigente, na Política Corporativa de Gestão de Riscos, na Declaração de Apetite a Riscos (RAS), na adoção das boas práticas de mercado e no uso de modelos

metodológicos definidos e documentados, passíveis de serem testados quanto à consistência, confiabilidade, integridade e transparência dos resultados.

Outras informações sobre a nossa política de Gestão de Riscos e Controles Internos estão disponíveis na seção 5 do Formulário de Referência 2020 ano-base 2019, disponíveis no sítio <https://www.bnb.gov.br/demonstrativos-contabeis-e-documentos-cvm>

6. RELACIONAMENTOS

6.1 Relacionamento com Cliente

No 1º semestre de 2020, o Centro de Relacionamento realizou 2.906.798 atendimentos, apresentando uma elevação de 25,2% comparado ao 1º semestre de 2019. O canal Receptivo Voz (telefone), no 1º semestre deste ano, realizou 240.962 atendimentos, o que representa 49,7% de aumento com relação ao mesmo período de 2019. Os canais Multimeios realizaram 57.771* atendimentos com uma elevação de 106% se comparado ao 1º semestre do ano passado. O serviço de emissão de boletos diminuiu para 12.463, o que representa decréscimo de 30% em relação ao 1º semestre de 2019. Isso ocorreu devido à implantação da Câmara Interbancária de Pagamentos, que permite que o cliente não necessite solicitar novo boleto para pagamento, mesmo após o vencimento. O Atendimento Ativo realizou 2.595.602 atendimentos, aumentando em 22,8% o volume realizado na primeira metade do ano anterior.

*O cálculo de número de atendimentos dos Canais Multimeios não considera o Monitoramento da Caixa Postal Institucional do Banco e Monitoramento da Transparência Ativa. No 1º semestre de 2019, considerando estes dados, o número é de 69.958. Já sem estes números, a quantidade de atendimentos é de 28.042. Se considerarmos estes dados no 1º semestre de 2020, o número de atendimentos neste ano sobe para 122.822.

Ouvidoria

A Ouvidoria do Banco do Nordeste representa o cidadão, em última instância, nas suas demandas junto ao Banco do Nordeste, mediando conflitos e contribuindo com a melhoria dos processos, produtos e serviços. Tem como visão ser reconhecida como indutora da excelência no atendimento ao cidadão, parceira na promoção de melhorias nos processos, produtos e serviços, e referência em ouvidoria bancária.

No 1º semestre de 2020, foram registrados 525 atendimentos, entre reclamações, denúncias, elogios, sugestões e informações, representando uma redução de 17,58% em relação ao 2º semestre de 2019 (637 atendimentos).

De acordo com a Resolução CMN nº 4.433/2015, a Ouvidoria tem o prazo de 10 dias úteis para enviar resposta às demandas dos clientes e usuários do Banco do Nordeste, prazo que poderá, em até 10% do total de casos do mês, ser excepcionalmente prorrogado por mais 10 dias úteis. Destaque-se que, no 1º semestre de 2020, a Ouvidoria do Banco do Nordeste respondeu 100% das reclamações dentro do prazo legal.

Em abril/2017, o Banco do Nordeste assumiu o compromisso de atender a pelo menos 50% das reclamações recepcionadas em até 5 dias úteis, em consonância com o estabelecido no normativo Sarb nº 001/2008, do Sistema de Autorregulação Bancária, da Febraban. A Ouvidoria do Banco do Nordeste vem obtendo índices superiores ao estabelecido e neste 1º semestre de 2020, respondeu a 93% das reclamações dentro deste prazo.

6.2 Experiência Digital e Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)

Mesmo diante de um contexto tão difícil, neste primeiro semestre, o Banco do Nordeste conseguiu implantar vários projetos de Tecnologia da Informação, que são fundamentais para o seu desenvolvimento, pois possibilitam inseri-lo no cenário de transformação digital, tão exigido das empresas nos dias atuais, onde os negócios são cada vez mais dependentes de tecnologia e qualquer falha de tecnologia ou atraso tecnológico afeta sobremaneira o nível de competitividade da Instituição. As principais ações que foram implantadas ao longo do primeiro semestre de 2020 estão listadas a seguir:

- **Contratação do *Storage Mainframe*:** Projeto que atualizou a infraestrutura básica de armazenamento, que serve de suporte para a plataforma tecnológica de *mainframe* do Banco, aumentando a sua capacidade computacional centralizada e suportando o funcionamento dos sistemas do Banco com robustez e segurança.
- **Atualização do sistema operacional z/OS dos *mainframes* primário e secundário para versão 2.3:** Projeto que trouxe como benefícios: uma maior segurança e resiliência no auxílio à redução de riscos, a possibilidade de tratamento de segurança de dados para dispositivos móveis, uma excelência em Gerenciamento de Trabalho e Otimização de Recursos e uma maior facilidade no gerenciamento do sistema operacional z/OS.
- **Modernização do parque de *switches*:** Projeto que possibilitou a melhora da *performance* na rede local, uma utilização simplificada dos aparelhos VoIP e a garantia da expansão do Banco nas agências.
- **Implantação do Teletrabalho:** Projeto que permitiu, de maneira muito rápida, colocar em teletrabalho vários colaboradores de todo o Banco do Nordeste.
- **Gerenciamento de TEDs:** Projeto que possibilitou a ativação das mensagens de TEDs de débito no *Internet Banking* e Automação Bancária.
- **Sistema de Gestão e Avaliação Carteiras de Clientes:** Projeto que permitiu a avaliação do desempenho das carteiras negociais com maior agilidade e confiabilidade, auferindo a evolução do conjunto de negócios dos clientes integrantes das carteiras negociais dos diversos segmentos. Além de ter permitido que os gestores acessem informações relevantes para melhorar a *performance* e a rentabilidade de suas carteiras.
- **Evolução do Sistema de Controles Internos:** Evolução em que foram incluídos produtos e processos e realizadas novas integrações com outros sistemas, disponibilizando acesso a todos os envolvidos no processo e extinguindo a existência de ferramentas paralelas.
- **Assinatura Eletrônica:** Projeto de serviços de assinatura digital vinculados ao sistema GED, em diversos canais, de forma que os documentos de arquivos do Banco possam ser assinados de maneira ágil e sem a necessidade do uso do papel.
- **Sistema de Colegiados Estatutários:** Aquisição de solução para atender, entre outros requisitos, a convocação e a realização de reuniões, organização e a disponibilização de informações (documentos, planilhas, gráficos, imagens etc.), possibilitando uma maior facilidade de interação e melhorando o desempenho das funções por parte dos membros dos colegiados e seus assessores.
- **Contratação de Fábricas Ágeis:** Projeto de aquisição de serviços especializados em TI para aumentar a velocidade das entregas de novas versões dos *softwares*, bem como melhorar a qualidade do produto final.
- **Melhorias na Metodologia de Gerenciamento de Projetos:** Permitiu realizar revisões dos processos de planejamento e controle de custos, incluindo disciplinamento para revisão dos custos estimados dos projetos, com ressubmissão aos Comitês de TI.
- **Criação de Painel para Acompanhamento de Horas das Equipes:** Possibilitou que os gestores acompanhassem, diariamente, as atividades realizadas pelos funcionários em teletrabalho.

7. ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA DOS EMPREGADOS

7.1 Camed

A Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (Camed Saúde), criada em 1979, é integrante do Grupo Camed, em conjunto com a Camed Administradora e Corretora de Seguros Ltda e a Creche Paulo VI. A Camed Saúde dispõe de uma carteira de 37.552 beneficiários, na posição de junho de 2020, estando presente nas regiões Nordeste, norte de Minas Gerais e no norte do Espírito Santo, além do Distrito Federal.

No primeiro semestre de 2020 o resultado da Camed Saúde foi superavitário em R\$ 49 milhões. Esse resultado foi superior ao mesmo período do ano de 2019 em 192% em função do menor custo assistencial apresentado no período, em decorrência do menor volume de guias de atendimento aos beneficiários, apresentado pela rede prestadores de serviços credenciados, dado o período de pandemia do novo coronavírus, bem como do resultado positivo de equivalência patrimonial, decorrente do investimento em participação societária na Camed Vida, a qual obteve receita atípica em virtude de ganho de ação judicial de ISS- Imposto Sobre Serviços, contra a prefeitura Municipal da cidade do Recife (PE), no valor de R\$ 20 milhões.

A Camed Administradora e Corretora de Seguros Ltda (Camed Corretora) está presente principalmente na região Nordeste, por intermédio das Agências do Banco do Nordeste, e concluiu o referido semestre com um resultado positivo de R\$ 6,3 milhões, representando um crescimento de 45% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse resultado decorre principalmente da evolução das receitas de comissões das vendas de seguros de R\$ 29,2 milhões nos primeiros seis meses de 2019 para R\$ 32,4 milhões no mesmo período de 2020, representando um crescimento de 11%.

7.2 Capef

A Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste (Capef) é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), criada em 1967, que administra um patrimônio de investimento de R\$ 4,97 bilhões, na posição de 30/06/2020. A Capef possui 12.455 participantes e beneficiários assistidos. Estes participantes estão agrupados em dois planos previdenciários: um de benefício definido - Plano BD, plano fechado para ingresso de novos participantes e outro de contribuição variável - Plano CV I, criado em 2010. O Plano BD encerrou o 1º semestre de 2020 com 1.266 participantes ativos, 3.821 aposentados e 1.341 pensionistas e uma rentabilidade de 2,01% equivalente a 66,25% da sua meta atuarial de 3,04% (INPC + 5,50% ao ano). O Plano CV I é um plano que está em fase de acumulação de reservas. Até junho de 2020, esse plano obteve uma rentabilidade de -1,72% equivalente a -67,87% de sua meta atuarial de 2,53% (IPCA + 5,00% ao ano). Esta rentabilidade negativa do Plano CV I, decorre da crise no mercado em virtude da pandemia do Covid-19, que gerou colapso na área da saúde aliada a uma crise econômica, impactando fortemente o Mercado Financeiro. Contudo, cabe ressaltar que a gestão da Capef tem buscado realizar estratégias que minimizem as perdas sofridas. Este plano encerrou o semestre com 5.714 participantes ativos, 271 aposentados e 42 pensionistas.

8. INFORMAÇÕES LEGAIS

Em referência à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) n.º 381/03, de 14/01/2003, o Banco do Nordeste informa que a Ernst & Young Auditores Independentes S/S, contratada como Auditoria Externa, não prestou, no 1º semestre de 2020, quaisquer serviços que não fossem de auditoria externa.

Demonstrações Financeiras

B A N C O

Em R\$ MIL

Posição: 30.06.2020

**BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.**SEDE: AV. DR. SILAS MUNGUBA, 5700 - FORTALEZA - CEARÁ
CAPITAL ABERTO - C.N.P.J. nº 07.237.373/0001-20

Demonstrações Financeiras Individuais

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Semestre findo em 30 de Junho de 2020 e Exercício findo em 31 de Dezembro de 2019

Direção Geral e Agências no País
(Valores em R\$ Mil)**A T I V O**

		30.06.2020	31.12.2019
CIRCULANTE		13.236.279	12.766.795
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	(Nota 5)	3.028.418	3.444.451
INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....		10.704.132	9.787.989
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	(Nota 6.a)	426.626	100.431
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	(Nota 7)	2.187.080	1.823.441
Carteira Própria		1.672.074	1.438.346
Vinculados a Compromissos de Recompra.....		363.176	242.819
Vinculados à Prestação de Garantias		151.830	142.276
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		755.870	526.650
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar.....		65.844	508
Créditos Vinculados:			
Depósitos no Banco Central	(Nota 8.a)	689.391	525.291
Correspondentes.....		635	851
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(Nota 9.a)	5.604.189	5.412.295
Setor Público.....		75.396	75.318
Setor Privado		5.528.793	5.336.977
OUTROS CRÉDITOS.....		1.730.367	1.925.172
Carteira de Câmbio	(Nota 10.a)	1.137.076	855.128
Rendas a Receber	(Nota 10.b)	22.107	18.319
Negociação e Intermediação de Valores	(Nota 10.c)	37	20
Diversos	(Nota 10.d)	571.147	1.051.705
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO.....	(Nota 9.d)	(382.195)	(419.939)
Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa.....		(284.835)	(330.178)
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa.....		(97.360)	(89.761)
OUTROS VALORES E BENS		22.686	29.952
Outros Valores e Bens		16.125	15.412
(Provisão para Desvalorização)		(572)	(581)
Despesas Antecipadas		7.133	15.121
PROVISÕES PARA REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS	(Nota 7.a.3)	(136.762)	(75.658)
NÃO CIRCULANTE		45.783.391	45.863.976
INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....		43.091.599	42.895.832
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	(Nota 7)	38.080.730	37.998.820
Carteira Própria.....		35.788.958	36.112.739
Vinculados a Compromissos de Recompra		1.700.111	1.304.444
Vinculados à Prestação de Garantias		585.614	575.692
Títulos Objeto de Operações Compromissadas Com Livre Movimentação.....		6.047	5.945
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		76.926	74.903
Créditos Vinculados:			
Tesouro Nacional-Recursos do Crédito Rural		-	152
SFH - Sistema Financeiro da Habitação	(Nota 8.a)	76.926	74.751
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(Nota 9.a)	4.476.464	4.622.988
Setor Público		467.906	370.603
Setor Privado		4.008.558	4.252.385
OUTROS CRÉDITOS		457.479	199.121
Diversos	(Nota 10.d)	484.852	226.475
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa Sem Característica de Concessão de Crédito).....	(Nota 10.e)	(27.373)	(27.354)
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO.....	(Nota 9.d)	(261.968)	(273.991)
Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa.....		(261.968)	(273.991)
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS.....	(Nota 21.c)	2.944.172	3.066.241
INVESTIMENTOS	(Nota 12.a)	1.412	1.592
Outros Investimentos		6.697	6.878
(Provisão para Perdas)		(5.285)	(5.286)
IMOBILIZADO	(Nota 12.b)	602.699	595.890
Imóveis de Uso		281.360	174.027
Reavaliações de Imóveis de Uso.....		-	107.132
Outras Imobilizações de Uso		321.339	314.731
INTANGÍVEL	(Nota 12.c)	721	563
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES.....	(Nota 12.b)	(369.646)	(365.572)
PROVISÕES PARA REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS	(Nota 7.a.3)	(225.598)	(56.579)
TOTAL DO ATIVO.....		59.019.670	58.630.771

**BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.**SEDE: AV. DR. SILAS MUNGUBA, 5700 - FORTALEZA - CEARÁ
CAPITAL ABERTO - C.N.P.J. nº 07.237.373/0001-20

Demonstrações Financeiras Individuais

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Semestre findo em 30 de Junho de 2020 e Exercício findo em 31 de Dezembro de 2019

Direção Geral e Agências no País
(Valores em R\$ Mil)**P A S S I V O**

		30.06.2020	31.12.2019
CIRCULANTE.....		16.314.462	13.619.087
DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....		13.416.114	9.952.358
DEPÓSITOS	(Nota 13.b)	7.324.382	5.870.828
Depósitos a Vista.....		714.883	405.302
Depósitos de Poupança.....		3.651.232	2.633.831
Depósitos Interfinanceiros.....		1.705.681	1.165.021
Depósitos a Prazo.....		1.252.586	1.666.674
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO	(Nota 13.c)	2.062.369	1.545.801
Carteira Própria.....		2.062.369	1.545.801
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS	(Nota 15)	1.217	46.107
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS.....		50.131	429
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS.....		4.792	3.493
Recursos em Trânsito de Terceiros.....		4.662	3.381
Transferências Internas de Recursos.....		130	112
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS	(Nota 14.c)	1.135.700	881.557
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS-INSTITUIÇÕES OFICIAIS	(Nota 14.b)	117.762	102.555
Tesouro Nacional.....		123	168
BNDES.....		100.870	88.080
FINAME.....		16.769	14.307
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR	(Nota 14.d)	76.673	57.504
OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....		2.643.088	1.444.084
Negociação e Intermediação de Valores		153	153
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento		2.642.935	1.193.931
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital.....	(Nota 17)	-	250.000
OUTRAS OBRIGAÇÕES.....		1.785.296	2.537.610
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	(Nota 16.a)	45.517	1.699
Carteira de Câmbio	(Nota 16.b)	1.489	1.354
Sociais e Estatutárias	(Nota 16.c)	23.158	337.855
Fiscais e Previdenciárias	(Nota 16.d)	476.042	951.086
Diversas	(Nota 16.e)	1.239.090	1.245.616
RENDAS ANTECIPADAS.....	(Nota 18)	10.000	-
PROVISÕES		1.103.052	1.129.119
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas.....	(Nota 9.f.1)	939.544	960.882
Passivos Atuários.....	(Nota 24.j)	163.508	168.237
NÃO CIRCULANTE.....		36.816.612	39.584.279
DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....		31.319.210	34.133.276
DEPÓSITOS	(Nota 13.b)	6.895.942	6.379.026
Depósitos a Prazo.....		6.895.942	6.379.026
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO	(Nota 13.c)	6.028	5.924
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS-INSTITUIÇÕES OFICIAIS	(Nota 14.b)	1.020.025	1.065.182
Tesouro Nacional.....		403	337
BNDES.....		994.984	1.030.853
FINAME.....		24.638	33.992
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR	(Nota 14.d)	471.801	374.358
Repasse do Exterior.....		471.801	374.358
OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....		22.925.414	26.308.786
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	(Nota 17)	2.613.477	2.545.199
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento		19.016.048	22.462.547
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital.....	(Nota 17)	1.295.889	1.301.040
RENDAS ANTECIPADAS	(Nota 18)	188.602	-
PROVISÕES		4.778.940	5.049.879
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas.....	(Nota 9.f.1)	1.905.292	1.787.943
Passivos Atuários.....	(Nota 24.j)	2.873.648	3.261.936
OBRIGAÇÕES FISCAIS DIFERIDAS		529.860	401.124
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(Nota 19)	5.888.596	5.427.405
CAPITAL		5.569.988	3.813.000
RESERVAS DE REAValiação.....		13.698	13.726
RESERVAS DE LUCROS.....		1.224.431	2.651.514
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES.....		(919.521)	(1.050.835)
TOTAL DO PASSIVO.....		59.019.670	58.630.771



BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S. A.

Demonstrações Financeiras Individuais

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Semestres findos em 30 de Junho de 2020 e 2019

Direção Geral e Agências no País

(Valores em R\$ Mil)

		30.06.2020	30.06.2019
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA.....		2.048.070	2.857.130
Operações de Crédito.....	(Nota 9.a.2)	1.137.971	1.319.292
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	(Nota 7.b)	561.487	1.408.204
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos		-	47.343
Resultado de Operações de Câmbio	(Nota 11.b)	338.507	69.486
Resultado das Aplicações Compulsórias	(Nota 8.b)	10.105	12.805
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA.....		(1.374.771)	(1.610.486)
Operações de Captação no Mercado.....	(Nota 13.d)	(237.791)	(489.654)
Operações de Empréstimos e Repasses.....	(Nota 14.e)	(942.656)	(904.333)
Provisão para Risco de Crédito	(Notas 9.e)	(194.324)	(216.499)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA.....		673.299	1.246.644
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		2.342.125	2.318.036
Receitas de Prestação de Serviços.....	(Nota 20.a)	1.310.782	1.233.015
Rendas de Tarifas Bancárias.....	(Nota 20.b)	48.167	44.745
FNE-Del credere.....	(Nota 20.f)	910.075	766.983
Outras Receitas Operacionais.....	(Nota 20.g)	73.101	273.293
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		(2.537.673)	(2.397.359)
Despesas de Pessoal	(Nota 20.c)	(1.049.747)	(999.790)
Outras Despesas Administrativas.....	(Nota 20.d)	(659.885)	(621.489)
Despesas Tributárias.....	(Nota 20.e)	(162.119)	(178.035)
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas.....	(Nota 20.h)	(388.620)	(142.052)
Provisão para Contingências Passivas.....	(Nota 20.i)	(147.610)	(84.890)
Outras Despesas Operacionais.....	(Nota 20.j)	(129.692)	(371.103)
RESULTADO OPERACIONAL		477.751	1.167.321
RESULTADO NÃO OPERACIONAL.....		27.828	(3.319)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES.....		505.579	1.164.002
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(Nota 21)	(152.381)	(372.895)
Provisão para Imposto de Renda.....		(177.046)	(155.406)
Provisão para Contribuição Social		(138.463)	(96.200)
Ativo Fiscal Diferido.....		163.128	(121.289)
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO.....	(Nota 25)	(20.661)	(46.330)
LUCRO LÍQUIDO.....		332.537	744.777
Nº de Ações (em mil)		86.371	86.371
Lucro Líquido por Ação Básico/Diluído (em R\$).....		3,85	8,62



BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S. A.
Demonstrações Financeiras Individuais
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
Semestres findos em 30 de Junho de 2020 e 2019
Direção Geral e Agências no País
(Valores em R\$ Mil)

	30.06.2020	30.06.2019
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE.....	332.537	744.777
Itens que podem ser reclassificados para a Demonstração de Resultado	(123.243)	315.996
Ajustes de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda.....	(228.915)	529.534
Efeito Tributário sobre Ajustes de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda.....	105.644	(211.181)
Realização da Reserva de Reavaliação	50	(3.928)
Efeito Tributário sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	(22)	1.571
Itens que não podem ser reclassificados para a Demonstração de Resultado	254.585	(362.959)
Ganhos ou Perdas Atuariais.....	462.882	(604.931)
Efeito Tributário sobre Ganhos ou Perdas Atuariais	(208.297)	241.972
RESULTADO ABRANGENTE	463.879	697.814



BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.
Demonstrações Financeiras Individuais
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Semestres findos em 30 de Junho de 2020 e 2019
Direção Geral e Agências no País
(Valores em R\$ Mil)

EVENTOS	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE REAValiaÇÃO	RESERVAS DE LUCROS				OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
		ATIVOS PRÓPRIOS	LEGAL	RESERVA PARA MARGEM OPERACIONAL	RESERVA PARA EQUALIZAÇÃO DE DIVIDENDOS	RESERVAS ESPECIAIS DE LUCROS			
SALDOS EM 31.12.2018.....	2.844.000	13.979	307.691	1.400.900	568.800	-	(950.962)	28.471	4.212.879
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES									
Credores.....								(919)	(919)
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES									
Ajustes de Avaliação Patrimonial de TVM (Líquidos dos Efeitos Tributários).....							318.353		318.353
Ganhos ou Perdas Atuariais (Líquidos dos Efeitos Tributários).....							(362.959)		(362.959)
AUMENTO DE CAPITAL:									
Proveniente de Reservas:									
Incorporação ao Capital	969.000			(969.000)					-
OUTROS EVENTOS:									
Reavaliação de Ativos:									
Constituição de Reservas (Líquida dos Efeitos Tributários).....		12						(12)	-
Realização de Reserva de Reavaliação de junho de 2019-Resolução CMN Nº 4.535.....		(42)						42	-
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE.....								744.777	744.777
Destinações:									
Reservas.....			37.239	550.771				(588.010)	-
Remuneração do Capital a Pagar:									
Dividendos.....								(17.507)	(17.507)
Juros sobre o Capital Próprio (JCP).....								(166.842)	(166.842)
SALDOS EM 30.06.2019	3.813.000	13.949	344.930	982.671	568.800	-	(995.568)	-	4.727.782
MUTAÇÕES DO SEMESTRE.....	969.000	(30)	37.239	(418.229)	-	-	(44.606)	(28.471)	514.903
SALDOS EM 31.12.2019	3.813.000	13.726	394.525	1.494.389	762.600	-	(1.050.835)	-	5.427.405
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES:									
Credores.....								218	218
Devedores.....								(2.809)	(2.809)
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES:									
Ajustes de Avaliação Patrimonial de TVM (Líquidos dos Efeitos Tributários).....							(123.271)		(123.271)
Ganhos ou Perdas Atuariais (Líquidos dos Efeitos Tributários).....							254.585		254.585
AUMENTO DE CAPITAL:									
Proveniente de Reservas:									
Incorporação ao Capital	1.756.988			(1.472.588)	(284.400)				-
OUTROS EVENTOS:									
Reavaliação de Ativos:									
Constituição de Reservas (Líquida dos Efeitos Tributários).....		(28)						28	-
OUTROS (Transferência para Lucros ou Prejuízos Acumulados - AGO de 27.03.2020).....				(69)				69	-
Provisão para Dividendos Complementares Exerc. 2019-AGO de 27.03.2020.....								(69)	(69)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE.....								332.537	332.537
Destinações:									
Reservas Legal e Estatutárias.....			16.627	176.075	58.691			(251.393)	-
Reservas Especiais de Lucros.....						78.581		(78.581)	-
SALDOS EM 30.06.2020	5.569.988	13.698	411.152	197.807	536.891	78.581	(919.521)	-	5.888.596
MUTAÇÕES DO SEMESTRE.....	1.756.988	(28)	16.627	(1.296.582)	(225.709)	78.581	131.314	-	461.191



BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.
Demonstrações Financeiras Individuais
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Semestres findos em 30 de Junho de 2020 e de 2019
Direção Geral e Agências no País
(Valores em R\$ Mil)

	30.06.2020	30.06.2019
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido do Semestre	332.537	744.777
Ajustes ao Lucro Líquido:		
Despesas de Depreciação e Amortização	6.203	5.736
Provisão Líquida para Desvalorização de Outros Valores e Bens	5	2.644
Provisão líquida para Risco de Crédito sobre Operações de Crédito do Banco	184.671	176.265
Provisão líquida para Risco de Crédito sobre Operações de Outros Créditos do Banco	9.653	40.234
Provisão líquida sobre Garantias Financeiras Prestadas (Riscos do FNE)	385.980	140.031
Provisão líquida sobre Garantias Financeiras Prestadas (Riscos do FDNE)	597	41
Provisão líquida para Contingências	50.073	41.647
Provisão líquida para Outras Contingências.....	96.505	43.032
Passivos Atuariais (Benefícios pós-emprego)	177.195	137.863
Provisão sobre Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Principal.....	28.236	157.532
Atualização Monetária de Depósitos Judiciais	5.891	8.810
Ativo Fiscal Diferido.....	(163.128)	121.289
Provisão líquida para Perdas em Créditos Vinculados-SFH.....	(50)	(49)
Atualização sobre Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Principal.....	3.251	4.674
Provisão para encargos sobre emissão de Letras Financeiras	16.388	2.072
Atualização Monetária sobre Depósitos Recursais.....	(6.548)	(6.264)
Atualização Monetária de Dividendos e JCP.....	1.828	-
Provisões para Redução ao Valor Recuperável de Ativos.....	230.122	-
Lucro Líquido Ajustado.....	1.359.409	1.620.334
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	(326.194)	88.853
Relações Interfinanceiras e Interdependências	(180.194)	6.128
Operações de Crédito.....	(230.042)	(128.238)
Outros Créditos.....	458.351	17.633
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito.....	(49.766)	51.042
Créditos Tributários.....	122.069	(105.561)
Outros Valores e Bens.....	7.941	2.573
Depósitos.....	1.964.579	(454.419)
Captações no Mercado Aberto	516.672	188.717
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos.....	(44.890)	38.686
Obrigações por Empréstimos e Repasses.....	340.805	(73.596)
Instrumentos Financeiros Derivativos.....	-	564.072
Outras Obrigações.....	(662.345)	(558.886)
Provisões.....	(297.006)	473.344
Rendas Antecipadas.....	198.602	-
Outros Instrumentos Financeiros.....	(2.184.369)	1.247.632
Obrigações Fiscais Diferidas.....	128.736	190.483
Estorno da Realização da Reserva de Reavaliação - Resolução CMN Nº 4.535.....	-	2.387
Realização de Reserva de Reavaliação de junho de 2019-Resolução CMN Nº 4.535.....	-	(30)
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos.....	(368.602)	(135.227)
Ajustes de Exercícios Anteriores.....	(2.591)	27.582
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS.....	751.165	3.063.509
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Inversões em Investimentos.....	-	(1)
Inversões em Imobilizado de Uso.....	(9.499)	(60.496)
Inversões em Intangível.....	(158)	-
Inversões em Bens Não de Uso Próprio.....	(678)	(6.428)
Alienação de Investimentos.....	180	-
Alienação(Baixa) de Imobilizado de Uso.....	561	395
Baixa do Ativo Intangível.....	-	19.385
Alienação de Bens Não de Uso Próprio.....	-	3.144
Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda.....	(568.820)	(2.179.606)
CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO.....	(578.414)	(2.223.607)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamento de Dividendos sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio	(95.545)	(131.021)
Pagamento de Eurobonds.....	-	(1.208.582)
Pagamento de Juros sobre Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Principal	(243.239)	(178.156)
Amortização de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Principal	(250.000)	-
CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO.....	(588.784)	(1.517.759)
Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	(416.033)	(677.857)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No Início do Período.....	3.444.451	7.615.109
No Fim do Período.....	3.028.418	6.937.252
Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	(416.033)	(677.857)



BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S. A.

Demonstrações Financeiras Individuais

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Semestres findos em 30 de Junho de 2020 e 2019

Direção Geral e Agências no País

(Valores em R\$ Mil)

	30.06.2020	%	30.06.2019	%
RECEITAS	3.557.777		4.357.303	
Intermediação Financeira	2.048.070		2.857.130	
Prestações de Serviços e Tarifas Bancárias	1.358.949		1.277.760	
Provisão para Risco de Crédito	(194.324)		(216.499)	
Outras Receitas/Despesas	345.082		438.912	
DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(1.180.447)		(1.393.987)	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(633.004)		(598.164)	
Materiais, Energia e Outros	(44.056)		(46.302)	
Serviços de Terceiros	(371.271)		(328.424)	
Outras	(217.677)		(223.438)	
Processamento de Dados e Telecomunicações	(124.111)		(135.897)	
Propaganda, Promoções e Publicações	(16.697)		(8.146)	
Transportes	(13.611)		(13.616)	
Segurança	(30.535)		(31.525)	
Viagens	(4.352)		(7.846)	
Outras	(28.371)		(26.408)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	1.744.326		2.365.152	
RETENÇÕES	(6.203)		(5.736)	
Depreciação, amortização e exaustão	(6.203)		(5.736)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	1.738.123		2.359.416	
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	1.738.123		2.359.416	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	1.738.123		2.359.416	
PESSOAL	928.489	53,4	911.337	38,6
REMUNERAÇÃO DO TRABALHO	610.792	35,14	636.216	27,0
Proventos	590.131		589.886	
Participação nos lucros	20.661		46.330	
BENEFÍCIOS	271.543	15,62	231.182	9,8
Provisões (Benefícios pós-emprego)	177.755		138.516	
Benefícios - Outros	93.788		92.666	
FGTS	46.154	2,66	43.939	1,9
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	456.419	26,3	685.713	29,1
Federais	435.049		665.519	
Estaduais	10		35	
Municipais	21.360		20.159	
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS	20.678	1,2	17.589	0,7
Aluguéis	20.678		17.589	
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS	332.537	19,1	744.777	31,6
JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	-	4,5	166.842	7,1
União	-		92.521	
Outros	-		74.321	
DIVIDENDOS	-	0,0	17.507	0,7
União	-		9.709	
Outros	-		7.798	
LUCROS RETIDOS NO SEMESTRE	332.537	14,6	560.428	23,8

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
INDIVIDUAIS DO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.**
Semestres findos em 30 de Junho de 2020 e 2019 e Exercício findo em 2019
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Índice das Notas Explicativas

Nota 1 - O Banco e suas Características	Nota 16 - Outras Obrigações
Nota 2 - Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras	Nota 17 - Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital
Nota 3 - Resumo das Principais Práticas Contábeis	Nota 18 – Rendas Antecipadas
Nota 4 - Informações por Segmento	Nota 19 - Patrimônio Líquido
Nota 5 - Caixa e Equivalentes de Caixa	Nota 20 - Outras Receitas/Despesas Operacionais
	Nota 21 - Impostos e Contribuições
Nota 6 - Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	Nota 22 - Provisões, Ativos Contingentes, Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias
Nota 7 - Títulos e Valores Mobiliários	
Nota 8 - Relações Interfinanceiras – Créditos Vinculados	Nota 23 - Remuneração Paga a Funcionários e Administradores
Nota 9 - Carteira de Crédito e Provisão para Perdas	Nota 24 - Benefícios Pós-Emprego
Nota 10 - Outros Créditos	Nota 25 - Participação nos Lucros (PLR)
Nota 11 - Carteira de Câmbio	Nota 26 - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)
Nota 12 - Investimentos, Imobilizado e Intangíveis	Nota 27 - Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)
Nota 13 - Depósitos e Captações no Mercado Aberto, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital e Dívidas Subordinadas	Nota 28 - Gerenciamento de Risco e Índice de Basileia
Nota 14 - Obrigações por Empréstimos e Repasses	Nota 29 - Partes Relacionadas
Nota 15 - Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	Nota 30 - Outras Informações

NOTA 1 - O Banco e suas Características

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. (Banco) é uma instituição financeira múltipla criada pela Lei Federal nº 1.649, de 19.07.1952, organizada sob a forma de sociedade de economia mista, de capital aberto, com matriz localizada na Avenida Dr. Silas Munguba, nº 5700, Passaré, Fortaleza, Ceará, Brasil, controlado pela União Federal e tem por missão: "Atuar como o Banco de Desenvolvimento da Região Nordeste". O Banco está autorizado a operar com todas as carteiras permitidas às instituições financeiras classificadas como Banco Múltiplo. Instituição voltada para o desenvolvimento regional, atua como órgão executor de políticas públicas, cabendo-lhe a administração do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) – principal fonte de recursos para os financiamentos de longo prazo – e a operacionalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em sua área de atuação. É também o agente operador do Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor) e do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE). Possui o maior programa de microfinanças da América Latina, consolidado por meio do Crediamigo e do Agroamigo, que facilita o acesso ao crédito a pequenos empreendedores que desenvolvem atividades relacionadas à produção, à comercialização de bens e à prestação de serviços, nas áreas urbana e rural. Além de recursos federais, o Banco tem acesso a outras fontes de financiamento nos mercados interno e externo, por meio de captações diretas, bem como de parcerias com instituições nacionais e internacionais, incluindo instituições multilaterais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

NOTA 2 - Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas e apresentadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404, de 15.12.1976 e alterações posteriores), normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A Resolução CMN nº 4.720, de 30.05.2019 e a Circular Bacen nº 3.959, de 04.09.2019 alteraram, a partir de 01.01.2020, os critérios gerais de elaboração e divulgação de Demonstrações Financeiras até então vigentes, com destaque para a segregação do Ativo e Passivo do Balanço Patrimonial em Circulante e não Circulante, mudança na forma de apresentação da Demonstração do Resultado (DRE) e exigência de apresentação da Demonstração do Resultado Abrangente (DRA). Registra-se que a adoção dessas medidas não proporcionou qualquer impacto em relação aos critérios até então adotados pelo Banco; no entanto, para fins de comparabilidade, foram alterados os formatos de apresentação do Balanço Patrimonial e da Demonstração do

Resultado do exercício de 2019, para adequação ao novo formato, sem quaisquer alterações de itens e valores desses Demonstrativos.

As Demonstrações Financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade operacional, porquanto a administração avalia que o Banco possui recursos suficientes para continuar operando no cumprimento de sua missão e objeto social, inexistindo incertezas materiais que possam gerar dúvidas significativas sobre essa capacidade de continuar operando normalmente.

Os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), no processo de convergência da contabilidade às normas internacionais, recepcionados por normativos editados pelo CMN como também os aprovados pela CVM no que não conflitam com as normas do CMN, estão observados nestas Demonstrações Financeiras, conforme abaixo:

- CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro (Resolução nº 4.144, de 27.09.2012, do CMN);
- CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (Resolução nº 3.566, de 29.05.2008, do CMN);
- CPC 02 (R2) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (Deliberação CVM nº 640, de 07.10.2010);
- CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa (Resoluções nºs 3.604, de 29.08.2008 e 4.720, de 30.05.2019, do CMN);
- CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Resolução nº 3.750, de 30.06.2009, do CMN);
- CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado (Deliberação CVM nº 557, de 12.11.2008);
- CPC 12 – Ajuste a Valor Presente (Deliberação CVM nº 564, de 17.12.2008);
- CPC 22 – Informações por Segmento (Deliberação CVM nº 582, de 31.07.2009);
- CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (Resolução nº 4.007, de 25.08.2011, do CMN);
- CPC 24 – Evento Subsequente (Resolução nº 3.973, de 26.05.2011, do CMN);
- CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (Resolução nº 3.823, de 16.12.2009, do CMN);
- CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis (Deliberação CVM nº 760, de 22.12.2016);
- CPC 27 – Ativo Imobilizado (Resolução nº 4.535, de 24.11.2016, do CMN);
- CPC 32 – Tributos sobre o Lucro (Deliberação CVM nº 599, de 15.09.2009);
- CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados (Resolução nº 4.424, de 25.06.2015, do CMN);
- CPC 41 – Resultado por Ação (Circular Bacen nº 3.959, de 04.09.2019); e
- CPC 46 - Mensuração do Valor Justo (Resolução nº 4.748, de 29.08.2019, do CMN).

NOTA 3 - Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Moeda Funcional

A moeda funcional e de apresentação das Demonstrações Financeiras do Banco é o Real.

Os ativos e passivos em moeda estrangeira são registrados à taxa de câmbio em vigor na data da transação, permanecendo os ativos não monetários ao custo histórico.

Ao final de cada período, os ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são atualizados pela taxa de câmbio de fechamento, sendo as variações reconhecidas no resultado.

b) Critérios de Reconhecimento dos Resultados

As receitas e despesas são reconhecidas mensalmente, obedecendo o regime de competência, e considerando o critério *pro rata temporis*.

c) Ativo Circulante e Não Circulante e Passivo Circulante e Não Circulante

Os bens e direitos são apresentados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, retificados por rendas a apropriar ou provisão, quando necessário. As obrigações são demonstradas pelos seus valores originais, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias e cambiais incorridos, retificados por despesas a apropriar, estando os recursos disponíveis do FNE classificados no Passivo Circulante e Não Circulante, observando-se os fluxos de desembolsos previstos.

Os saldos realizáveis são classificados no Ativo Circulante e Não Circulante, e os exigíveis, no Passivo Circulante e Não Circulante, de acordo com as datas de vencimento.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Correspondem aos saldos de disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias da data de aplicação e apresentam risco insignificante de variações no valor de mercado.

e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustado por provisão para perdas, quando aplicável.

f) Títulos e Valores Mobiliários (TVM)

Estão registrados pelos valores efetivamente pagos, inclusive corretagens e emolumentos, sendo classificados e avaliados da seguinte forma:

Títulos Disponíveis para Venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento e são avaliados pelo valor de mercado, líquido dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido; e

Títulos Mantidos até o Vencimento: são aqueles para os quais há intenção e capacidade financeira para a sua manutenção na carteira até o vencimento, e estão registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

A classificação em Circulante e Não Circulante dos Títulos Disponíveis para Venda e dos Títulos Mantidos até o Vencimento foi definida de acordo com seus prazos de vencimento, não caracterizando, no entanto, a indisponibilidade dos papéis, os quais mantêm sua qualidade e característica de elevada liquidez.

A metodologia de apuração a valor justo dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida observando-se critérios consistentes e verificáveis, obedecendo a seguinte ordem de prioridade:

1ª – preços de mercado divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) e B3 S.A. (Brasil, Bolsa, Balcão);

2ª – ágio/deságio observado nas negociações ocorridas nos últimos 3 meses na B3 S.A.; e

3ª – cálculo do valor provável de realização, obtido com base em modelo de precificação próprio; neste caso, o valor presente é apurado mediante fluxo de caixa descontado pela taxa de mercado, líquido do fator de risco e do desconto pela baixa liquidez, a exemplo de Letras Financeiras e Debêntures.

Os Títulos e Valores Mobiliários sujeitos ao valor justo, seja pela coleta de preços no mercado, seja por modelo de precificação interna, estão sob a influência de vários fatores, dentre eles: taxas de juros, variação cambial, rating e liquidez dos títulos, cenários políticos, econômicos e sanitários. Todos esses e outros fatores impactam o custo de oportunidade desses Ativos, afetando os valores com que são negociados no mercado secundário, ou as taxas de desconto a valor presente utilizadas nas metodologias de precificação interna (precificação pelo fluxo de caixa descontado). Dessa forma, entende-se que os valores dos TVMs poderão sofrer variações significativas em decorrência de mudanças nos fatores citados.

Os rendimentos obtidos pelos títulos e valores mobiliários, independente de como estão classificados, são apropriados *pro rata die*, observando o regime de competência até a data do vencimento ou da venda definitiva, pelo método exponencial ou linear, com base nas suas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo defluência, reconhecidos diretamente no resultado do período.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento, que não tenham caráter de perdas temporárias, são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição, atualizado pelos rendimentos, é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucro ou prejuízo com títulos e valores mobiliários.

g) Operações de Crédito, Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio, Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

São classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21.12.1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como risco de nível H, que permanecem nessa classificação por 180 dias, são baixadas contra a provisão existente e controladas, por, no mínimo, cinco anos, não mais figurando em balanços patrimoniais.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas.

As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como risco de nível H e os eventuais ganhos oriundos da renegociação são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos.

Considerando-se o cenário de pandemia, em função do COVID-19, entende-se que as operações de crédito sejam suscetíveis aos impactos provocados em todos os setores da economia, em maior ou menor intensidade, tendo em vista as incertezas sociais e econômicas. Dessa forma, para os próximos meses, no tocante ao gerenciamento do risco de crédito, imagina-se que possa haver elevação dos níveis de inadimplência e, por conseguinte, dos volumes de provisão de crédito. Como forma de mitigação desses riscos, o Banco constituiu as provisões prudenciais referenciadas nas Notas Explicativas 9.c, 26.d e 30.a.

h) Despesas Antecipadas

Referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço se darão durante os exercícios seguintes. As despesas antecipadas são registradas pelo custo e amortizadas à medida da realização dos serviços ou geração dos benefícios.

i) Investimentos, Imobilizado e Intangível

Investimentos: estão avaliados ao custo e retificados pela Provisão para Perdas.

Imobilizado de Uso: avaliado pelo custo de aquisição, deduzido das perdas decorrentes de redução ao valor recuperável e da respectiva depreciação, que está calculada pelo método linear, a partir do momento de disponibilidade do ativo para uso, considerando a vida útil estimada dos bens: Edificações e Instalações – 40 a 60 anos; Móveis e Utensílios – 10 a 45 anos; Máquinas e Equipamentos – 15 a 35 anos; Aeronaves – 20 anos; e Veículos (automóveis, tratores e bicicletas) – 10 a 30 anos. Terrenos e obras de arte não são depreciados. O método de depreciação, a vida útil e os valores residuais são revisados a cada ano.

Intangível: corresponde a ativos não monetários identificáveis, sem substâncias físicas, adquiridos ou desenvolvidos internamente e destinados à manutenção das atividades do Banco.

j) Tributos

O encargo do Imposto de Renda (IRPJ) é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% (no que exceder a R\$ 240 mil no exercício) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), à alíquota de 15%, depois de efetuados os ajustes no Lucro Societário, determinados pela legislação fiscal. A Emenda Constitucional nº 103/2019 elevou a alíquota da CSLL para 20%, a partir de 01.03.2020. O Pasep e a Cofins são calculados utilizando-se as alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente. O ISSQN é calculado de acordo com a legislação de cada município, com as alíquotas variando entre 2% a 5%.

A carga tributária total de IRPJ e CSLL é composta da provisão para esses tributos (despesa corrente + passivo fiscal diferido) e do ativo fiscal diferido. A despesa corrente refere-se ao montante efetivamente recolhido ao erário. Os ativos e os passivos fiscais diferidos são tributos diferidos originários de prejuízos fiscais, bases negativas de CSLL e diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal. As diferenças temporárias decorrem, por exemplo, de: provisões para créditos de liquidação duvidosa, provisões para benefícios pós-emprego, outras provisões contingenciais, ajustes a valor de mercado, receitas oriundas de renegociações - tributadas pelo regime de caixa (artigo 12, § 2º da Lei nº 9.430 de 27.12.1996), depreciação etc.

A constituição dos ativos e passivos fiscais diferidos de IRPJ/CSLL é baseada na estimativa de sua realização, conforme estudo técnico realizado semestralmente, considerando as alíquotas dos tributos vigentes no período de realização destes ativos. No Ativo, os créditos tributários são registrados em "Outros créditos – Diversos", de acordo com a expectativa de geração de resultados futuros, em consonância aos critérios para constituição, manutenção e baixa estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002 e pela Circular Bacen nº 3.171/2002. No caso dos Passivos Fiscais Diferidos, essa legislação não estabelece limites para constituição e manutenção, haja vista que a sua realização prescinde de lucros futuros.

Os Ativos e Passivos Fiscais Diferidos são objeto de realização de acordo com a sua origem e são alocados no Ativo e Passivo Não Circulante. Os originados de diferenças temporárias se realizam pela utilização ou reversão das provisões que serviram de base para sua constituição, tendo como principais critérios de realização:

- Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: a) cronograma de reembolso do crédito; e b) enquadramento em perdas conforme a Lei nº 9.430/1996;
- Demais Provisões: previsão de pagamento (fluxo de contribuições, previsão de desenlace das ações etc);
- Ajuste a Valor de Mercado: prazo do contrato;
- Receitas oriundas de renegociações, tributadas pelo regime de caixa (art. 12, § 2º da Lei nº 9.430/1996: cronograma de reembolso do crédito; e
- Depreciação: previsão da apropriação das despesas de depreciação.

Por sua vez, os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social realizam-se quando da geração de lucros tributáveis, por meio de compensação na base de cálculo dos referidos tributos, respeitando-se o limite de 30% da referida base.

Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos na Demonstração do Resultado, exceto quando resultam de uma transação reconhecida diretamente no Patrimônio Líquido, sendo, nesse caso, o efeito fiscal reconhecido no Patrimônio Líquido (em Outros Resultados Abrangentes).

k) Benefícios a Empregados

O Banco mantém, para seus empregados, benefícios classificados em curto prazo e pós-emprego. O reconhecimento e mensuração dos benefícios de curto prazo são feitos pelo seu valor original (sem o efeito do desconto a valor presente ou cálculo atuarial), com base no regime de competência mensal.

Os benefícios pós-emprego existentes referem-se a planos de previdência privada, dos tipos “benefício definido” e “contribuição variável”, além de plano de assistência médica e de seguro de vida em grupo, ambos do tipo “benefício definido”.

Para os planos do tipo “benefício definido” e para a parcela dos benefícios não programados do plano de contribuição variável, que possui características de plano de benefício definido, os valores correspondentes ao custo do serviço corrente líquido e juros líquidos sobre o valor líquido do passivo atuarial, incluindo os juros sobre o efeito de limite de ativo de benefício definido, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, enquanto que os ganhos e perdas atuariais e o retorno sobre os ativos dos planos, excluindo valores considerados nos juros líquidos, são reconhecidos em “Outros Resultados Abrangentes”, no Patrimônio Líquido.

As contribuições referentes à parcela de contribuição definida do plano de contribuição variável são reconhecidas no resultado.

Como forma de mitigar as incertezas decorrentes dos cálculos atuariais, o Banco conta com os serviços de consultoria especializada que, trimestralmente, efetua a remensuração desses cálculos, que inclui análise de sensibilidade, contemplando a simulação de cenários das premissas consideradas mais relevantes, tais como: taxa de juros, tábua de mortalidade e inflação médica.

m) Depósitos e Captações no Mercado Aberto

São reconhecidos pelos valores das exigibilidades, sendo os encargos exigíveis, quando cabíveis, registrados com base no critério *pro rata die*.

n) Redução ao Valor Recuperável de Ativos (*Impairment*)

As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável. Os valores dos ativos não financeiros relevantes e dos ativos financeiros classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento são revistos, no mínimo, ao fim de cada período de relatório, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável.

o) Provisões, Ativos Contingentes, Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos contingentes, dos passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 –

Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, recepcionado pela Resolução CMN nº 3.823, de 16.12.2009 e em conformidade com a Carta Circular nº 3.429, de 11.02.2010, do Bacen.

As provisões de natureza cível, fiscal, trabalhista e outras causas são reconhecidas nas Demonstrações Financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial, reavaliados por ocasião de movimentações processuais e atualizados monetariamente a cada mês.

A avaliação da provisão e do passivo contingente, grau de risco das novas ações e a reavaliação das já existentes são efetuadas, caso a caso, sendo classificadas de acordo com a probabilidade de perda em provável, possível e remota, exceto nos processos em trâmite nos Juizados Especiais Cíveis e Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego, cujas avaliações de provisão são feitas com base na média histórica de perdas.

As contingências classificadas como prováveis são reconhecidas contabilmente e estão representadas por Ações Cíveis (pleitos de indenizações por danos morais e materiais, a exemplo de protestos de títulos, devolução de cheques e inclusão de informações em cadastros restritivos de crédito, dentre outras), Ações Trabalhistas (que objetivam a recuperação de pretensos direitos trabalhistas, relativamente à legislação específica da categoria profissional, a exemplo de horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, verbas rescisórias, complemento de aposentadoria e outros, bem como autos de infração emanados das Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego), Ações Fiscais e Previdenciárias (a exemplo de processos judiciais e administrativos relacionados a tributos federais e municipais) e Outras Ações (a exemplo de autos de infração emanados de Conselhos Regionais que regulamentam o exercício de profissões). Exceto se obrigação legal, para as contingências enquadradas como possíveis e remotas não cabem provisões, conforme disposições legais e regulamentares.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras.

As obrigações legais são derivadas de obrigações tributárias, sendo os seus montantes provisionados integralmente nas Demonstrações Financeiras, independentemente da probabilidade de sucesso nos processos judiciais em andamento.

p) Dívidas Subordinadas

Estão registradas pelo custo de aquisição, atualizadas pela taxa extramercado, divulgada pelo Bacen, quando os recursos estão disponíveis, e, quando aplicados, pelos encargos pactuados com os mutuários.

q) Juros sobre o Capital Próprio (JCP) e Dividendos

Os acionistas têm direito de receber como dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, a importância de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício ajustado na forma da Lei, conforme disposto no Estatuto do Banco. Os JCP poderão ser imputados ao dividendo mínimo.

r) Uso de estimativas

A preparação das Demonstrações Financeiras inclui estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, estimativas do valor de mercado de instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável e outras provisões, a exemplo do passivo atuarial com planos de assistência médica, previdência complementar e seguro de vida, como também, para constituição e realização de Ativo/Passivo Fiscal Diferido. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

s) Resultado por Ação

O lucro por ação básico e o lucro por ação diluído do Banco foram calculados dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número médio ponderado de ações ordinárias totais. O Banco não tem opção, bônus de subscrição ou seus equivalentes que dão ao seu titular direito de adquirir ações. Assim, o lucro por ação básico e o lucro por ação diluído são iguais.

NOTA 4 - Informações por Segmento

Para fins de gerenciamento, o Banco é organizado em dois segmentos operacionais, baseados em produtos e serviços:

- a) Carteira Própria – compreende os produtos e serviços de sua própria carteira, tais como: operações de crédito e de mercado, administração de fundos e prestação de outros serviços bancários e de garantias; e
- b) FNE – compreende as operações de crédito do âmbito do FNE.

A Administração do Banco gerencia os resultados operacionais separadamente para fins de tomada de decisões sobre a alocação de recursos e avaliação de desempenho. A *performance* de cada segmento é avaliada com base na margem financeira acrescida das tarifas.

Nenhuma receita de transações com um único cliente atingiu 10% ou mais da receita total do Banco, durante os períodos findos em 30.06.2020 e 30.06.2019.

A tabela a seguir apresenta informações sobre receitas, custos, despesas e margem financeira dos segmentos operacionais. Despesas administrativas, assim como outras despesas não apropriáveis diretamente a cada segmento operacional, são consideradas corporativas e figuram somente na coluna “Total”:

Especificação	01.01 a 30.06.2020			01.01 a 30.06.2019		
	Carteira Própria	FNE	Total	Carteira Própria	FNE	Total
Receitas	1.716.044	1.343.030	3.059.074	2.303.954	1.590.133	3.894.087
Receitas de Operações de Crédito	1.137.971	-	1.137.971	1.319.292	-	1.319.292
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	130.563	430.924	561.487	587.034	821.170	1.408.204
Resultado de Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	-	47.343	-	47.343
Resultado de Operações de Câmbio	338.507	-	338.507	69.486	-	69.486
Resultado de Aplicações Compulsórias	10.105	-	10.105	12.805	-	12.805
Outras Receitas	98.898	912.106	1.011.004	267.994	768.963	1.036.957
Despesas	(924.114)	(838.668)	(1.762.782)	(779.255)	(973.242)	(1.752.497)
Despesas de Captação no Mercado	(237.791)	-	(237.791)	(489.654)	-	(489.654)
Despesas com Operações de Empréstimos e Repasses	(491.999)	(450.657)	(942.656)	(73.102)	(831.231)	(904.333)
Provisão para Risco de Crédito (Nota 9)	(194.324)	(388.011)	(582.335)	(216.499)	(142.011)	(358.510)
Margem Financeira	791.930	504.362	1.296.292	1.524.699	616.891	2.141.590
Rendas de Prestação de Serviços	338.457	972.325	1.310.782	308.083	924.932	1.233.015
Rendas com Tarifas, Taxas e Comissões	48.167	-	48.167	44.745	-	44.745
Pasep e Cofins	(36.943)	(103.417)	(140.360)	(45.816)	(111.479)	(157.295)
Resultado após Tarifas e Comissões	1.141.611	1.373.270	2.514.881	1.831.711	1.430.344	3.262.055
Despesas Administrativas			(1.709.632)			(1.621.279)
Despesas de Pessoal			(1.049.747)			(999.790)
Depreciação e Amortização			(6.203)			(5.736)
Outras Despesas Administrativas			(653.682)			(615.753)
Outras Despesas			(152.104)			(392.095)
Despesas de Provisões, exceto Crédito			(147.566)			(84.679)
Lucro antes da Tributação e Participações			505.579			1.164.002
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro			(152.381)			(372.895)
Participações no Lucro			(20.661)			(46.330)
Lucro Líquido			332.537			744.777

NOTA 5 - Caixa e Equivalentes de Caixa

Especificação	30.06.2020	31.12.2019
Disponibilidades em Moeda Nacional	177.110	166.586
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	2.664	1.939
Total da Disponibilidade de Caixa	179.774	168.525
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez ⁽¹⁾	2.848.644	3.275.926
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	3.028.418	3.444.451

⁽¹⁾ Operações cujo vencimento na data efetiva da aplicação for igual ou inferior a 90 dias.

NOTA 6 - Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

a) Composição

Especificação	30.06.2020	31.12.2019
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	426.626	100.431
Aplicações em Moedas Estrangeiras	33.459	24.440
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	393.167	75.991
Total	426.626	100.431
Circulante	426.626	100.431

NOTA 7 - Títulos e Valores Mobiliários

a) Títulos e Valores Mobiliários

O custo atualizado (acrescido dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários estão a seguir distribuídos:

a.1) Carteira de Títulos e Valores Mobiliários

Especificação	30.06.2020	31.12.2019
Títulos Disponíveis para Venda ⁽¹⁾	39.628.901	39.423.052
Títulos Mantidos até o Vencimento	276.549	266.972
Total	39.905.450	39.690.024
Circulante	2.050.318	1.747.783
Não Circulante	37.855.132	37.942.241

⁽¹⁾ Líquido de Provisões para Redução ao Valor Recuperável de Ativos

a.2) Carteira de Títulos e Valores Mobiliários

Títulos Disponíveis para Venda	30.06.2020										31.12.2019	
	Valor de Mercado					Vencimento Final	Valor de Custo	Valor de Mercado (Contábil)	Ajuste a Mercado	Nível de Mensuração a Valor Justo	Valor de Mercado (Contábil)	Ajuste a Mercado
	Sem Vencimento	0 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias							
Títulos de Renda Fixa	13.000	-	1.734.792	106.532	36.992.969		38.695.748	38.847.293	151.545		38.650.858	371.940
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	1.498.039	106.532	32.823.775	2020 a 2025	34.434.773	34.428.346	(6.427)	Nível 1	34.367.391	9.960
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	3.023.932	2050 a 2055	2.535.447	3.023.932	488.485	Nível 1	3.255.427	878.789
Letras Financeiras	-	-	236.729	-	1.047.939	2020 a 2023	1.323.702	1.284.667	(39.034)	Nível 3	887.069	(33.827)
Debêntures ⁽¹⁾	13.000	-	-	-	94.529	2026 a 2041	398.448	107.529	(290.919)	Nível 3	137.935	(444.237)
Títulos Públicos Federais – FCVS	-	-	-	-	2.739	2027	3.293	2.739	(554)	Nível 2	2.959	(597)
Títulos Públicos Federais – Outros	-	-	-	-	-		-	-	-		-	(38.141)
Títulos da Dívida Agrária	-	-	24	-	56	2020 a 2022	85	79	(6)	Nível 2	77	(7)
Cotas de Fundos de Investimentos	498	-	-	-	-		2.086	498	(1.588)		487	(1.602)
Fundos de Desenvolvimento Social (FDS)	-	-	-	-	-	Sem Vencimento	1.588	-	(1.588)	Nível 3	-	(1.602)
Fundo Garantidor para Investimentos (FGI)	453	-	-	-	-	Sem Vencimento	453	453	-	Nível 2	445	-
Fundo de Garantia de Operações (FGO)	45	-	-	-	-	Sem Vencimento	45	45	-	Nível 2	42	-
Títulos de Renda Variável	44.680	-	-	-	-		23.241	44.680	21.439		53.739	30.498
Outros Incentivos Fiscais – Finor	163	-	-	-	-	Sem Vencimento	109	163	54	Nível 1	171	62
Ações de Companhias Abertas	44.517	-	-	-	-	Sem Vencimento	23.132	44.517	21.385	Nível 1	53.568	30.436
Títulos Dados em Garantia ⁽¹⁾	-	-	150.816	-	585.614		735.998	736.430	432		717.968	(91)
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	144.783	-	585.614	2020 a 2025	729.909	730.397	488	Nível 1	717.968	875
Títulos Públicos Federais – Outro	-	-	-	-	-		-	-	-		-	(966)
Letras Financeiras	-	-	6.033	-	-	2020	6.089	6.033	(56)	Nível 3	-	-
Total da Categoria	58.178	-	1.885.608	106.532	37.578.583		39.457.073	39.628.901	171.828		39.423.052	400.745
Crédito Tributário (Nota 21.c)									154.528			231.429
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 21.d)									(230.779)			(413.323)
Total do Ajuste a Valor de Mercado									95.577			218.851

⁽¹⁾ Composição: Garantias de Operações em Bolsa R\$ 545.094 (R\$ 535.858 em 31.12.2019); Garantias de Operações em Câmaras de Liquidação R\$ 3.322 (R\$ 3.265 em 31.12.2019); Garantias em Processos Judiciais R\$ 157.948 (R\$ 149.288 em 31.12.2019); e Demais Garantias R\$ 30.066 (R\$ 29.557 em 31.12.2019).

Em virtude do enquadramento dos ativos na categoria “Títulos Disponíveis para Venda”, encontra-se registrado no Patrimônio Líquido do Banco, na conta "Ajustes a Valor de Mercado", o valor de R\$ 171.828 (R\$ 400.745 em 31.12.2019). Esse ajuste, líquido dos efeitos tributários, corresponde a R\$ 95.577 (R\$ 218.851 em 31.12.2019).

a.3) Perdas Permanentes com Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda

Especificação	Custo	Provisões para Redução ao Valor Recuperável de Ativos ⁽¹⁾	Custo Líquido de Provisão	
			30.06.2020	31.12.2019
Letras Financeiras	1.330.069	(278)	1.329.791	920.896
Debêntures	720.705	(322.257)	398.448	582.172
Títulos Públicos Federais Outros	39.825	(39.825)	-	39.107
Total 30.06.2020	2.090.599	(362.360)	1.728.239	
Total 31.12.2019	1.674.412	(132.237)		1.542.175

⁽¹⁾ Consoante previsto no artigo 6º, da Circular Bacen nº 3.068, de 08.11.2001 foi reconhecido como perda de caráter permanente o valor de R\$ 230.122, sendo: (a) R\$ 39.825 que estava registrado em "Títulos Públicos Federais – Outros", referente à baixa dos títulos públicos denominados pelo Tesouro Nacional como NUCL910801, a partir de informações obtidas pelo Banco, quanto a dificuldades para a sua recuperabilidade; (b) R\$ 190.019 da carteira de Debêntures; e (c) R\$ 278 da carteira de Letras Financeiras - LF. (No exercício de 2019, houve o reconhecimento de perda permanente do valor de R\$ 126.781, da carteira de Debêntures).

Movimentação dos Títulos mensurados a valor Justo (Nível 3).

Especificação	Letras Financeiras	Debêntures	Letras Financeiras Bloqueadas
Saldo 31.12.2019	887.068	137.935	-
Compras/ Bloqueio Judicial	380.846	-	6.054
Rendas	22.208	6.294	66
Perdas Permanentes ⁽¹⁾	(247)	(190.019)	(31)
Ajuste a Mercado ⁽²⁾	(5.207)	153.319	(56)
Saldo 30.06.2020	1.284.668	107.529	6.033

⁽¹⁾ Reconhecidas no resultado;

⁽²⁾ Reconhecidos em outros resultados abrangentes.

Títulos Mantidos até o Vencimento	30.06.2020							31.12.2019	
	Valor de Custo				Vencimento final	Valor de Custo (Contábil)	Valor de Mercado ⁽¹⁾	Valor de Custo (Contábil)	Valor de Mercado ⁽¹⁾
	0 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias					
Títulos de Renda Fixa	-	-	-	276.549		276.549	288.962	266.972	251.995
Notas do Tesouro Nacional NTN - P	-	-	-	193.369	2030	193.369	205.782	187.756	172.779
FIP Criatec	-	-	-	18.701	2021	18.701	18.701	22.040	22.040
FIP Criatec II	-	-	-	15.820	2023	15.820	15.820	14.963	14.963
FIP Criatec III	-	-	-	4.561	2026	4.561	4.561	3.829	3.829
FIP Brasil Agronegócios	-	-	-	10.201	2022	10.201	10.201	12.419	12.419
Nordeste III FIP	-	-	-	33.897	2023	33.897	33.897	25.965	25.965
Total da Categoria	-	-	-	276.549		276.549	288.962	266.972	251.995

⁽¹⁾ Os valores de mercado indicados são de caráter meramente explicativos, para os quais não houve qualquer registro contábil, conforme Circular Bacen nº 3.068, de 08.11.2001.

a.4) No 1º semestre de 2020, não foram efetuadas reclassificações dos títulos e valores mobiliários entre as categorias acima, como também não ocorreram alienações de títulos classificados na categoria Títulos Mantidos até o Vencimento.

a.5) A administração do Banco declara que tem a capacidade financeira e a intenção de manter até as datas de vencimento os títulos classificados na categoria Mantidos até o Vencimento.

b) Resultado com Títulos e Valores Mobiliários

Especificação	01.01 a 30.06.2020	01.01 a 30.06.2019
Aplicações no Mercado Aberto (Nota 6.b)	50.090	226.668
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 6.b)	7.176	3.624
Títulos de Renda Fixa	503.696	1.177.719
Títulos de Renda Variável	525	193
Total	561.487	1.408.204

NOTA 8 - Créditos Vinculados

a) Créditos Vinculados

Especificação	30.06.2020			31.12.2019		
	Valor Bruto	Provisão	Valor Líquido	Valor Bruto	Provisão	Valor Líquido
Recolhimentos Obrigatórios - Poupança	682.447	-	682.447	518.222	-	518.222
Reservas Compulsórias - Recursos à Vista	6.944	-	6.944	7.069	-	7.069
Sistema Financeiro da Habitação (SFH)	85.351	(8.425)	76.926	83.126	(8.375)	74.751
Tesouro Nacional – Crédito Rural	-	-	-	152	-	152
Total	774.742	(8.425)	766.317	608.569	(8.375)	600.194
Circulante	689.391	-	689.391	525.291	-	525.291
Não Circulante	85.351	(8.425)	76.926	83.278	(8.375)	74.903

b) Resultado de Aplicações Compulsórias

Especificação	01.01 a 30.06.2020	01.01 a 30.06.2019
Rendas de Créditos Vinculados ao Banco Central	7.930	10.750
Rendas de Créditos Vinculados ao SFH	2.225	2.104
Valorização (Desvalorização) de Créditos Vinculados	(50)	(49)
Total	10.105	12.805

NOTA 9 - Carteira de Crédito e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

a) Carteira de Crédito e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

Especificação	30.06.2020		31.12.2019	
	Valor Bruto	Provisão	Valor Bruto	Provisão
Operações de Crédito	10.080.653	(546.803)	10.035.283	(604.169)
Circulante	5.604.189	(284.835)	5.412.295	(330.178)
Não Circulante	4.476.464	(261.968)	4.622.988	(273.991)
Outras Rubricas com Características de Crédito	907.996	(97.360)	903.400	(89.761)
Circulante	890.639	(97.360)	886.812	(89.761)
Não Circulante	17.357	-	16.588	-
Total	10.988.649	(644.163)	10.938.683	(693.930)

a.1) Composição da Carteira de Crédito

Especificação	30.06.2020	31.12.2019
Adiantamentos a Depositantes	756	283
Empréstimos	5.692.224	5.371.883
Títulos Descontados	4.571	7.311
Financiamentos	1.582.860	1.583.077
Financiamentos em Moedas Estrangeiras	7.630	24.525
Financiamentos Agroindustriais	5.395	5.273
Financiamentos Rurais	1.096.701	1.162.224
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	1.690.516	1.880.707
Subtotal de Operações de Crédito	10.080.653	10.035.283
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	40.868	13.602
Devedores por Compra de Valores e Bens	16.844	15.894
Títulos e Créditos a Receber	42.769	51.174
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio ⁽¹⁾ (Nota 11.a)	807.515	822.730
Subtotal de Outras Rubricas com Características de Crédito	907.996	903.400
Total	10.988.649	10.938.683

(1) Contas classificadas como "Outras Obrigações/Carteira de Câmbio".

a.2) Receitas de Operações de Crédito

Especificação	01.01 a 30.06.2020	01.01 a 30.06.2019
Empréstimos e Títulos Descontados	655.486	538.921
Financiamentos	315.238	210.851
Financiamentos Agroindustriais	415	508
Financiamentos Rurais	80.400	331.609
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	86.432	237.403
Total	1.137.971	1.319.292

b) Distribuição das Operações por Faixa de Vencimento

b.1) Créditos de Curso Normal ⁽¹⁾

Tipo Cliente/Atividade	01 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 30.06.2020	Total em 31.12.2019
Rural	51.408	1.307	2.664	69.435	17.246	926.821	1.068.881	1.140.390
Indústria	23.835	433.663	124.482	130.950	137.283	1.314.084	2.164.297	2.207.801
Governo	3.009	19	35.994	56	36.318	467.906	543.302	445.918
Outros Serviços	92.943	98.806	79.258	300.370	274.970	1.221.112	2.067.459	2.292.348
Comércio	808.421	733.291	692.425	1.336.911	678.764	447.820	4.697.632	4.289.381
Intermediários Financeiros	72	72	73	224	468	11.674	12.583	12.376
Pessoas Físicas	19.422	8.642	5.585	9.788	8.059	9.687	61.183	75.437
Total 30.06.2020	999.110	1.275.800	940.481	1.847.734	1.153.108	4.399.104	10.615.337	
Total 31.12.2019	1.085.381	963.577	896.079	1.545.567	1.512.388	4.460.659		10.463.651

⁽¹⁾ Incluem os créditos vencidos até 14 dias

b.2) Créditos em Atraso

Parcelas Vencidas								
Tipo Cliente/Atividade	01 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 30.06.2020	Total em 31.12.2019
Rural	13	56	58	399	2.853	3.684	7.063	628
Indústria	911	885	949	3.109	5.360	30.020	41.234	107.014
Outros Serviços	3.940	3.468	3.228	13.793	25.209	40.272	89.910	67.656
Comércio	9.393	6.805	5.149	8.895	8.622	19.977	58.841	117.487
Pessoas Físicas	229	104	101	304	250	651	1.639	2.885
Total 30.06.2020	14.486	11.318	9.485	26.500	42.294	94.604	198.687	
Total 31.12.2019	57.127	6.354	6.068	18.062	29.146	178.913		295.670

Parcelas Vencidas									
Tipo Cliente/Atividade	01 a 14 dias	15 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias ⁽¹⁾	Total em 30.06.2020	Total em 31.12.2019
Rural	16	327	757	367	605	231	23.850	26.153	26.480
Indústria	198	12.736	26.540	1.049	1.890	1.936	-	44.349	19.052
Outros Serviços	1.299	2.068	4.137	3.187	12.667	6.945	93	30.396	26.578
Comércio	5.275	695	1.293	1.415	28.132	30.824	69	67.703	100.427
Pessoas Físicas	13	275	424	658	1.752	2.884	18	6.024	6.825
Total 30.06.2020	6.801	16.101	33.151	6.676	45.046	42.820	24.030	174.625	
Total 31.12.2019	101.658	5.417	8.487	6.809	17.576	13.950	25.465		179.362

⁽¹⁾ Incluem os valores referentes às operações de crédito contratadas com base na Resolução CMN nº 2.471, de 26.02.1998 e classificadas no Ativo Circulante no Balanço Patrimonial.

c) Composição das Operações por Níveis de Risco

Nível de Risco	30.06.2020						31.12.2019			
	Crédito Normal ⁽¹⁾	Crédito em Atraso	Total da Carteira	Provisão Normal	Provisão Prudencial ⁽²⁾	Total da Provisão	Crédito Normal ⁽¹⁾	Crédito em Atraso	Total da Carteira	Valor da Provisão
AA	2.808.162	-	2.808.162	-	-	-	2.920.892	-	2.920.892	-
A	6.253.254	-	6.253.254	(31.266)	(8.129)	(39.395)	5.875.376	-	5.875.376	(29.377)
B	511.283	2.347	513.630	(5.136)	(2.568)	(7.704)	630.622	41.610	672.232	(6.722)
C	575.733	12.720	588.453	(17.654)	(10.298)	(27.952)	560.877	33.315	594.192	(17.826)
D	152.451	13.253	165.704	(16.570)	(8.285)	(24.855)	126.094	36.557	162.651	(16.265)
E	34.184	17.826	52.010	(15.063)	(2.601)	(17.664)	36.034	20.377	56.411	(16.923)
F	76.054	87.611	163.665	(81.832)	(8.183)	(90.015)	7.744	31.801	39.545	(19.772)
G	9.255	25.114	34.369	(24.058)	(2.578)	(26.636)	79.523	21.606	101.129	(70.790)
H	194.961	214.441	409.402	(409.402)	-	(409.402)	226.489	289.766	516.255	(516.255)
Total	10.615.337	373.312	10.988.649	(601.521)	(42.642)	(644.163)	10.463.651	475.032	10.938.683	(693.930)

⁽¹⁾ Incluem os créditos vencidos até 14 dias.

⁽²⁾ Constituída a partir de modelo estabelecido internamente de classificação de risco de crédito, para fazer face às incertezas econômicas decorrentes da pandemia do Covid-19.

d) Movimentação da Provisão no Período

Especificação	30.06.2020	31.12.2019
Saldo Inicial da Provisão para Perdas esperadas associadas ao risco de Crédito	693.930	627.659
(+) Constituição/(Reversão) de Provisão no Período	194.305	398.121
(-) Créditos Baixados como Prejuízo no Período	(244.072)	(331.850)
(=) Provisão Líquida para Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	644.163	693.930
Saldo Inicial da Provisão para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito	27.354	27.848
(+) Constituição de Provisão no Período	94	153
(-) Reversão de Provisão no Período	(75)	(647)
(=) Provisão Líquida para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito (Nota10.e)	27.373	27.354
(=) Saldo da Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito ⁽¹⁾	671.536	721.284

(1) Em 30.06.2020, contempla provisão prudencial em percentuais superiores aos mínimos requeridos pela Resolução CMN n.º 2.682, de 21.12.1999, constituída a partir de modelo estabelecido internamente de classificação de risco de crédito, para fazer face às incertezas econômicas decorrentes da pandemia do Covid-19.

e) Composição do Saldo da Despesa de Provisão

Especificação	01.01 a 30.06.2020	01.01 a 30.06.2019
(+) Despesas de Provisão para Risco de Crédito	184.671	176.265
(+) Despesas de Provisão para Outros Créditos	9.634	40.974
(-) Reversões de Provisões Operacionais	-	(684)
(=) Saldo da Despesa de Provisão para Operações com Características de Concessão de Crédito	194.305	216.555
(+) Despesas de Provisão para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito	19	-
(-) Reversões de Provisões para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito	-	(56)
(=) Provisão Líquida para perdas esperadas associadas ao risco de crédito ⁽¹⁾	194.324	216.499

(1) Em 30.06.2020, contempla provisão prudencial em percentuais superiores aos mínimos requeridos pela Resolução CMN n.º 2.682, de 21.12.1999, constituída a partir de modelo estabelecido internamente de classificação de risco de crédito, para fazer face às incertezas econômicas decorrentes da pandemia do Covid-19.

f) Provisão para Garantias Financeiras Prestadas

Especificação	30.06.2020		31.12.2019	
	Saldo	Provisão	Saldo	Provisão
Setor Público	31.297.911	(2.844.836)	28.525.698	(2.748.825)
FDNE	122.629	(1.830) ⁽¹⁾	136.129	(1.234)
FNE	31.175.179	(2.843.006)	28.387.515	(2.747.591)
Proagro	103	-	2.054	-

(1) Incluído provisão adicional de R\$ 610, constituída a partir de modelo estabelecido internamente de classificação de risco de crédito, para fazer face às incertezas econômicas decorrentes da pandemia do Covid-19.

f.1) Movimentação da Provisão para Garantias Financeiras Prestadas

Especificação	30.06.2020	31.12.2019
Saldo Inicial da Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	2.748.825	2.990.936
(+) Constituição/(Reversão) de Provisão no Período	1.122.323	1.360.304
(-) Reversão/Utilização/Baixa	(1.026.312)	(1.602.415)
(=) Provisão para Garantias Financeiras Prestadas ⁽¹⁾	2.844.836	2.748.825

(1) Em 30.06.2020, contempla provisão prudencial em percentuais superiores aos mínimos requeridos pela Resolução CMN n.º 2.682, de 21.12.1999, constituída a partir de modelo estabelecido internamente de classificação de risco de crédito, para fazer face às incertezas econômicas decorrentes da pandemia do Covid-19.

f.2) Composição do Saldo da Despesa de Provisão para Garantias Financeiras Prestadas

Especificação	01.01 a 30.06.2020	01.01 a 30.06.2019
(+) Constituição das Despesas de Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	130.570	93.518
(-) Reversões de Provisões para Garantias Financeiras Prestadas	(519.190)	(235.570)
(=) Saldo da Despesa de Provisão para Garantias Financeiras Prestadas ⁽¹⁾	(386.620)	(142.046)

(1) Em 30.06.2020, contempla provisão prudencial em percentuais superiores aos mínimos requeridos pela Resolução CMN n.º 2.682, de 21.12.1999, constituída a partir de modelo estabelecido internamente de classificação de risco de crédito, para fazer face às incertezas econômicas decorrentes da pandemia do Covid-19.

g) Concentração de Crédito

Especificação	30.06.2020		31.12.2019	
	Saldo	% da Carteira	Saldo	% da Carteira
10 Maiores devedores	1.969.411	17,92	1.983.570	18,13
50 maiores devedores	3.802.121	34,60	4.003.785	36,60
100 maiores devedores	4.322.409	39,34	4.576.639	41,84

h) No 1º semestre de 2020, foram recuperados créditos baixados como prejuízo no montante de R\$ 86.432 (R\$ 237.403 em 30.06.2019) e as renegociações totalizaram R\$1.819.215 (R\$ 217.583 em 30.06.2019).

NOTA 10 - Outros Créditos

Especificação	30.06.2020	31.12.2019
a) Carteira de Câmbio (Nota 11.a)	1.137.076	855.128
b) Rendas a Receber	22.107	18.319
c) Negociação e Intermediação de Valores	37	20
d) Diversos	1.055.999	1.278.180
Devedores por Depósitos em Garantia	444.577	513.595
Impostos e Contribuições a Compensar	318.085	456.321
Opções por Incentivos Fiscais	26.748	26.748
Títulos e Créditos a Receber	42.769	51.174
Adiantamentos e Antecipações Salariais	39.585	2.981
Pagamentos a Ressarcir	2.093	3.587
Valores a Receber Bônus Rebate	50.819	62.396
Outros Valores	131.323	161.378
e) Provisão Outros Crédito de Liquidação Duvidosa sem Características de Concessão de Crédito (Nota 9.d)	(27.373)	(27.354)
Total	2.187.846	2.124.293
Circulante	1.730.367	1.925.172
Não Circulante	457.479	199.121

NOTA 11 - Carteira de Câmbio

a) Composição

Especificação	30.06.2020	31.12.2019
Ativo – Outros Créditos (Nota 10.a)	1.137.076	855.128
Câmbio Comprado a Liquidar	1.096.208	841.527
Direitos sobre Vendas de Câmbio	130	629
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	(130)	(629)
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	40.868	13.601
Ativo Circulante (Nota 10.a)	1.137.076	855.128
Passivo – Outras Obrigações (Nota 16.b)	1.489	1.354
Obrigações por Compras de Câmbio	808.871	823.454
Câmbio Vendido a Liquidar	131	629
(Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio) (Nota 9.a.1)	(807.515)	(822.730)
Outros Valores	2	1
Passivo Circulante (Nota 16.b)	1.489	1.354

b) Resultado de Câmbio

Especificação	01.01 a 30.06.2020	01.01 a 30.06.2019
Rendas de Câmbio	339.072	69.789
Despesas de Câmbio	(565)	(303)
Total	338.507	69.486

NOTA 12 - Investimentos, Imobilizado e Intangíveis

a) Investimentos

Representados por aplicações em Ações e Cotas e Bens Artísticos e Valiosos. Saldo em 30.06.2020: R\$ 1.412 (R\$ 1.592 em 31.12.2019).

b) Imobilizado

Especificação	31.12.2019	01.01.2020 a 30.06.2020			30.06.2020		
	Saldo Contábil	Movimentações			Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Contábil
		Adições	Baixas	Depreciação			
Edificações	83.057	200	-	(844)	264.390	(181.977)	82.413
Sistema de Processamento de Dados	83.185	8.278	(354)	(3.701)	189.098	(101.690)	87.408
Móveis e Equipamentos de Uso	34.209	969	(11.529)	(1.424)	80.045	(57.820)	22.225
Terrenos	16.969	-	-	-	16.969	-	16.969
Instalações	5.634	-	(8)	(52)	19.130	(13.556)	5.574
Sistema de Comunicação	100	-	-	(5)	302	(207)	95
Sistema de Segurança	7.143	11.407	(25)	(177)	18.414	(66)	18.348
Sistema de Transporte	21	-	-	-	14.351	(14.330)	21
Total	230.318	20.854	(11.916)	(6.203)	602.699	(369.646)	233.053

b) Intangível

Representado por gastos em Intangíveis em Uso. Saldo em 30.06.2020: R\$ 721 (R\$ 563 em 31.12.2019).

NOTA 13 - Depósitos, Captação no Mercado Aberto, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital e Dívidas Subordinadas

a) Distribuição dos Depósitos, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital e Dívidas Subordinadas, por Faixa de Vencimento

Especificação	0 a 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total em 30.06.2020	Total em 31.12.2019
Depósitos à Vista	714.883	-	-	-	-	-	714.883	405.302
Depósitos de Poupança	3.651.232	-	-	-	-	-	3.651.232	2.633.831
Depósitos Interfinanceiros	1.036.033	669.648	-	-	-	-	1.705.681	1.165.021
Depósitos a Prazo	474.164	778.422	4.517.558	1.523.981	715.028	139.375	8.148.528	8.045.700
Depósitos a Prazo	106.132	753.144	2.606.304	1.448.582	594.354	139.375	5.647.891	5.711.384
Depósitos Judiciais com Remuneração	365.250	-	-	-	-	-	365.250	329.858
Finor/Disponibilidades e Reinvestimentos Lei nº 8.167	-	-	1.905.817	75.399	75.398	-	2.056.614	1.932.733
FAT Recursos Disponíveis	140	415	277	-	-	-	832	1.105
FAT Recursos Aplicados	2.642	7.740	5.160	-	-	-	15.542	17.718
Outros	-	17.123	-	-	45.276	-	62.399	52.902
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	1.217	-	-	-	-	1.217	46.107
Letras de Crédito do Agronegócio (LCA)	-	-	-	-	-	-	-	44.074
Letras Financeiras - encargos	-	1.217	-	-	-	-	1.217	2.033
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	-	-	-	-	1.295.889	1.295.889	1.551.040
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	-	-	-	-	-	2.613.477	2.613.477	2.545.199
Total em 30.06.2020	5.876.312	1.449.287	4.517.558	1.523.981	715.028	4.048.741	18.130.907	
Total em 31.12.2019	4.172.932	1.994.003	3.676.111	1.704.789	886.107	3.958.258		16.392.200

b) Depósitos

Especificação	30.06.2020	31.12.2019
Depósitos à Vista	714.883	405.302
Depósitos de Governos	12.135	6.527
Depósitos Vinculados	261.311	175.616
Pessoas Jurídicas	355.876	173.543
Pessoas Físicas	82.731	48.152
Outros Valores	2.830	1.464
Depósitos de Poupança	3.651.232	2.633.831
Depósitos de Poupança Livres - Pessoas Físicas	2.072.602	1.741.528
Depósitos de Poupança Livres - Pessoas Jurídicas	1.577.577	891.360
De Ligadas e de Instituições do Sistema Financeiro	1.051	943
Outros Depósitos	2	-
Depósitos Interfinanceiros	1.705.681	1.165.021
Depósitos a Prazo	8.148.528	8.045.700
Depósitos a Prazo	5.647.891	5.711.384
Depósitos Judiciais com Remuneração	365.250	329.858
Outros Depósitos a Prazo	2.135.387	2.004.458
Depósitos Especiais com Remuneração/FAT (Notas 27 e 29.a.1)	16.374	18.823
Recursos Disponíveis (Nota 27)	832	1.105
Protrabalho	832	346
PNMPO	-	759
Recursos Aplicados (Nota 27)	15.542	17.718
Protrabalho	15.542	17.718
Finor/Disponibilidades e Reinvestimentos (Lei nº 8.167/91)	2.056.614	1.932.733
Outros Valores	62.399	52.902
Total	14.220.324	12.249.854
Circulante	7.324.382	5.870.828
Não Circulante	6.895.942	6.379.026

c) Captação no Mercado Aberto

Especificação	30.06.2020	31.12.2019
Carteira Própria	2.068.397	1.551.725
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	2.068.397	1.551.725
Total	2.068.397	1.551.725
Circulante	2.062.369	1.545.801
Não Circulante	6.028	5.924

d) Despesa de Captação no Mercado

Especificação	01.01 a 30.06.2020	01.01 a 30.06.2019
Despesas de Captações	(191.225)	(441.815)
Depósitos a Prazo	(96.521)	(177.079)
Depósitos de Poupança	(34.807)	(41.952)
Depósitos Judiciais	(5.891)	(8.810)
Depósitos Interfinanceiros	(15.885)	(19.627)
Depósitos Especiais	(32.756)	(54.199)
Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	(139)	(134.875)
Outros Depósitos	(5.226)	(5.273)
Despesas de Captação no Mercado Aberto	(46.566)	(47.839)
Carteira de Terceiros	-	(3.852)
Carteira Própria	(30.178)	(41.915)
Letras Financeiras	(16.388)	(2.072)
Total	(237.791)	(489.654)

NOTA 14 - Obrigações por Empréstimos e Repasses

a) Distribuição das Obrigações por Empréstimos e Repasses por Faixa de Vencimento

Especificação	0 a 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total em 30.06.2020	Total em 31.12.2019
Empréstimos no Exterior	866.881	268.819	-	-	-	-	1.135.700	881.557
Repasses do País	23.735	94.027	302.453	303.987	382.340	31.245	1.137.787	1.167.737
Repasses do Exterior	20.356	56.317	147.167	144.733	179.901	-	548.474	431.862
Total em 30.06.2020	910.972	419.163	449.620	448.720	562.241	31.245	2.821.961	
Total em 31.12.2019	194.151	847.465	491.331	451.005	459.362	37.842		2.481.156
Circulante							1.330.135	1.041.616
Não Circulante							1.491.826	1.439.540

b) Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	30.06.2020	31.12.2019
Tesouro Nacional	IGP -DI + 2,00	526	505
BNDES	Pré 1,5 a 11,10 TLP + 1,30 TJLP + 0,00 a 4,00 IPCA + 9,41 Variação Cambial + 2,00 a 4,00 IGP -DI + 2,00	1.095.854	1.118.933
Finame	Pré 1,5 a 11,10 TLP + 1,30 TJLP + 0,00 a 4,00 IPCA + 9,41 Variação Cambial + 2,00 a 4,00	41.407	48.299
Total (Nota 29.a.1)		1.137.787	1.167.737
Circulante		117.762	102.555
Não Circulante		1.020.025	1.065.182

c) Obrigações por Empréstimos

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	30.06.2020	31.12.2019
Empréstimos no Exterior/Obrigações em Moedas Estrangeiras	USD	1.135.700	881.557
Total		1.135.700	881.557
Circulante		1.135.700	881.557

d) Obrigações por Repasses do Exterior

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	30.06.2020	31.12.2019
BID - Prodetur	USD + 2,75	548.474	431.862
Total		548.474	431.862
Circulante		76.673	57.504
Não Circulante		471.801	374.358

e) Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses

Especificação	01.01. a 30.06.2020	01.01. a 30.06.2019
Despesas de Obrigações por Repasses	(217.016)	(92.561)
Obrigações por Repasse Instituições Oficiais no País	(58.491)	(54.516)
Tesouro Nacional	(21)	(15)
BNDES	(56.673)	(52.855)
Finame	(1.797)	(1.646)
Despesas de Repasses do Exterior	(158.525)	(38.045)
Despesas de Obrigações com Banqueiros no Exterior	(316.641)	(57.729)
Despesas de Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	(408.999)	(754.043)
Total	(942.656)	(904.333)

NOTA 15 - Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

a) Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares

Especificação	Remuneração	Valor Nominal	30.06.2020	31.12.2019
Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) ⁽¹⁾	-	-	-	44.074
Letras Financeiras – encargos contratuais	-	-	1.217	2.033
Total			1.217	46.107
Circulante			1.217	46.107

⁽¹⁾ Títulos venceram em 23.03.2020.

NOTA 16 - Outras Obrigações

Especificação	30.06.2020	31.12.2019
a) Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	45.517	1.699
Recursos do Proagro	92	76
Recebimento de Tributos Federais	44.252	-
IOF a Recolher	58	832
Outros Tributos e Assemelhados	1.115	791
b) Carteira de Câmbio (Nota 11.a)	1.489	1.354
c) Sociais e Estatutárias	23.158	337.855
Remuneração do Capital a Pagar	460	232.293
Participações nos Lucros	22.698	105.562
d) Fiscais Previdenciárias	476.042	657.199
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro (Nota 21.a.2)	322.153	543.083
Imposto de Renda	181.691	331.949
Contribuição Social	140.462	211.134
Impostos e Contribuições a Recolher/Pagar	153.889	114.116
e) Diversas	1.239.090	1.245.616
Provisão para Contingências	686.979	562.438
Trabalhistas (Nota 22.f.1.ii)	371.234	334.025
Cíveis (Nota 22.f.1.iii)	207.124	176.738
Outras Causas Fiscais (Nota 22.a.1)	19.935	17.815
Outras Contingências	88.686	33.860
Outros (Nota 22.f.1.iv)	88.686	33.860
Provisão para Pagamentos a Efetuar	385.707	519.213
Despesa de Pessoal	249.031	189.823
Outros Valores	108.440	89.402
Encargos Remuneratórios de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Principal	28.236	239.988
Outros Valores	166.404	163.965
Total	1.785.296	2.243.723
Circulante	1.785.296	2.243.723

NOTA 17 - Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (Nota 28.g.ii)

a) PR Nível I - Capital Principal:

Em 19.01.2016, o Banco e a União Federal celebraram contrato de mútuo, no valor de R\$ 1.000.000, para fins de enquadramento como instrumento elegível ao capital principal, nos termos previstos no artigo 16 da Resolução nº 4.192, de 01.03.2013, alterada pela Resolução nº 4.278, de 31.12.2013 e pela Resolução nº 4.311, de 20.02.2014, todas do CMN.

Os juros serão pagos em parcela única anual, atualizada pela Selic até a data de seu efetivo pagamento, em até trinta dias corridos contados após a realização do pagamento de dividendos relativos ao resultado apurado no balanço de encerramento do exercício social.

Caso o saldo de lucros acumulados, das reservas de lucros, inclusive reserva legal e das reservas de capital do Banco não sejam suficientes para a absorção de seus prejuízos apurados quando do fechamento do balanço do exercício social, o Banco estará desobrigado da remuneração e utilizará os valores devidos a título de juros vencidos e o saldo de principal, nessa ordem, até o montante necessário para a compensação dos prejuízos, sendo considerada, para todos os fins, devidamente quitada a dívida a que se refere o contrato até o valor compensado.

Não haverá cumulatividade dos encargos não pagos. Caso não seja realizado pagamento ou crédito de dividendos (inclusive na forma de juros sobre capital próprio), até 31 de dezembro do exercício social seguinte, os encargos financeiros que não houverem sido pagos deixarão de ser exigíveis definitivamente.

A obrigação não possui data de vencimento e o resgate ou recompra somente poderão ser realizados pelo emissor, condicionado à prévia autorização do Bacen.

Especificação	Valor Emitido	Remuneração	Data de Captação	30.06.2020	31.12.2019
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Principal (Nota 29.a.1)	1.000.000	Rentabilidade sobre PL	19.01.2016	500.000	750.000
Circulante				-	250.000
Não Circulante				500.000	500.000

b) PR Nível I - Capital Complementar:

Em junho de 2019 o Banco emitiu 2.667 (duas mil seiscentas e sessenta e sete) Letras Financeiras Subordinadas, sem data de vencimento. O Bacen autorizou compor o PR Nível I, a título de Capital Complementar, pelo valor da captação (R\$ 801.040).

Especificação	Valor Emitido	Remuneração	Data de Captação	30.06.2020 ⁽²⁾	31.12.2019
Letras Financeiras ⁽¹⁾	801.040	117% da Selic	06.2019	795.889	801.040
Não Circulante				795.889	801.040

⁽¹⁾ Juros pagos semestralmente

⁽²⁾ No 1º Semestre foram recompradas Letras Financeiras no valor de R\$ 5.151

c) PR Nível II:

As Dívidas Subordinadas são constituídas por duas operações de captações com o FNE nos montantes originais de R\$ 600.000 e R\$ 400.000, sem vencimento, de, respectivamente, 20.07.2009 e 01.03.2010.

Especificação	30.06.2020	31.12.2019
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)	2.613.477	2.545.199
Recursos disponíveis	2.098.345	1.629.532
Recursos aplicados	515.132	915.667
Total (Nota 29.a.1)	2.613.477	2.545.199

NOTA 18 – Rendas Antecipadas

Receita decorrente do contrato de parceria comercial estratégica, firmado com a Icatu Seguros, com exclusividade para desenvolvimento e comercialização de Seguros, nos ramos de seguros de Pessoas, Prestamista e produtos para Previdência Privada, na rede de distribuição do Banco. A Receita foi originalmente apropriada à conta de Resultado, entretanto, após análise mais detalhada e, em linha com as práticas contábeis, concluiu-se pelo diferimento por um período de 20 anos, que corresponde ao prazo do contrato, sendo mensalmente apropriado à conta de resultado o valor correspondente a 1/240 avos.

Especificação	30.06.2020	31.12.2019
Saldo Inicial de Rendas Antecipadas	200.000	-
(-) Apropriação do Período (2/240 avos)	(1.398)	-
(=) Saldo Final a Apropriar	198.602	-
Circulante	10.000	-
Não Circulante	188.602	-

NOTA 19 - Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O Capital Social do Banco, no valor de R\$ 5.569.988 (R\$ 3.813.000 em 31.12.2019), é representado por 86.371.464 ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal, integralizadas, assim distribuídas:

Especificação	30.06.2020		31.12.2019	
	Quantidade das Ações	% do Capital	Quantidade das Ações	% do Capital
União Federal	47.896.415	55,45	47.896.415	55,45
FI CAIXA FGEDUC MULTIMERCADO	30.205.568	34,97	30.205.568	34,97
BB FGO Fundo de Investimento em Ações	6.206.000	7,19	6.206.000	7,19
Outros	2.063.481	2,39	2.063.481	2,39
Total	86.371.464	100,00	86.371.464	100,00

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27.03.2020, foi aprovado o aumento do capital social em R\$ 1.756.988, decorrente da incorporação de Reservas Estatutárias - Reserva para Margem Operacional no valor de R\$ 1.472.588 e Reserva para Equalização de Dividendos Complementares no valor de R\$ 284.400, sem emissão de novas ações. O Capital Social passou de R\$ 3.813.000 para R\$ 5.569.988, representado por 86.371.464 ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal, integralizadas. O aumento de capital foi homologado pelo Banco Central.

b) Reserva de Reavaliação

O valor de R\$ 13.695 (R\$ 13.726 em 31.12.2019) refere-se ao saldo da reserva de reavaliação de bens de uso próprio, constituída em 26.02.1993. Referida reserva será mantida até a data de sua efetiva realização por depreciação, baixa ou alienação, consoante Resolução nº 3.565, de 29.05.2008, do CMN. No período, houve transferência de R\$ 28 (R\$ 253 em 31.12.2019) para Lucros ou Prejuízos Acumulados e compôs a base de cálculo dos Dividendos/JCP do período.

c) Dividendos/JCP

O Estatuto Social do Banco prevê, em seu Art. 45, § 3º: “Após levantado o balanço relativo ao primeiro semestre, poderá ser pago, a título de adiantamento por conta do dividendo do exercício, e na forma da lei, no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado até então apurado.”

Considerando o momento de Pandemia do Covid-19, atualmente vivido no País, com as repercussões relatadas na Nota 30, e, as disposições da Resolução CMN nº 4.820, de 29.05.2020, não há proposta de antecipação de distribuição do dividendo mínimo obrigatório sobre o resultado apurado no 1º semestre de 2020, devendo a proposição de distribuição de dividendos, inclusive sob a forma de JCP, ser submetida à deliberação da Assembleia Geral Ordinária que aprovar as Demonstrações Financeiras do exercício de 2020, no caso, levando-se em conta o resultado a ser apurado no exercício. No exercício de 2019, houve a distribuição de Dividendos e JCP no montante de R\$ 420.013.

d) Demonstrativo de cálculo dos Dividendos/JCP:

Especificação	01.01. a 30.06.2020	01.01. a 31.12.2019
1. Lucro Líquido do Semestre/Exercício	332.537	1.736.685
2. Reserva Legal Constituída	(16.627)	(86.834)
3. Ajustes Devedores LPA	(2.809)	(18.840)
4. Reservas de Reavaliação transferidas para LPA	28	(3.908)
5. Ajustes Credores LPA	218	48.778
6. Base de Cálculo dos Dividendos/Juros sobre o Capital Próprio (JCP)	313.347	1.675.881
7. Dividendos e JCP Brutos calculados no Semestre/propostos no Exercício ⁽¹⁾	78.581	420.013
8. Dividendos e JCP Líquidos calculados no Semestre/propostos no Exercício	78.337	418.970
9. Dividendos sob a forma de JCP proposto no Semestre/Exercício: R\$ 0,00 por ação (em 31.12.2019: R\$ 3,8877963266 por ação)	-	335.795
10. Imposto de Renda na Fonte sobre JCP do Semestre/Exercício	-	(1.043)
11. JCP Líquidos imputados aos dividendos: R\$ 0,00 por ação (em 31.12.2019: R\$ 3,8757284616 por ação)	-	334.752
12. JCP antecipado corrigido pela Selic	-	(169.780)
13. Valor Complementar líquido de Imposto de Renda do JCP: R\$ 0,00 por ação (em 31.12.2019: R\$ 1,9160183051 por ação (item 9 - item 11 - item 12))	-	165.489
14. Dividendos propostos no Semestre/Exercício: R\$ 0,00 por ação (em 31.12.2019: R\$ 0,9750666936 por ação)	-	84.218
15. Dividendos antecipados corrigidos pela Selic	-	(17.815)
16. Valor complementar de Dividendos: R\$ 0,00 por ação (em 31.12.2019: R\$ 0,7688076346 por ação (item 14 - item 15))	-	66.403
17. Dividendos + JCP Líquidos de IR (Imputados aos Dividendos) em relação à Base de Cálculo dos Dividendos/JCP: R\$ 0,00 por ação (em 31.12.2019: R\$ 4,8507951551 por ação) (item 8/ item 6)	-	25,000%
18. Dividendos + JCP Brutos em relação à Base de Cálculo dos Dividendos/JCP: R\$ 0,00 por ação (em 31.12.2019: R\$ 4,8628630201 por ação) (item 7/item 6)	-	25,062%

⁽¹⁾ Em 30.06.2020, valor contabilizado em Reservas Especiais de Lucros, conforme Nota 19.f.iii

e) Reserva Legal

A Reserva Legal tem por fim assegurar a integridade do Capital Social e é constituída à base de 5% sobre o lucro líquido apurado no semestre, que representa R\$ 16.627 (R\$ 86.834 em 31.12.2019).

f) Reservas Estatutárias

- i) Margem Operacional: tem a finalidade de assegurar recursos compatíveis com o desenvolvimento das operações do Banco. Constituição no semestre: R\$ 176.075 (R\$ 1.062.489 em 31.12.2019);
- ii) Equalização para Dividendos Complementares: tem a finalidade de assegurar recursos para pagamento de dividendos complementares ao dividendo mínimo obrigatório. Constituição no semestre: R\$ 58.691 (R\$ 193.800 em 31.12.2019); e
- iii) Especiais de Lucros: tem como finalidade registrar a remuneração do capital não distribuída, obrigatória ou proposta, que não configure obrigação presente na data do Balanço, conforme Carta Circular Bacen nº 3.935, de 25.02.2019. Constituição no semestre: R\$ 78.581 (R\$ 0 em 31.12.2019).

g) Outros Resultados Abrangentes

Demonstrativo da Variação	30.06.2020	31.12.2019
Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para a Venda ⁽¹⁾	(123.271)	479.801
Ganhos e Perdas Atuariais (Benefícios Pós-Emprego) ⁽¹⁾	254.585	(579.674)
Outros Resultados Abrangentes⁽¹⁾	131.314	(99.873)

⁽¹⁾ líquidos dos efeitos tributários

NOTA 20 - Outras Receitas/Despesas Operacionais

Especificação	01.01. a 30.06.2020	01.01. a 30.06.2019
a) Receitas de Prestação de Serviços	1.310.782	1.233.015
Administração de Fundos de Investimentos	32.685	25.860
Administração de Fundos e Programas	984.395	936.609
Prestação de Serviços	293.702	270.546
b) Rendas de Tarifas Bancárias	48.167	44.745
c) Despesas de Pessoal	(1.049.747)	(999.790)
Proventos	(583.716)	(582.659)
Encargos Sociais	(209.979)	(198.128)
Plano de Aposentadoria e Pensão - Capped Planos BD e CV I	(67.714)	(57.041)
Plano de Assistência Médica - Camed Plano Natural	(96.531)	(75.430)
Seguro de Vida - Benefício Pós-Emprego	(13.510)	(6.045)
Benefícios, Treinamentos, Honorários e Remuneração de Estagiário	(78.297)	(80.487)
d) Outras Despesas Administrativas	(659.885)	(621.489)
Processamento de Dados	(115.130)	(123.478)
Propaganda e Publicidade	(12.863)	(3.291)
Serviços de Terceiros ⁽¹⁾	(333.870)	(291.118)
Aluguéis, Material, Água, Energia e Gás	(40.516)	(39.620)
Viagens	(4.352)	(7.846)
Comunicações	(8.981)	(12.419)
Depreciação e Amortização	(6.203)	(5.736)
Manutenção e Conservação de Bens	(24.218)	(24.271)
Vigilância, Segurança e Transporte	(44.146)	(45.141)
Promoções, Relações Públicas e Publicações	(3.834)	(4.855)
Serviços do Sistema Financeiro	(20.288)	(17.910)
Serviços Técnicos Especializados	(17.113)	(19.396)
Seguros	(3.612)	(2.308)
Emolumento Judicial, Cartório e Honorários Advocatícios	(16.086)	(16.026)
Contribuição Sindical Patronal e a Entidades Associativas	(1.745)	(1.419)
Condomínio, Copa, Cozinha e Alimentação	(2.858)	(2.883)
Outros Valores	(4.070)	(3.772)
e) Despesas Tributárias (Nota 21.e)	(162.119)	(178.035)
Contribuições ao Cofins e PIS/Pasep	(140.391)	(157.315)
ISS e IPTU/Contribuição de Melhoria	(20.400)	(19.124)
Outros Valores	(1.328)	(1.596)
f) FNE Del Credere	910.075	766.983
g) Outras Receitas Operacionais	73.101	273.293
Del Credere de Fundos Administrados	4.178	4.174
Variação Cambial Negativa de Empréstimos	39	85.240
Variação Cambial Negativa Despesa de Captação	-	66.870
Variação Cambial Negativa Reclasif Despesa Obrigação do Fundo Financeiro de Desenvolvimento	-	3.020
Reversão de Provisões Operacionais/Riscos c/Op. do FNE	2.030	1.980
Recuperação de Encargos e Despesas	2.194	2.587
Reversão de Provisões Operacionais	4.494	14.096
Juros e Comissões	2.543	1.637
Correção Monetária	1.248	522
Variação Cambial	238	-
FNE – Recuperação de Valores Honrados pelo Banco	43.354	82.618
Outros Valores	12.783	10.549
h) Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	(388.620)	(142.052)
i) Provisão para Contingências Passivas	(147.610)	(84.890)
j) Outras Despesas Operacionais	(129.692)	(371.103)
Variação Cambial da Área de Câmbio	(4.309)	(442)
Variação Cambial Negativa de Empréstimos Concedidos	(4)	(85.236)
Atualização Monetária Negativa de Operações de Crédito	(11)	(1.050)
Descontos Concedidos em Renegociações	(15.484)	(14.600)
Encargos de Operações de Crédito	(4.664)	(4.338)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Principal (IECP)	(28.236)	(157.532)
Remuneração FNE Recursos Disponíveis - Lei 7.827 Art.9º-A	(29.160)	(41.544)
Remuneração FNE Recursos Aplicados - Lei 7.827 Art.9º-A	(39.117)	(47.025)
Atualização Monetária do IECP	(3.251)	(4.674)
Outros Valores	(5.456)	(14.662)
Total	(195.548)	(79.323)

⁽¹⁾ Contém despesas do 1º semestre de 2020, no valor de R\$ 283.382 (R\$ 240.208 em 30.06.2019), em favor do Instituto Nordeste Cidadania (INEC); trata-se de OSCIP que presta serviços, substancialmente, ao Banco, por meio dos Termos de Parceria para operacionalização dos programas de microcrédito produtivo orientado urbano e rural, em conformidade com as disposições da Lei nº 9.790 de 23.03.1999.

NOTA 21 - Impostos e Contribuições

a) Imposto de Renda e Contribuição Social

O Banco está sujeito ao regime de tributação do Lucro Real e procede ao pagamento mensal do Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) por estimativa. As despesas de IRPJ e CSLL estão demonstradas no quadro abaixo:

a.1) Especificação da Despesa de Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	01.01 a 30.06.2020	01.01 a 30.06.2019	01.01 a 30.06.2020	01.01 a 30.06.2019
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	505.579	1.164.002	505.579	1.164.002
Participações Estatutárias sobre o Lucro (PLR)	(20.661)	(46.330)	(20.661)	(46.330)
Resultado antes da Tributação, deduzido das Participações Estatutárias e dos JCP	484.918	1.117.672	484.918	1.117.672
Adições/Exclusões Permanentes	(97.230)	(247.443)	(98.329)	(247.781)
Adições/Exclusões Temporárias	330.917	(283.765)	330.918	(283.765)
Resultado Tributável	718.605	586.464	717.507	586.126
Despesas de Provisão de IRPJ e CSLL - antes dos Incentivos Fiscais e da Reserva de Reavaliação	(179.639)	(146.604)	(134.532)	(87.919)
Deduções (Incentivos Fiscais)	5.579	5.000	-	-
Provisão de Tributos de IRPJ/CSLL sobre a realização da Reserva de Reavaliação	12	(982)	9	(589)
Despesas Correntes de IRPJ/CSLL - após os incentivos fiscais, Reserva de Reavaliação e Ajustes de LPA ⁽¹⁾	(174.048)	(142.586)	(134.523)	(88.508)
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos – Decorrentes de Créditos Recuperados e Depreciação	(9.279)	(12.820)	(8.138)	(7.692)
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	(183.327)	(155.406)	(142.661)	(96.200)
Créditos Tributários de IRPJ/CSLL – Provisões	89.357	(75.801)	73.771	(45.488)
Total de IRPJ/CSLL	(93.969)	(231.207)	(68.890)	(141.688)
Alíquota Efetiva (%)	19,38	20,69	14,21	12,68
a.2) Especificação da Provisão de IRPJ e CSLL	30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020	31.12.2019
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro	174.048	321.272	134.523	202.732
Provisão de Tributos sobre realização de Reserva de Reavaliação	12	24	9	15
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro ⁽²⁾	174.060	321.296	134.532	202.747
Impostos e Contribuições a Compensar decorrentes de antecipação, inclusive retidos na fonte	(108.687)	(229.544)	(60.863)	(113.492)
Valor dos Tributos a Recolher (a Compensar) do Período	65.373	91.752	73.669	89.255

⁽¹⁾ Os saldos das despesas correntes de IRPJ e CSLL inclui a redução de R\$ 11.068 da contabilização realizada em 2020, de dedução de despesas de incentivos de inovação tecnológica do período de 2019 e registro de despesa de R\$ 555 decorrentes de ajuste de incentivo fiscal de 2019, bem como ajustes complementares de R\$ 35 oriundos de despesas com o Plano Safra, no período de 2018.

⁽²⁾ O saldo da provisão de IRPJ e CSLL inclui o valor de estorno de despesas de Pasep/ Cofins e dos juros sobre o valor a recolher à Receita Federal do Brasil, contabilizados em 2019 de R\$ 19.040, referente ao período de 2014 a 2018, cujo saldo remanescente, após pagamentos iniciais em 2020, está em R\$ 13.527 em 30.06.2020.

b) Conciliação dos Encargos de IR e CSLL

Especificação	30.06.2020	30.06.2019
Resultado Antes dos Tributos e Participações	505.579	1.164.002
Encargo de 45% - IRPJ (25%) e CSLL (20%)	(227.511)	(465.601)
Demonstrativo de Carga Tributária:		
Imposto de Renda e Contribuição Social do Período	(162.859)	(372.895)
Acréscimo/Decréscimo aos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social decorrentes:	(64.652)	(92.706)
PLR/JCP	(44.659)	(85.269)
Outras Rendas / FNE/Del Credere /Operações Repasse- Lei 7827- ART. 9º-A	(10.373)	(11.639)
Diferenças Temporárias - Outras Provisões (Trabalhistas, Cíveis, Fiscais e Outras Causas)	(140)	1.091
Diferenças Temporárias - Operações c/Reembolso Maior que 10 anos	4.933	6.063
Diferença de Alíquota - CSLL ⁽¹⁾	(10.588)	-
Demais (Incentivos Fiscais, Adições/Exclusões Permanentes)	(3.825)	(2.952)
Total da Carga Tributária Conciliada	(227.511)	(465.601)

⁽¹⁾ No ano de 2019 e até fevereiro de 2020 vigorou a alíquota de 15% e, a partir de março/2020, a alíquota da CSLL passou a ser de 20%, conforme EC nº 105, de 13.11.2019.

c) Ativos e Passivos Fiscais Diferidos

Especificação	30.06.2020		31.12.2019		30.06.2020	31.12.2019
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	Total	
Efeito no Resultado						
a) Provisões (PCLD)						
Saldo Inicial	576.129	459.764	711.030	426.632	1.035.893	1.137.662
Constituição	170.070	111.326	261.288	270.845	281.396	532.133
Realização/Reversão	(129.424)	(77.661)	(396.189)	(237.713)	(207.085)	(633.902)
Saldo Final	616.775	493.429	576.129	459.764	1.110.204	1.035.893
b) Rendas a Apropriar - Operações sem processo Judicial						
Saldo Inicial	2.115	1.661	2.101	1.261	3.776	3.362
Constituição	497	304	1.059	1.027	801	2.086
Realização/Reversão	(624)	(374)	(1.045)	(627)	(998)	(1.672)
Saldo Final	1.988	1.591	2.115	1.661	3.579	3.776
c) Provisões – Operações Alongadas						
Saldo Inicial	1.004	798	-	-	1.802	-
Constituição	-	-	1.004	798	-	1.802
Realização/Reversão	(9)	(2)	-	-	(11)	-
Saldo Final	995	796	1.004	798	1.791	1.802
d) Provisões Atuariais						
Saldo Inicial	280.414	223.378	269.396	161.638	503.792	431.034
Constituição	36.325	28.730	51.657	86.124	65.055	137.781
Realização/Reversão	(18.858)	(13.804)	(40.639)	(24.384)	(32.662)	(65.023)
Saldo Final	297.881	238.304	280.414	223.378	536.185	503.792
e) Provisão para Programa de Incentivo ao Desligamento						
Saldo Inicial	-	-	14.667	8.800	-	23.467
Constituição	-	-	99	60	-	159
Realização/Reversão	-	-	(14.766)	(8.860)	-	(23.626)
Saldo Final	-	-	-	-	-	-
f) Provisões Contingenciais						
Saldo Inicial	139.368	111.349	98.781	59.268	250.717	158.049
Constituição	41.157	31.116	76.646	73.716	72.273	150.362
Realização/Reversão	(9.775)	(5.865)	(36.059)	(21.635)	(15.640)	(57.694)
Saldo Final	170.750	136.600	139.368	111.349	307.350	250.717
g) Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD)						
Saldo Inicial	-	-	5.398	3.239	-	8.637
Constituição	-	-	308	185	-	493
Realização/Reversão	-	-	(5.706)	(3.424)	-	(9.130)
Saldo Final	-	-	-	-	-	-
h) Item Objeto de Hedge						
Saldo Inicial	-	-	-	-	-	-
Constituição	-	-	876	526	-	1.402
Realização/Reversão	-	-	(876)	(526)	-	(1.402)
Saldo Final	-	-	-	-	-	-
Efeito no Patrimônio Líquido						
i) TVM						
Saldo Inicial	130.285	101.144	173.455	106.009	231.429	279.464
Constituição	73.793	63.248	204.978	129.706	137.041	334.684
Realização/Reversão	(118.229)	(95.713)	(248.148)	(134.571)	(213.942)	(382.719)
Saldo Final (Nota 7.a.2)	85.849	68.679	130.285	101.144	154.528	231.429
j) Ajustes de Avaliação Atuarial						
Saldo Inicial	577.129	461.703	287.504	172.502	1.038.832	460.006
Constituição	296	236	289.625	289.201	532	578.826
Realização/Reversão	(116.016)	(92.813)	-	-	(208.829)	-
Saldo Final	461.408	369.127	577.129	461.703	830.535	1.038.832

Os saldos dos créditos ativados e não ativados de IRPJ e CSLL estão a seguir demonstrados:

Especificação	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020	31.12.2019
1. Total das Diferenças Temporárias	6.718.555	6.991.153	6.718.555	6.991.153
2. Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	1.679.639	1.747.788	1.343.711	1.392.996
3. Créditos Tributários Ativados sobre Provisões	1.549.797	1.576.160	1.239.847	1.258.652
4. Créditos Tributários Ativados decorrentes da marcação a mercado de TVM	85.849	130.285	68.679	101.144
5. Total de Créditos Tributários Ativados (item 3 + item 4) ⁽¹⁾	1.635.646	1.706.445	1.308.526	1.359.796
6. Créditos Tributários Não Ativados (item 2 - item 5) ⁽²⁾	43.994	41.343	35.185	33.200

⁽¹⁾ Os créditos ativados encontram-se registrados em "Outros Créditos-Diversos"

⁽²⁾ Não ativados por não atenderem aos critérios de realização estabelecidos pela Resolução do CMN nº 3.355, de 31.03.2006, e considerando estudo técnico sobre a constituição de ativos e passivos fiscais diferidos, elaborado semestralmente

Os valores previstos de realizações dos créditos tributários na posição de 30.06.2020, estão a seguir demonstrados:

Período	IRPJ		CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente ⁽¹⁾	Valor Contábil	Valor Presente ⁽¹⁾	Valor Contábil	Valor Presente ⁽¹⁾
2020	101.218	100.485	80.974	80.388	182.192	180.873
2021	182.602	177.903	146.081	142.322	328.683	320.225
2022	140.443	135.722	112.354	108.578	252.797	244.300
2023	98.962	91.467	79.170	73.173	178.132	164.640
2024	172.080	149.223	137.664	119.379	309.744	268.602
2025	145.783	128.103	116.626	102.482	262.409	230.585
2026	68.391	60.744	54.713	48.595	123.104	109.339
2027	58.713	50.749	46.971	40.599	105.684	91.348
2028	64.836	57.148	51.868	45.719	116.704	102.867
2029	47.873	40.227	38.299	32.182	86.172	72.409
Acima de 2029	554.745	551.047	443.806	440.843	998.551	991.890
Total	1.635.646	1.542.818	1.308.526	1.234.260	2.944.172	2.777.078

⁽¹⁾ Para fins de cálculo do valor presente foi considerada a meta para as taxas over – selic média, projetadas pelo Bacen na posição de 30.06.2020

d) Provisões para Impostos e Contribuições Diferidos

Especificação	30.06.2020		31.12.2019		30.06.2020	31.12.2019
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	Total	
Efeito no Resultado						
a) Instrumentos Financeiros Derivativos						
Saldo Inicial	-	-	-	-	-	-
Constituição	-	-	876	526	-	1.402
Realização/Reversão	-	-	(876)	(526)	-	(1.402)
Saldo Final (Notas 7.c)	-	-	-	-	-	-
b) Decorrentes de Créditos Recuperados ⁽¹⁾						
Saldo Inicial	139.742	111.099	103.935	62.359	250.841	166.294
Constituição	7.295	6.344	35.930	48.813	13.639	84.743
Realização/Reversão	(286)	(43)	(123)	(73)	(329)	(196)
Saldo Final	146.751	117.400	139.742	111.099	264.151	250.841
c) Item Objeto de Hedge						
Saldo Inicial	-	-	5.615	3.369	-	8.984
Constituição	-	-	308	185	-	493
Realização/Reversão	-	-	(5.923)	(3.554)	-	(9.477)
Saldo Final	-	-	-	-	-	-
d) Depreciação Diferida						
Saldo Inicial	16.179	12.923	11.200	6.720	29.102	17.920
Constituição	2.523	2.015	5.301	6.395	4.538	11.696
Realização/Reversão	(254)	(178)	(322)	(192)	(432)	(514)
Saldo Final	18.448	14.760	16.179	12.923	33.208	29.102
Efeito no Patrimônio Líquido						
d) Reserva de Reavaliação						
Saldo Inicial	970	775	994	597	1.745	1.591
Constituição	-	-	-	193	-	193
Realização/Reversão	(13)	(9)	(24)	(15)	(22)	(39)
Saldo Final	957	766	970	775	1.723	1.745
e) TVM						
Saldo Inicial	230.471	182.852	64.156	39.065	413.323	103.221
Constituição	455.705	363.948	888.277	578.499	819.653	1.466.776
Realização/Reversão	(557.370)	(444.828)	(721.962)	(434.712)	(1.002.198)	(1.156.674)
Saldo Final (Notas 7.a.2)	128.806	101.972	230.471	182.852	230.778	413.323

⁽¹⁾ Na forma do artigo 12 da Lei nº 9.430, de 27.12.1996.

Os valores totais das provisões dos Passivos Tributários, previstos para baixa, na posição de 30.06.2020, estão a seguir demonstrados:

Período	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente ⁽¹⁾	Valor Contábil	Valor Presente ⁽¹⁾	Valor Contábil	Valor Presente ⁽¹⁾
2020	20.311	20.162	15.177	15.058	35.488	35.220
2021	22.704	21.820	18.163	17.456	40.867	39.276
2022	23.527	21.561	18.821	17.249	42.348	38.810
2023	28.127	24.576	22.501	19.661	50.628	44.236
2024	22.511	18.465	18.008	14.772	40.519	33.236
2025	15.714	12.188	12.571	9.750	28.285	21.938
2026	11.699	8.580	9.360	6.864	21.059	15.444
2027	9.787	6.787	7.830	5.429	17.617	12.216
2028	3.884	2.546	3.107	2.037	6.991	4.583
2029	2.440	1.513	1.952	1.210	4.392	2.723
Acima de 2029	134.258	129.237	107.408	103.389	241.666	232.626
Total	294.962	267.435	234.898	212.875	529.860	480.308

⁽¹⁾ Para fins de cálculo do valor presente foi considerada a meta para as taxas over – selic média, projetadas pelo Bacen na posição de 30.06.2020.

e) Despesas Tributárias

Especificação	01.01 a 30.06.2020	01.01 a 30.06.2019
Contribuição ao Cofins e PIS/Pasep ⁽¹⁾	(140.391)	(157.315)
ISS e IPTU/Contribuição de Melhoria	(20.400)	(19.124)
Outros Valores	(1.328)	(1.596)
Total (Nota 20.e)	(162.119)	(178.035)

NOTA 22 - Provisões, Ativos Contingentes, Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias

- a) O Banco é parte em diversos processos de ordem cível, fiscal e trabalhista e outros que se encontram em andamento nas esferas administrativa e judicial. A Administração do Banco entende que as provisões constituídas são suficientes para atender a probabilidade de perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais e administrativos, conforme quadro a seguir:

Especificação	30.06.2020		31.12.2019	
	Valor da Base	Provisão	Valor da Base	Provisão
a) Provisão para Contingências				
a.1) Fiscais (Nota 22 f.1.i)	3.320.932	19.935	3.762.943	17.815
i) Obrigação Legal	11.269	11.269	11.062	11.062
ii) Outras Obrigações-Diversas	3.309.663	8.666	3.751.881	6.753
Provável	8.666	8.666	6.753	6.753
Possível	3.261.581	-	3.577.567	-
Remota ⁽¹⁾	39.416	-	167.561	-
a.2) Trabalhistas	636.809	371.234	602.533	334.025
Provável (Nota 22 f.1.ii)	371.234	371.234	334.025	334.025
Possível	115.276	-	123.996	-
Remota	150.299	-	144.512	-
a.3) Causas Cíveis	8.228.591	207.124	7.716.331	176.738
Provável (Nota 22 f.1.iii)	207.124	207.124	176.738	176.738
Possível	1.938.021	-	1.865.136	-
Remota ⁽²⁾	6.083.446	-	5.674.457	-
a.4) Outras Contingências (Nota 22 f.1.iv)	1.208.689	88.686	1.088.651	33.860
i) Operações Securitizadas	3.981	3.981	4.015	4.015
ii) Outras	1.204.708	84.705	1.084.636	29.845
Provável	84.705	84.705	29.845	29.845
Possível	3.227	-	2.537	-
Remota	1.116.776	-	1.052.254	-

⁽¹⁾ O montante de contingência passiva relacionada às causas fiscais classificadas como risco remoto estava concentrado em 01 (um) processo que apresentava saldo de R\$ 130.762, na posição de 31.12.2019, mas que teve sua contingência totalmente revertida na posição de 31.03.2020.

⁽²⁾ O montante de contingência passiva relacionada às causas cíveis classificadas como risco remoto está concentrado em 04 (quatro) processos que apresentam saldo de R\$ 3.484.523, na posição de 30.06.2020. Discriminação dos processos: i) contribuição extraordinária de benefício pós-emprego e pagamento de honorários advocatícios, R\$ 2.513.815 em 30.06.2020 (R\$ 2.338.498 em 31.12.2019); ii) lucro cessante e pagamento de taxa administrativa, R\$ 430.320 em 30.06.2020 (R\$ 400.309 em 31.12.2019); iii) repetição de indébito, danos morais e lucro cessante, R\$ 297.242 em 30.06.2020 (R\$ 276.512 em 31.12.2019); iv) indenização por danos materiais e morais e lucros cessantes, R\$ 243.146 em 30.06.2020 (R\$ 226.189 em 31.12.2019).

⁽³⁾ O montante de contingência passiva relacionado a outras causas classificadas como risco remoto está concentrado em 01 (um) processo, que consiste em uma Tomada de Contas Especial que versa sobre receitas de taxa de administração e del credere auferidas pelo Banco na administração do FNE; referido processo apresenta, na posição de 30.06.2020, R\$ 1.149.913, sendo R\$ 1.067.481 classificado como risco remoto e R\$ 82.432 como provável (R\$ 1.033.432 em 31.12.2019, sendo R\$ 1.005.615 classificado como risco remoto e R\$ 27.817 como risco provável).

- b) O Banco tem causas patrocinadas por advogados e sociedades de advogados contratados referentes, em sua maioria, a ações de cobrança de dívidas oriundas de operações de crédito, cuja avaliação da provisão e do passivo contingente é realizada pela área jurídica do Banco.
- c) Os processos de natureza fiscal, enquadrados como Obrigação Legal nos termos da Carta Circular Bacen nº 3.429, de 11.02.2010, cujos valores foram apresentados no quadro acima, têm como objeto de discussão os tributos municipais e federais.
- d) A seguir uma breve descrição dos processos envolvendo os passivos contingentes mais relevantes, em que o Banco é parte, classificados como risco de perda possível:

Fiscal

Cinco ações que visam desconstituir auto de infração. As estimativas de perdas financeiras perfazem R\$ 2.898.350, em 30.06.2020 (R\$ 3.266.787 em 31.12.2019).

Cível

Ação que visa pagamento de multa e indenização por danos morais. A estimativa de valor perfaz, na data base de 30.06.2020, o montante de R\$ 543.093, sendo R\$ 542.931 classificado com risco possível e R\$ 162 com risco provável (R\$ 505.217, sendo R\$ 505.067 classificado com risco possível e R\$ 150 com risco provável, em 31.12.2019).

Ação que visa indenização por danos morais e pagamento de honorários. A estimativa de valor perfaz, na data base de 30.06.2020, o montante de R\$ 177.825 (R\$ 165.424 em 31.12.2019).

Ação que visa pagamento de multa e danos morais coletivos. A estimativa de valor perfaz R\$ 105.014, na data base de 30.06.2020 (R\$ 97.960 em 31.12.2019).

Ação que visa pagamento de danos materiais e danos emergentes. A estimativa de valor perfaz, na data base de 30.06.2020, R\$ 85.750 (R\$ 79.770 em 31.12.2019).

Ação que visa pagamento de honorários advocatícios. A estimativa de valor perfaz, na data base de 30.06.2020, R\$ 84.845 (R\$ 78.928 em 31.12.2019).

Ação que visa repetição de indébito, pagamento de multa, liberação de recursos e honorários advocatícios. A estimativa de valor perfaz R\$ 59.334, sendo R\$ 57.342 com risco possível e R\$ 1.992 com risco remoto, na data base de 30.06.2020 (R\$ 55.195 em 31.12.2019, sendo R\$ 53.343 com risco possível e R\$ 1.852 com risco remoto).

Ação iniciada em 2014, relativamente a Benefícios Pós-Emprego. A estimativa de valor perfaz, em 30.06.2020, R\$ 52.780 (R\$ 55.238 em 31.12.2019).

- e) Os Depósitos Judiciais e Recursais em garantia de processos judiciais e administrativos estão assim representados:

Especificação	30.06.2020	31.12.2019
Demandas Trabalhistas	223.567	205.621
Demandas Fiscais	47.694	145.530
Demandas Cíveis	127.994	127.544
Outras Demandas	46	46
Contragarantia Operações Repasses BID	45.276	34.854
Total	444.577	513.595

Movimentação das Provisões

f.1) Fiscais, Trabalhistas, Cíveis e Outras

Especificação	30.06.2020					31.12.2019				
	Saldo inicial	Consti-tuição	Reversão	Pagamento	Saldo Final	Saldo inicial	Consti-tuição	Reversão	Pagamento	Saldo Final
i) Fiscais (Notas 16.e e 22.a.1)	17.815	3.398	(1.276)	(2)	19.935	15.769	2.763	(655)	(62)	17.815
ii) Trabalhistas (Notas 16.e e 22.a.2)	334.025	51.077	(3.126)	(10.742)	371.234	206.531	172.883	(20.160)	(25.229)	334.025
iii) Cíveis (Notas 16.e e 22.a.3)	176.738	53.639	(11.994)	(11.259)	207.124	146.964	92.294	(34.395)	(28.125)	176.738
iv) Outras (Notas 16.e e 22.a.4)	33.860	55.016	(190)	-	88.686	32.466	44.557	(43.163)	-	33.860
Total	562.438	160.363	(16.586)	(22.003)	684.212	401.730	312.497	(98.373)	(53.416)	562.438

NOTA 23 - Remuneração Paga a Funcionários e Administradores (Em Reais)

a) Remuneração Mensal de Funcionários

Remuneração Bruta ⁽¹⁾	30.06.2020	31.12.2019
Máxima	44.349,57	44.349,57
Mínima	1.864,51	1.864,51
Média	11.848,01	11.690,10

⁽¹⁾ Inclui remuneração de horas extras (inclusive adicional noturno), quando efetivamente prestadas.

b) Remuneração da Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal no Período

Especificação	01.01 a 30.06.2020	01.01 a 31.12.2019	01.01 a 30.06.2020	01.01 a 31.12.2019	01.01 a 30.06.2020	01.01 a 31.12.2019
Remuneração Bruta ⁽¹⁾	Diretoria		Conselho de Administração		Conselho Fiscal	
Maior remuneração individual ⁽²⁾	721.507,95	1.107.062,84	35.417,52	70.835,04	33.246,36	66.492,72
Menor remuneração individual ⁽³⁾	389.023,17	734.481,75	27.139,92	54.279,84	27.139,92	54.279,84
Remuneração média individual ⁽⁴⁾	534.405,52	927.343,84	34.185,14	60.346,98	29.582,50	57.219,53
Número de membros ⁽⁵⁾	7,33	6,25	5,17	5,33	5,00	5,17

⁽¹⁾ Valores aprovados em Assembleia Geral.

⁽²⁾ Apurado sem qualquer exclusão, considerando todas as remunerações reconhecidas no período.

⁽³⁾ Apurado com a exclusão de todos os membros que não tenham exercido o cargo pelo período todo.

⁽⁴⁾ Corresponde à divisão do valor total da remuneração do período, de cada órgão, pelo número de membros.

⁽⁵⁾ O número de membros corresponde à média anual do número de membros de cada órgão, apurado mensalmente.

Em 30.06.2020, o número de funcionários do Banco totalizava 6.803 (6.802 em 31.12.2019), registrando-se um acréscimo de 0,015% no quadro de pessoal.

NOTA 24 - Benefícios Pós-Emprego

Na forma preconizada na Resolução nº 4.424, do CMN, que recepcionou o Pronunciamento CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, são apresentadas, a seguir, as práticas e procedimentos contábeis adotados pelo Banco quanto aos benefícios pós-emprego.

a) Descrição dos Planos de Benefícios

a.1) Planos de Previdência

O Banco é patrocinador de dois planos de previdência complementar, um plano do tipo Benefício Definido (BD) e um plano de Contribuição Variável (BD + CD), administrados pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (Capef), entidade fechada de previdência complementar.

a.1.1) Plano BD

O plano BD, classificado na modalidade de benefício definido, que se encontra fechado ao ingresso de novos participantes desde 26.11.1999, oferta aos seus participantes benefícios de suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, por idade e por invalidez, assim como suplementação de pensão e pecúlio aos beneficiários dos participantes. Em termos gerais, os benefícios do plano BD são calculados com base na diferença entre o salário de contribuição do empregado e o benefício de aposentadoria do INSS, ponderada pelo número de contribuições pagas ao plano, limitado a 360, incluindo eventual parcela de prorrogação de expediente proporcional ao número de contribuições pagas sobre esta parcela, todos vigentes em julho de 1997 e projetados, de acordo com o regulamento do plano, até a data de aposentadoria do participante.

a.1.2) Plano CV I

O plano CV I, classificado na modalidade de contribuição variável, conjuga características tanto de plano de contribuição definida como de plano de benefício definido. Esse plano oferta aos seus participantes benefícios de suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, por idade e por invalidez, assim como suplementação de pensão e pecúlio aos beneficiários dos participantes.

Os benefícios de aposentadoria programada do plano CV I são calculados com base no saldo da conta individual de cada participante, existente na data da aposentadoria, e são pagos em duas fases, a primeira na forma de renda certa com prazo certo, na modalidade Contribuição Definida (CD), e a segunda na forma de renda vitalícia, na modalidade Benefício Definido (BD).

O plano CV I só poderá vir a apresentar déficit ou superávit atuarial após o início da concessão dos benefícios não programados, invalidez e morte, ou dos benefícios programados em fase de renda vitalícia. O plano CV I conta com o Fundo de Solvência Atuarial que será utilizado para cobertura de eventuais insuficiências atuariais futuras dos portfólios previdenciais mutualistas e com o Fundo Mutualista para Benefícios de Riscos, com o objetivo de suprir o pagamento de capitais complementares nos casos de invalidez ou morte do participante, referentes à cobertura securitária dos benefícios decorrentes desses eventos.

a.2) Plano de Assistência Médica

O Banco é patrocinador e mantenedor de plano de saúde administrado pela Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (Camed), denominado Plano Natural, cujo objetivo principal é prestar assistência médica aos seus associados e dependentes, por meio da concessão de auxílios destinados à cobertura ou ressarcimento de despesas com a promoção, proteção e recuperação de saúde.

O Plano Natural é custeado, basicamente, pela contribuição social paga pelos associados, pelas contribuições referentes à inscrição de dependentes naturais, por taxa de proteção financeira, pela coparticipação financeira paga pelo associado sobre os eventos utilizados e por contribuição paritária de responsabilidade do Banco.

a.3) Seguro de Vida em Grupo

O Banco mantém como política de benefícios um contrato de apólice coletiva de seguro de vida em grupo, destinada a seus empregados e ex-empregados já aposentados. A apólice prevê cobertura básica: morte por causas naturais e acidentais e cobertura adicional de invalidez por acidente e por doença. Os prêmios de seguro são determinados pela aplicação de taxas definidas em contrato, contribuindo os empregados com 50% do valor desse prêmio e o Banco com os demais 50%. Os aposentados são responsáveis pelo pagamento integral do valor do prêmio. A cada semestre, o Banco avalia atuarialmente o benefício que se constitui em subsídio indireto aos atuais aposentados.

a.4) Governança

São responsáveis pela administração e fiscalização da Capef os seguintes órgãos estatutários: Conselho Deliberativo, Diretoria-Executiva e Conselho Fiscal. O Conselho Deliberativo é o órgão de decisão e orientação superior, cabendo-lhe precipuamente a definição da política de administração da Capef e de seus planos de benefícios. A Diretoria-Executiva é o órgão de administração da Capef, cabendo-lhe executar e fazer executar as diretrizes e normas gerais fixadas pelo Conselho Deliberativo e demais disposições contidas na legislação pertinente, no Estatuto da Capef, nos regulamentos dos planos de benefícios e nos Convênios e Termos de Adesão. O Conselho Fiscal é o órgão de controle interno, cabendo-lhe, principalmente, as funções de acompanhamento e fiscalização das atividades da Capef.

A Camed tem como órgãos estatutários: Corpo Social, Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal. O Corpo Social, composto pelos associados, é o órgão supremo de decisão, com poderes para resolver todos os assuntos e negócios relativos ao pleno funcionamento e desenvolvimento da Camed. O Conselho Deliberativo da Camed é órgão de acompanhamento e de superior deliberação administrativa. Cabe à Diretoria Executiva executar e fazer executar as diretrizes e normas gerais fixadas pelo Conselho Deliberativo e demais disposições contidas na legislação pertinente no Estatuto da Camed e nos regulamentos internos. O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização dos atos de gestão da Camed, cabendo-lhe, precipuamente, as funções de acompanhamento e orientação das atividades da empresa.

Os membros dos órgãos estatutários das duas Entidades são escolhidos de forma a conferir representatividade aos Participantes, aos Beneficiários Assistidos e aos Patrocinadores, com base nos critérios estabelecidos em seus Estatutos.

a.5) Estratégias de Confrontação de Ativos e Passivos

A Capef conta com áreas específicas para administração dos investimentos, além de assessoria de gestão que reforça o monitoramento dos riscos de investimentos. Os investimentos são acompanhados de modo a se verificar questões voltadas a enquadramentos, retornos dos ativos e acompanhamento da evolução da

meta atuarial do plano. São realizados estudos que objetivam auxiliar os administradores do plano na escolha do portfólio mais adequado aos seus objetivos, levando em consideração as características e as particularidades dos ativos e a situação financeira do plano, permitindo-se que sejam feitos investimentos de longo prazo, sem comprometer as obrigações, bem como o atingimento da meta atuarial.

A Camed possui instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. O gerenciamento de riscos acompanha as alterações nos cenários de exposição a que a Camed está sujeita.

b) Obrigações Vencidas e Dívidas de Contribuições

Não existem, em 30.06.2020, obrigações vencidas e dívidas de contribuições do Banco em relação aos planos previdenciários, BD e CVI, ao plano de assistência médica, plano Natural, e ao seguro de vida em grupo, nem práticas informais que deem origem a obrigações construtivas passíveis de inclusão na mensuração da obrigação de benefício definido.

c) Relação de Contribuições (Participantes/Patrocinador)

A relação entre as contribuições efetuadas pelos participantes e o Banco atende a paridade estabelecida na Resolução nº 09, de 08.10.1996, do Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (CCE), registrando em 30.06.2020, a relação contributiva de 1:1 (Em 31.12.2019, 1:1).

d) Exposição ao risco

O Passivo Atuarial do Banco, que registra as obrigações sobre os planos BD, CV I, Natural e Seguro de Vida em Grupo está exposto, principalmente, aos seguintes riscos:

Plano	Tipo de Risco	Descrição do Risco
BD/ CV I/ Natural/Seguro de Vida em Grupo	Risco Atuarial	É o risco de o custo final dos benefícios adquiridos ser maior que os benefícios esperados. O Banco não possui alternativa a não ser aumentar suas contribuições ou persuadir os participantes a aceitar uma redução dos benefícios.
BD/ CV I/ Natural	Risco dos investimentos	Está relacionado às variações nas taxas de juros e preços dos ativos que influenciam no desempenho econômico-financeiro do plano de benefícios. Se o rendimento real dos investimentos dos planos for inferior ao rendimento esperado, isso poderá gerar um aumento do passivo atuarial.
BD/ CV I/ Natural/Seguro de Vida em Grupo	Risco das premissas atuariais	Está relacionado à adoção de premissas atuariais não aderentes aos planos, quando do cálculo do valor presente da obrigação de benefício definido, resultando em impacto relevante no passivo atuarial.
BD/ CV I/ Natural/Seguro de Vida em Grupo	Taxa de desconto	O passivo atuarial é calculado adotando uma taxa de desconto definida com base nos rendimentos dos títulos públicos (NTN-B), conforme item 83 da Deliberação CVM nº 695. Diminuição nos rendimentos desses títulos ocasiona elevação no passivo atuarial.
BD/ CV I/ Natural/Seguro de Vida em Grupo	Riscos de Expectativa de Vida	Os planos de benefícios pós-emprego oferecem benefícios vitalícios, logo, o aumento na expectativa de vida resulta em elevação do passivo atuarial para os planos BD, CV I e Natural e uma redução do passivo atuarial para o Seguro de Vida em Grupo

e) Número de Participantes dos Planos de Benefícios Pós-emprego

Especificação	BD	CV I	CAMED	SEGURO
Participantes	1.242	5.417	6.272	4.802
Assistidos (Aposentados e Pensionistas)	5.064	311	5.187	3.613
TOTAL	6.306	5.728	11.459	8.415

f) Premissas utilizadas

f.1) Premissas Demográficas

As premissas demográficas utilizadas no cálculo da obrigação dos planos baseiam-se nas adotadas em avaliações atuariais, no âmbito da Capecf, embasadas em estudos estatísticos e de adequação das hipóteses, elaborados por consultorias especializadas, contratadas por aquela entidade. Para o plano Natural são utilizadas as premissas demográficas do plano BD e para o Seguro de Vida em Grupo as do plano CV I, de acordo com suas características populacionais.

Especificação	Plano BD (Capecf) e Plano Natural (Camed)	
	30.06.2020	31.12.2019
Tábuas de Mortalidade		
Ativos/Aposentados	RP2000 M&F Proj 2018 – Suavizada em 10%, segregada por sexo	RP2000 M&F Proj 2018 – Suavizada em 10%, segregada por sexo
Inválidos	RP2000 Disable F	RP2000 Disable F
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas

Especificação	Plano CV I (Capecf) e Seguro de Vida	
	30.06.2020	31.12.2019
Tábuas de Mortalidade		
Ativos/Aposentados	RP 2000 Proj. 2018 Segmentada por sexo (Suavizada 20%)	RP 2000 Proj. 2018 Segmentada por sexo (Suavizada 20%)
Inválidos	Experiência do IAPC (suavizada em 50%)	Experiência do IAPC (suavizada em 50%)
Tábua de Entrada em Invalidez	Muller (suavizada em 85%)	Muller (suavizada em 85%)

f.2) Premissas Financeiras

Especificação	Capecf (% a.a.)			
	Plano BD		Plano CV I	
	30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020	31.12.2019
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	6,96	6,60	7,43	7,22
Taxa real de desconto da obrigação atuarial	3,75	2,87	4,21	3,46
Taxa média de inflação anual	3,09	3,63	3,09	3,63
Taxa nominal de crescimento salarial ⁽¹⁾ ⁽²⁾	4,12	4,67	-	-
Taxa nominal de aumentos dos benefícios	3,09	3,63	3,09	3,63

⁽¹⁾ Plano BD: a taxa de crescimento salarial real de 1% é aplicada até que o participante atinja a data prevista para aposentadoria (360 contribuições).

⁽²⁾ Plano CV I: a projeção de crescimento real de salário de cada participante segue as regras do plano de cargos e salários do Banco e em hipótese de progressão da verba de adicional de função em comissão (AFC).

Especificação	Camed (% a.a.)		Seguro de Vida	
	Plano Natural			
	30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020	31.12.2019
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	7,43	7,22	7,43	7,22
Taxa real de desconto da obrigação atuarial	4,21	3,46	4,21	3,46
Taxa média de inflação anual	3,09	3,63	3,09	3,63
Taxa nominal de crescimento salarial ⁽¹⁾	4,12	4,67	4,12	3,63
Taxa nominal de aumento médio dos benefícios ^{(1) (2)}	2.08 ⁽²⁾	2,45 ⁽²⁾	4,12	3,63
Taxa de evolução dos custos médicos em decorrência do envelhecimento <i>(Aging Factor)</i>	3,84	3,47	Não se aplica	Não se aplica

⁽¹⁾ No caso do seguro de vida, trata-se da projeção de aumento do capital segurado de ativos.

⁽²⁾ No caso do plano Natural, trata-se da projeção de aumento dos custos médicos (HCCTR). Na posição de 30.06.2020, para o plano Natural, foi calculada taxa de inflação médica considerando a experiência do plano nos últimos 10 (dez) anos. A taxa encontrada foi de 2,08%, acima do "aging factor" e da inflação geral de preços, e decresce linearmente em 4 (quatro) anos, permanecendo a partir do 5º (quinto) ano em 1% a.a. (Em 31.12.2019, a taxa encontrada foi de 2,45%, acima do "aging factor" e da inflação geral de preços).

f.3) A taxa de inflação futura é utilizada no cálculo do Valor Presente da Obrigação Atuarial, visando à mensuração do "floating" inflacionário decorrente do congelamento, por ciclos anuais, de contribuições e benefícios futuros, admitindo-se neste cálculo a ocorrência de processo inflacionário de igual intensidade para todas as variáveis salariais, assistenciais, previdenciais e econômicas do plano.

f.4) É utilizado como método de avaliação atuarial o Método de Crédito Unitário Projetado a fim de determinar o valor presente da obrigação, o custo do serviço corrente e, quando necessário, o custo do serviço passado.

f.5) A taxa de desconto equivale à expectativa de retorno da Nota do Tesouro Nacional (NTN-B), para o período da *duration* dos planos, conforme metodologia prevista no item 83 do Pronunciamento CPC 33 (R1), recepcionado pela Resolução nº 4.424, do CMN. Na posição de 30.06.2020, foram apuradas as seguintes

durations: para os planos Capef BD: 9,60 anos (6,73 anos em 31.12.2019), para o plano Capef CV I: 18,67 anos (25,64 anos em 31.12.2019), para o plano Natural: 16,69 anos (21,26 anos em 31.12.2019) e para o Seguro de Vida: 17,31 anos (19,58 anos em 31.12.2019).

g) Análise da Obrigação Atuarial

Na posição de 30.06.2020, os planos administrados pela Capef e Camed, e o Seguro de Vida em Grupo encontram-se registrados, nas Demonstrações Financeiras do Banco, na seguinte situação:

g.1) Planos de Previdência Privada

Especificação	Capef – Planos de Previdência Privada			
	Plano BD		Plano CV I	
	30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020	31.12.2019
1. Valor Presente da Obrigação atuarial ⁽¹⁾	(5.111.330)	(5.647.446)	(36.469)	(32.359)
1.1. Obrigação relativa aos participantes assistidos	(4.296.563)	(4.807.909)	(31.955)	(30.177)
1.2. Obrigação relativa aos participantes ativos	(814.767)	(839.537)	(4.514)	(2.182)
2. Valor Justo dos Ativos do Plano	4.325.967	4.715.575	80.042	88.627
3. Efeito de Teto do Ativo	-	-	(43.573)	(56.268)
4. Passivo Reconhecido no Balanço Patrimonial	(785.363)	(931.871)	-	-

⁽¹⁾ Para o plano CV I, os valores se referem aos benefícios não programados (Parte BD), que possuem características de plano de benefício definido.

g.2) Plano de Assistência Médica e Seguro de vida em grupo

Especificação	Camed		Seguro de Vida	
	Plano Natural			
	30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020	31.12.2019
1. Valor Presente da Obrigação atuarial	(2.103.648)	(2.293.236)	(336.014)	(363.829)
1.1. Obrigação relativa aos participantes assistidos	(1.493.548)	(1.517.652)	(256.378)	(277.826)
1.2. Obrigação relativa aos participantes ativos	(610.100)	(775.584)	(85.546)	(100.999)
1.3. Subsídio cruzado	-	-	5.910	14.996
2. Valor Justo dos Ativos do Plano	187.870	158.763	-	-
3. Passivo Reconhecido no Balanço Patrimonial	(1.915.778)	(2.134.473)	(336.014)	(363.829)

h) Conciliação dos Saldos de Abertura e Fechamento do Valor Presente da Obrigação

Especificação	Capef			
	Plano BD		Plano CV I	
	30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020	31.12.2019
1. Valor Presente da Obrigação Atuarial no Início do Período	(5.647.446)	(4.545.981)	(32.359)	(14.538)
2. Custo dos Juros	(177.021)	(392.997)	(1.163)	(1.311)
3. Custo do Serviço Corrente	(5.995)	(2.989)	(66)	(119)
4. Benefícios Pagos pelo Plano	231.946	448.414	411	610
5. Contribuições dos Assistidos (Aposentados e Pensionistas)	(40.064)	(78.919)	-	-
6. Reversão de saldo de contribuições da parte CD para a parte BD do plano	-	-	(1.132)	(7.345)
7. Remensurações de Ganhos (Perdas) Atuariais	527.250	(1.074.974)	(2.160)	(9.656)
7.1. Decorrentes de Ajustes de Experiência	64.793	174.051	(4.346)	426
7.2. Decorrentes de Alterações de Premissas Financeiras	462.457	(965.365)	2.186	(10.082)
7.3. Decorrentes da alteração do plano de custeio	-	(106.590)	-	-
7.4. Decorrentes da aplicação dos reajustes dos benefícios	-	(177.070)	-	-
8. Valor Presente da Obrigação Atuarial no Final do Período	(5.111.330)	(5.647.446)	(36.469)	(32.359)

Especificação	Camed		Seguro de Vida	
	Plano Natural			
	30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020	31.12.2019
1. Valor Presente da Obrigação Atuarial no Início do Período	(2.293.236)	(1.621.151)	(363.829)	(147.161)
2. Custo dos Juros	(81.245)	(145.446)	(13.019)	(13.158)
3. Custo do Serviço Corrente	(21.244)	(9.626)	(1.902)	(1.976)
4. Benefícios Pagos pelo Plano ⁽¹⁾	39.609	101.120	5.125	10.197
5. Contribuições dos Assistidos (Aposentados e Pensionistas)	(13.665)	(26.484)	(1.642)	(3.167)
6. Despesas Administrativas Pagas pelo Plano	5.468	12.351	-	-
7. Remensurações de Ganhos (Perdas) Atuariais	260.665	(604.000)	39.253	(208.564)
7.1. Ajustes de Experiência	25.453	(28.351)	(6.874)	43.187
7.2. Alterações de Premissas Financeiras	268.821	(484.613)	46.127	(85.548)
7.3. Alterações decorrentes da elevação dos custos assistenciais	(33.609)	(196.814)	-	-
7.4. Alterações decorrentes da redução da taxa de despesas administrativas	-	60.846	-	-
7.5. Alterações decorrentes da redução da taxa de inflação médica (HCCTR)	-	44.932	-	-
7.6. Alterações de Outras Premissas	-	-	-	(166.203)
8. Valor Presente da Obrigação Atuarial no Final do Período	(2.103.648)	(2.293.236)	(336.014)	(363.829)

⁽¹⁾Camed: Plano Natural - Líquidos das coparticipações pagas pelos associados.

i) Conciliação dos Saldos de Abertura e Fechamento do Valor Justo

dos Ativos dos Planos

Especificação	Capef			
	Plano BD		Plano CV I	
	30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020	31.12.2019
1. Valor Justo dos Ativos do Plano no Início do Período	4.715.575	3.939.911	88.627	54.740
2. Receita de Juros	147.716	342.700	3.245	5.128
3. Contribuições Recebidas do Empregador ⁽¹⁾	37.009	79.129	623	1.520
4. Contribuições Recebidas de Participantes Ativos	80	178	626	1.531
5. Contribuições Recebidas de Participantes Assistidos	40.064	78.919	-	-
6. Reversão de saldo de contribuições da parte CD para a parte BD do plano	-	-	1.132	7.345
7. Benefícios Pagos pelo Plano	(231.946)	(448.414)	(411)	(610)
8. Ganhos / (Perdas) sobre os ativos ⁽²⁾	(382.531)	723.152	(13.800)	18.973
9. Valor Justo dos Ativos do Plano no Final do Período	4.325.967	4.715.575	80.042	88.627

⁽¹⁾ Capef – Plano BD: contribuições relativas a participantes ativos e assistidos;

⁽²⁾ Retorno sobre os ativos do plano, excluindo montantes incluídos nos juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido.

Especificação	Camed		Seguro de Vida	
	Plano Natural			
	30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020	31.12.2019
1. Valor Justo dos Ativos do Plano no Início do Período	158.763	146.781	-	-
2. Receita de Juros	5.550	13.412	-	-
3. Contribuições Recebidas do Empregador ⁽¹⁾	38.077	81.979	2.075	4.103
4. Devolução das Contribuições do Patrocinador	(2.914)	(5.587)	-	-
5. Contribuições Recebidas de Participantes Ativos	378	345	1.408	2.927
6. Contribuições Recebidas de Participantes Assistidos	13.665	26.484	1.642	3.167
7. Despesas Administrativas Pagas pelo Plano	(5.468)	(12.351)	-	-
8. Benefícios Pagos pelo Plano ⁽²⁾	(39.609)	(101.120)	(5.125)	(10.197)
9. Ganhos / (Perdas) sobre os ativos ⁽³⁾	19.428	8.820	-	-
10. Valor Justo dos Ativos do Plano no Final do Período	187.870	158.763	-	-

⁽¹⁾ Camed – Plano Natural: contribuições relativas a associados e aposentados/pensionistas;

⁽²⁾ Camed – Plano Natural: líquidos das coparticipações pagas pelos associados; e

⁽³⁾ Retorno sobre os ativos do plano, excluindo montantes incluídos nos juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido.

Conciliação dos Saldos de Abertura e Fechamento do Efeito do Teto do Ativo

Especificação	Capef	
	Plano CV I	
	30.06.2020	31.12.2019
1. Efeito do Teto do Ativo no Início do Período	(56.268)	(40.202)
2. Juros sobre o Efeito do Teto	(2.082)	(3.817)
3. Remensuração do Efeito do Teto do Ativo	14.777	(12.249)
4. Efeito do Teto do Ativo no Fim do Período	(43.573)	(56.268)

j) Conciliação do Valor Presente da Obrigação e do Valor dos Ativos dos Planos, com os Ativos e os Passivos Reconhecidos no Balanço Patrimonial

Especificação	Capef			
	Plano BD		Plano CV I	
	30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020	31.12.2019
1. Valor Presente da Obrigação Atuarial no Final do Período	(5.111.330)	(5.647.446)	(36.469)	(32.359)
2. Valor Justo dos Ativos do Plano no Final do Período	4.325.967	4.715.575	80.042	88.627
3. Superávit (Déficit) do Plano (item 1 – item 2)	(785.363)	(931.871)	43.573	56.268
4. Efeito do Teto do Ativo no Final do Período	-	-	(43.573)	(56.268)
5. Passivo Reconhecido no Balanço Patrimonial no Final do Período	(785.363)	(931.871)	-	-

Especificação	Camed		Seguro de Vida	
	Plano Natural			
	30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020	31.12.2019
1. Valor Presente da Obrigação Atuarial no Final do Período	(2.103.648)	(2.293.236)	(336.014)	(363.829)
2. Valor Justo dos Ativos do Plano no Final do Período	187.870	158.763	-	-
3. Superávit (Déficit) do Plano (item 1 – item 2)	(1.915.778)	(2.134.473)	(336.014)	(363.829)
4. Passivo Reconhecido no Balanço Patrimonial no Final do Período	(1.915.778)	(2.134.473)	(336.014)	(363.829)

k) Valores Reconhecidos no Resultado do Exercício

Especificação	Capef			
	Plano BD		Plano CV I	
	01.01 a 30.06.2020	01.01 a 30.06.2019	01.01 a 30.06.2020	01.01 a 30.06.2019
1. Custo do Serviço Corrente Líquido	(5.915)	(1.376)	560	654
1.1. Custo do Serviço	(5.995)	(1.494)	(66)	(59)
1.2. Contribuições Recebidas de Participantes Ativos	80	118	626	713
2. Juros Líquidos	(29.305)	(25.148)	-	-
2.1. Custo dos Juros	(177.021)	(196.498)	(1.163)	(656)
2.2. Receita de Juros	147.716	171.350	3.245	2.570
2.3. Juros sobre o Efeito do Teto	-	-	(2.082)	(1.914)
3. Valores Reconhecidos no Resultado do Exercício (item 1 + item 2)	(35.220)	(26.524)	560	654⁽¹⁾

⁽¹⁾ valor registrado na rubrica "Reversão de Provisões Operacionais".

Especificação	Camed Plano Natural		Seguro de Vida	
	01.01 a 30.06.2020	01.01 a 30.06.2019	01.01 a 30.06.2020	01.01 a 30.06.2019
1. Custo do Serviço Corrente Líquido	(20.866)	(9.453)	(494)	531
1.1. Custo do Serviço	(21.244)	(9.626)	(1.902)	(988)
1.2. Contribuições Recebidas de Participantes Ativos	378	173	1.408	1.519
2. Juros Líquidos	(75.695)	(66.017)	(13.019)	(6.579)
2.1. Custo dos Juros	(81.245)	(72.723)	(13.019)	(6.579)
2.2. Receita de Juros	5.550	6.706	-	-
3. Valores Reconhecidos no Resultado do Exercício (item 1 + item 2)⁽¹⁾	(96.561)	(75.470)	(13.513)	(6.048)

⁽¹⁾ Inclui contribuições de funcionários cedidos, ressaltadas ao Banco, plano Natural: 01.01. a 30.06.2020: R\$ 30; 01.01. a 30.06.2019: R\$ 40; e Seguro de Vida: 01.01. a 30.06.2020: R\$ 3; 01.01. a 30.06.2019: R\$ 3.

As contribuições referentes à parte CD do plano CV I foram contabilizadas em despesas de benefícios pós-emprego, conforme abaixo:

Especificação	01.01 a 30.06.2020	01.01 a 30.06.2019
1. Contribuições (Parte CD) ⁽¹⁾	(29.764)	(27.442)

⁽¹⁾ Inclusive contribuições de funcionários cedidos: 01.01 a 30.06.2020: R\$ 57; e 01.01 a 30.06.2019: R\$ 93.

As despesas administrativas do plano BD estão contabilizadas em despesas de benefícios pós-emprego, conforme abaixo:

Especificação	01.01 a 30.06.2020	01.01 a 30.06.2019
1. Despesas Administrativas	(2.786)	(3.167)

I) Valores do Período Reconhecidos no Patrimônio Líquido

Os ganhos atuariais decorrentes de premissas financeiras, em 30.06.2020, dizem respeito aos aumentos nas taxas reais de desconto em relação a 31.12.2019, que passaram de 2,87% (31.12.2019) para 3,75% (30.06.2020) no plano BD, de 3,46% (31.12.2019) para 4,21% (30.06.2020) nos planos CV I, Natural e para o Seguro de Vida.

Especificação	Capef			
	Plano BD		Plano CV I	
	01.01 a 30.06.2020	01.01 a 31.12.2019	01.01 a 30.06.2020	01.01 a 31.12.2019
1. Ganhos / (Perdas) sobre os Ativos ⁽¹⁾	(382.531)	723.152	(13.800)	18.973
2. Ganhos (Perdas) atuariais sobre a Obrigação	527.250	(1.074.974)	(2.160)	(9.656)
2.1. Decorrentes de Ajustes de Experiência	64.793	174.051	(4.346)	426
2.2. Decorrentes de Alterações de Premissas Financeiras	462.457	(965.365)	2.186	(10.082)
2.3. Decorrentes da alteração do plano de custeio	-	(106.590)	-	-
2.4. Decorrentes da aplicação dos reajustes dos benefícios	-	(177.070)	-	-
3. Efeito do teto do ativo	-	-	14.777	(12.249)
4. Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido no final do Período (item 1 + item 2 + item 3)	144.719	(351.822)	(1.183)	(2.932)

⁽¹⁾ Retorno sobre os ativos do plano, excluindo montantes incluídos nos juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido;

Especificação	Camed		Seguro de Vida	
	Plano Natural			
	01.01 a 30.06.2020	01.01 a 31.12.2019	01.01 a 30.06.2020	01.01 a 31.12.2019
1. Ganhos / (Perdas) sobre os Ativos ⁽¹⁾	19.428	8.820	-	-
2. Ganhos (Perdas) atuariais sobre a Obrigação	260.665	(604.000)	39.253	(208.564)
2.1. Ajustes de Experiência	25.453	(28.351)	(6.874)	43.187
2.2. Alterações de Premissas Financeiras	268.821	(484.613)	46.127	(85.548)
2.3. Alterações decorrentes da elevação dos custos assistenciais líquidos do ganho decorrente do reajuste da tabela de contribuição de dependentes	-	(196.814)	-	-
2.4. Alterações decorrentes da redução da taxa de despesas administrativas	-	60.846	-	-
2.5. Alterações decorrentes da redução da taxa de inflação médica (HCCTR) e elevação dos custos assistenciais médios	(33.609)	44.932	-	-
2.6. Decorrentes da alteração do Contrato	-	-	-	(166.203)
3. Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido no final do Período (item 1 + item 2 + item 3) ⁽²⁾	280.093	(595.180)	39.253	(208.564)

⁽¹⁾ Retorno sobre os ativos do plano, excluindo montantes incluídos nos juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido;

⁽²⁾ Inclusive diferença de contribuições estimadas, no cálculo atuarial do seguro de vida em grupo: 01.01 a 31.12.2019: (R\$1).

m) Conciliação de movimentação do (passivo)/ativo líquido reconhecido no Período

Especificação	Capef			
	Plano BD		Plano CV I	
	30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020	31.12.2019
1. (Passivo)/Ativo Reconhecido, no Início do Período	(931.871)	(606.070)	-	-
2. Contribuições do Empregador	37.009	79.129	623	1.520
3. Valores Reconhecidos no Resultado	(35.220)	(53.108)	560	1.412
4. Valores Reconhecidos no Patrimônio do Período	144.719	(351.822)	(1.183)	(2.932)
5. (Passivo)/Ativo Reconhecido, no Final do Período	(785.363)	(931.871)	-	-

Especificação	Camed		Seguro de Vida	
	Plano Natural			
	30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020	31.12.2019
1. (Passivo)/Ativo Reconhecido no Início do Período	(2.134.473)	(1.474.370)	(363.829)	(147.161)
2. Contribuições do Empregador	38.077	81.979	2.075	4.103
3. Devolução de contribuições do patrocinador	(2.914)	(5.587)	-	-
4. Valores Reconhecidos no Resultado	(96.561)	(141.315)	(13.513)	(12.207)
5. Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido	280.093	(595.180)	39.253	(208.564)
6. (Passivo)/Ativo Reconhecido no Final do Período	(1.915.778)	(2.134.473)	(336.014)	(363.829)

n) Política de Investimento e Alocação dos Valores Justos dos Planos

As políticas de investimentos, para os planos BD e CV I, são elaboradas anualmente para um período de 5 (cinco) anos, sendo objeto de aprovação pelo Conselho Deliberativo da Capef e têm como principal objetivo definir procedimentos norteadores para administração dos ativos em confronto com as despesas de benefícios, buscando o equilíbrio atuarial de cada plano. A meta do plano BD a ser alcançada em seus investimentos é representada por INPC + 5,50% a.a. e do plano CV I, IPCA + 5,00% ao ano.

Para alocação dos recursos e os limites por segmento de aplicação são consideradas as diretrizes da Resolução CMN nº 3.792, de 24.09.2009 e suas alterações, além dos critérios de segurança, liquidez, rentabilidade e maturidade do plano. A proposta de alocação de recursos é revisada a qualquer tempo, em razão de fato relevante que venha alterar substancialmente as premissas macroeconômicas consideradas.

As deliberações sobre investimentos do plano natural são aprovadas pela Diretoria Executiva e submetidas ao Conselho Deliberativo da Camed. Para os investimentos que possuem vinculação com garantias financeiras junto ao órgão regulador, Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), são observados os limites e condições estabelecidos nos normativos da ANS.

Especificação	Capef				Camed	
	Plano BD (%)		Plano CV I (%)		Plano Natural (%)	
	30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020	31.12.2019
Renda Fixa	89,44	89,17	73,89	79,11	88,59	94,44
Renda Variável	2,97	2,68	12,84	7,30	9,14	2,88
Imobiliários	-	6,34	5,03	6,02	2,27	2,68
Multimercado (Exterior e Fundos Estruturados)	5,66	-	3,76	3,40	-	-
Operações com Participantes	1,93	1,81	4,50	4,17	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-

o) Análise de sensibilidade das principais premissas

A análise de sensibilidade demonstra como a obrigação de benefício definido, na posição de 30.06.2020, seria afetada por mudanças das seguintes premissas relevantes: (i) o acréscimo ou decréscimo de 0,25% a.a. na taxa de juros; (ii) o agravamento ou suavização em 10% nas tábuas de mortalidade de ativos; e (iii) o acréscimo ou decréscimos de 0,25% a.a. na inflação médica (HCCTR) no plano Natural.

Capef - Plano BD	Parâmetros Atuais	Taxa de Juros		Tábuas Biométricas	
	30.06.2020	+0,25%	-0,25%	Agrav (-10%)	Suav. (+10%)
Valor Presente da Obrigação Atuarial	(5.111.330)	(4.999.541)	(5.243.732)	(4.961.790)	(5.277.396)
Valor Justo dos Ativos	4.325.967	4.325.967	4.325.967	4.325.967	4.325.967
Superávit (Déficit) Técnico	(785.363)	(673.574)	(917.765)	635.823	951.429
Variações:					
Aumento/Redução da Obrigação Atuarial (%)		(2,2%)	2,6%	(2,9%)	3,2%
Aumento/Redução do Superávit (Déficit) Técnico (%)		(14,2%)	16,9%	(19,0%)	21,1%

Capef - Plano CV I	Parâmetros Atuais	Taxa de Juros		Tábuas Biométricas	
	30.06.2020	+0,25%	-0,25%	Agrav (-10%)	Suav. (+10%)
Valor Presente da Obrigação Atuarial	(36.469)	(35.800)	(37.167)	(34.673)	(38.524)
Valor Justo dos Ativos	80.042	80.042	80.042	80.042	80.042
Superávit (Déficit) Técnico ⁽¹⁾	45.573	44.242	42.875	45.369	41.518
Variações:					
Aumento/Redução da Obrigação Atuarial (%)		(1,8%)	1,9%	-4,9%	5,6%
Aumento/Redução do Superávit (Déficit) Técnico (%)		1,5%	(1,6%)	4,1%	-4,7%

⁽¹⁾ Valor não reconhecido tendo em vista efeito do teto do ativo.

Camed - Plano Natural	Parâmetros Atuais	Taxa de Juros		HCCTR		Tábuas Biométricas	
	30.06.2020	+ 0,25%	- 0,25%	+ 0,25%	- 0,25%	Agrav (-10%)	Suav. (+10%)
Valor Presente da Obrigação Atuarial	(2.103.648)	(2.024.932)	(2.187.544)	(2.205.540)	(2.007.665)	(1.985.899)	(2.238.415)
Valor Justo dos Ativos	187.870	187.870	187.870	187.870	187.870	187.870	187.870
Superávit (Déficit) Técnico	(1.915.778)	(1.837.062)	(1.999.674)	(2.017.670)	(1.819.795)	(1.798.029)	(2.050.545)
Variações:							
Aumento/Redução da Obrigação Atuarial (%)		(3,7%)	4,0%	4,8%	(4,6%)	(5,6%)	6,4%
Aumento/Redução do Superávit (Déficit) Técnico (%)		(4,1%)	4,4%	5,3%	(5,0%)	(6,1%)	7,0%

Seguro de Vida	Parâmetros Atuais	Taxa de Juros		Tábuas Biométricas	
	30.06.2020	+ 0,25%	-0,25%	Agrav (-10%)	Suav. (+10%)
Valor Presente da Obrigação Atuarial	(336.014)	(322.493)	(350.418)	(352.860)	(317.287)
Superávit (Déficit) Técnico	(336.014)	(322.493)	(350.418)	(352.860)	(317.287)
Variações:					
Aumento/Redução da Obrigação Atuarial (%)		(4,0%)	4,3%	5,0%	(5,6%)
Aumento/Redução do Superávit (Déficit) Técnico (%)		(4,0%)	4,3%	5,0%	(5,6%)

p) Impactos nos Fluxos de Caixas Futuros

q.1) Contribuições Esperadas para o 2º semestre de 2020

Especificação	Capef		Camed	Seguro de Vida
	Plano BD ⁽¹⁾	Plano CV I ⁽²⁾	Plano Natural ⁽³⁾	
1. Contribuições do Empregador	45.689	668	19.601	1.773
2. Contribuições de Empregados Ativos	30	665	-	1.036
3. Contribuições de Ex-empregados Assistidos	45.659	-	16.740	1.921

⁽¹⁾ Exceto contribuições destinadas ao custeio administrativo: 01.01 a 30.06.2020: Empregador: R\$ 3.439 e Empregados/Assistidos R\$ 3.439;

⁽²⁾ Exceto contribuições destinadas à parte CD do plano: 01.01 a 30.06.2020: Empregador: R\$ 30.514 e Empregados: R\$ 30.517;

⁽³⁾ Exceto coparticipações.

q.2) Pagamentos de Benefícios Esperados

Especificação	Capef ⁽¹⁾		Camed ⁽¹⁾⁽²⁾	Seguro de Vida ⁽¹⁾
	Plano BD	Plano CV I	Plano Natural	
Até 1 ano	394.011	1.961	77.329	8.018
De 1 ano a 2 anos	383.751	1.766	78.828	9.320
De 2 anos a 3 anos	363.480	1.435	80.125	9.877
De 3 anos a 4 anos	341.612	1.166	80.624	10.385
Acima de 4 anos	3.628.476	30.141	1.786.743	294.414
Total	5.111.330	36.469	2.103.649	336.014

⁽¹⁾ Os valores de benefícios esperados foram calculados descontados a valor presente.

⁽²⁾ Líquidos de coparticipação de assistidos.

q) Estimativa de Despesas para o 2º semestre de 2020

Especificação	Capef		Camed	Seguro de Vida
	Plano BD	Plano CV I	Plano Natural	
1. Custo do Serviço Corrente Líquido	(5.965)	599	(21.244)	(866)
2. Juros Líquidos	(29.306)	-	(75.695)	(13.019)
3. Total da (Despesa)/Receita a Reconhecer	(35.271)	599	(96.939)	(13.885)

NOTA 25 – Participação nos Lucros e Resultados (PLR)

A provisão para Participação nos Lucros e Resultados dos empregados, no semestre, corresponde a R\$ 19.645 (R\$ 105.003 em 31.12.2019), composta pelo equivalente a 5,91% do lucro líquido do semestre (6,05% em 31.12.2019) e 25% (25% em 31.12.2019) dos dividendos/juros sobre o capital próprio do período.

A despesa de PLR, do semestre, totaliza R\$ 20.661, sendo R\$ 17 a título de participação complementar dos empregados nos resultados de 2019 e R\$ 20.644 (R\$ 46.330 em 30.06.2019) da participação nos resultados do semestre. Dos R\$ 20.644 provisionados no semestre, R\$ 19.645 (R\$ 46.087 em 30.06.2019) são referentes à PLR dos Empregados e R\$ 999 (R\$ 243 em 30.06.2019) dos Administradores. No semestre, os valores pagos de PLR aos Empregados importaram em R\$ 58.933 (R\$ 33.148 em 30.06.2019) e aos administradores R\$ 1.633 (R\$ 1.396 em 30.06.2019).

NOTA 26 - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)

- a) O Patrimônio Líquido do FNE, no montante de R\$ 92.803.956 (R\$ 89.289.553 em 31.12.2019), está registrado em conta de compensação do Banco, denominada “Patrimônio de Fundos Públicos Administrados/FNE”.
- b) As disponibilidades e os recursos comprometidos com operações de crédito, que representam as disponibilidades do FNE, no valor total de R\$ 20.719.836 (R\$ 22.691.198 em 31.12.2019), registrados no título “Outras Obrigações/Fundos Financeiros e de Desenvolvimento” são remunerados pela taxa extramercado. No período, a despesa com remuneração dessas disponibilidades foi de R\$ 382.379 (R\$ 361.721 em 30.06.2019).
- c) A provisão para fazer face ao risco nas operações contratadas ao amparo do FNE é constituída obedecendo aos seguintes critérios:
- c.1) nas operações contratadas até 30.11.1998, o Banco é isento de risco;
 - c.2) para as operações contratadas a partir de 01.12.1998, excluindo-se as operações no âmbito do Pronaf (Grupos A, A/Microcrédito, B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem/98, Semiárido-Seca 2012 e Seca-2012-Custeio), o risco do Banco é de 50% do valor calculado na forma da Resolução CMN nº 2.682, de 21.12.1999; e
 - c.3) o risco do Banco é integral sobre as operações de crédito renegociadas e reclassificadas para o FNE, com base na Lei nº 11.775, de 17.09.2008, bem como sobre operações registradas em Devedores por Repasses do Fundo, de acordo com a Portaria do Ministério da Integração nº 147, de 05.04.2018. Nos financiamentos contratados com recursos do FNE, com base nas Leis nºs 12.716, de 21.09.2012 e 12.844, de 19.07.2013, destinados à liquidação de operações do Banco com outras fontes de recursos, permanecerá a mesma posição de risco da operação a ser liquidada.
- d) A composição dos saldos dos financiamentos com risco para o Banco e das provisões contabilizadas em “Provisão para Garantias Financeiras Prestadas” do Banco é a seguinte:

Nível de Risco	SalDOS 30.06.2020	Provisão Normal em 30.06.2020 ^{(1) (2)}	Provisão Prudencial em 30.06.2020 ⁽³⁾	Total da Provisão em 30.06.2020	SalDOS 31.12.2019	Provisão em 31.12.2019 ⁽¹⁾ ₍₂₎
AA	27.221.493	-	-	-	23.744.405	-
A	20.688.239	51.981	13.515	65.496	18.297.029	45.788
B	5.498.090	27.732	13.866	41.598	5.699.923	28.786
C	1.792.995	26.798	15.632	42.430	1.714.095	25.646
D	926.882	46.336	23.168	69.504	886.581	44.349
E	742.120	112.109	18.685	130.794	938.294	141.085
F	425.512	106.700	10.670	117.370	370.768	92.668
G	197.412	69.244	7.419	76.663	357.882	125.306
H	4.615.410	2.299.151	-	2.299.151	4.506.150	2.243.963
Total	62.108.153	2.740.051	102.955	2.843.006	56.515.127	2.747.591

⁽¹⁾ Em 30.06.2020, inclui R\$ 41.790 referente à provisão para fazer face ao risco do Banco em operações de crédito com indícios de irregularidades (R\$ 44.715 em 31.12.2019)

⁽²⁾ Contemplam os efeitos das renegociações de operações de crédito, com base na Lei nº 13.340, de 28.09.2016, que autorizou a concessão de rebate e a repactuação de dívidas das operações de crédito rural contratadas até 31.12.2011, com recursos oriundos do FNE e recursos mistos do FNE com outras fontes.

⁽³⁾ Constituída a partir de modelo estabelecido internamente de classificação de risco de crédito, para fazer face às incertezas econômicas decorrentes da pandemia do Covid-19.

- e) Para as contratações efetuadas após 30.11.1998, o *delcredere* é de 3% a.a., quando o risco for de 50% e de 6% a.a., quando contratadas em nome do próprio Banco ao amparo de repasses com base no artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989. Nas operações reclassificadas para o FNE com base na Lei nº 11.775, de 17.09.2008, o *delcredere* é de 3% a.a. ou de 6% a.a., conforme regulamentado na Portaria Interministerial nº 245, de 14.10.2008, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional. A receita de *delcredere* foi de R\$ 382.380 (R\$ 376.774 em 30.06.2019).
- f) No período, a taxa de administração foi de R\$ 720.223 (R\$ 678.894 em 30.06.2019), calculada à base de 2,4% ao ano sobre o Patrimônio Líquido e apropriada mensalmente.
- g) A MP nº 812, convertida na Lei nº 13.682, de 19.06.2018, determinou as seguintes alterações, com vigência a partir de 2018:
- redução anual da taxa de administração à base de 0,3%, passando de 3% em 2018 para 1,5% a partir de 2023;
 - a base de cálculo é o Patrimônio Líquido do FNE, deduzido do saldo das disponibilidades de que trata o Artigo 4º da Lei nº 9.126, de 10.11.1995, dos valores repassados ao Banco com base no Artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989 e dos saldos das aplicações no âmbito do Pronaf de que tratam o Artigo 6º da Lei nº 10.177, de 12.01.2001, e o regulamento (MCR-10) do Programa (grupos A/Microcrédito, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem 98, Semiárido-Seca-2012 e Seca-2012/Custeio);
 - o Banco fará jus ao percentual de 0,35% (trinta e cinco centésimos por cento) ao ano sobre os saldos das disponibilidades de que trata o Art. 4º da Lei nº 9.126, de 10.11.1995;
 - o montante a ser recebido pelo Banco em razão da taxa de administração, deduzido o valor da remuneração sobre as disponibilidades, poderá ser acrescido de até 20% (vinte por cento) com base no fator de adimplência referente aos empréstimos com risco operacional assumido integralmente pelo FNE ou com risco compartilhado entre o Banco e o Fundo, calculado de acordo com a metodologia de apuração do provisionamento para risco de crédito aplicável ao crédito bancário; e
 - a taxa de administração somada à remuneração sobre as disponibilidades ficam limitadas, em cada mês, a 20% (vinte por cento) do valor acumulado, até o mês de referência, das transferências de que trata a alínea c do inciso I do caput do art. 159 da Constituição Federal, realizadas pela União.
- h) Medidas adotadas para mitigar os impactos econômicos da pandemia Covid-19

A Resolução CMN nº 4.798, de 06.04.2020, suspendeu por até 12 (doze) meses as parcelas vencidas e vincendas até 31 de dezembro de 2020, com eventual acréscimo ao final da operação, para as operações não rurais, adimplentes ou em atraso até 90 dias, de responsabilidade de beneficiários do FNE que forem impactados em decorrência do estado de calamidade pública reconhecido em ato do Poder Executivo.

A Resolução CMN nº 4.801, de 09.04.2020, autorizou a prorrogação para até 15 de agosto de 2020 das parcelas dos créditos vencidas de 01 a 14.08.2020 das operações de crédito rural de custeio e de investimento contratadas por produtores rurais, inclusive agricultores familiares, e suas cooperativas, cuja comercialização da produção tenha sido prejudicada em decorrência das medidas de distanciamento social adotadas para mitigar os impactos provocados pela pandemia COVID-19.

O montante das operações de crédito que tiveram parcelas suspensas com base nessas Resoluções está demonstrado no quadro a seguir:

Especificação	Quantidade	Valor
Resolução CMN Nº 4.798, de 06.04.2020	79.836	41.743.040
Resolução CMN Nº 4.801, de 09.04.2020	26.163	123.380
Total	105.999	41.886.420

NOTA 27 - Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)

O FAT é um fundo especial, de natureza contábil e financeira, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), destinado ao custeio do Programa do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e ao financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico. As principais ações financiadas pelo Banco com recursos do FAT encontram-se descritas conforme abaixo:

Especificação	Tade ⁽¹⁾	30.06.2020	31.12.2019
Protrabalho Investimento	004/2007	104.454	105.039
Total		104.454	105.039

As obrigações contraídas junto ao FAT, registradas em “Depósitos Especiais com Remuneração”, da ordem de R\$ 16.374 (R\$ 18.823 em 31.12.2019) têm custo de captação com base na Taxa Média Selic (TMS) enquanto não aplicadas em operações de crédito e com base na Taxa de Longo Prazo (TLP) quando liberados. Os recursos disponíveis totalizam R\$ 832 (R\$ 1.105 em 31.12.2019).

As remunerações sobre os recursos alocados no Banco são recolhidas ao FAT mensalmente, conforme estipulado nas Resoluções Codefat nºs 439/2005, 489/2006 e 801/2017, com um valor mínimo equivalente a 2% calculados sobre o saldo total de cada Tade, acrescidos das disponibilidades que se enquadrem nas condições a seguir, em termos de permanência no caixa do Banco:

- a partir de 2 meses com relação aos reembolsos dos beneficiários finais do crédito, não reaplicados em novos financiamentos; e
- a partir de 3 meses relativamente aos novos depósitos efetuados pelo FAT e não liberados aos mutuários finais.

Especificação	Tade ⁽¹⁾	Devolução de Recursos do FAT			30.06.2020		
		Forma ⁽²⁾	R.A.	Remuneração Selic	Disponível TMS ⁽³⁾	Aplicado TJLP ou TLP ⁽⁴⁾	Total
Proger – Urbano- Investimento	17/2006	RA	23	-	-	-	-
FAT – Infraestrutura ⁽⁵⁾	18/2006	RA	-	-	-	-	-
Protrabalho- Investimento	04/2007	RA	4.422	49	832	15.542	16.374
PNMPO	01/2010	RA	7.399	92	-	-	-
Total (Notas 13.b e Nota 29.a.1)			11.844	141	832	15.542	16.374

Especificação	Tade ⁽¹⁾	Devolução de Recursos do FAT			31.12.2019		
		Forma ⁽²⁾	R.A.	Remuneração Selic	Disponível TMS ⁽³⁾	Aplicado TJLP ou TLP ⁽⁴⁾	Total
Proger – Urbano- Investimento	17/2006	RA	9.575	68	-	-	-
FAT – Infraestrutura ⁽⁵⁾	18/2006	RA	1.288	11	-	-	-
Protrabalho- Investimento	04/2007	RA	7.157	119	346	17.718	18.064
PNMPO	01/2010	RA	31.138	407	759	-	759
Total (Notas 13.b e Nota 29.a.1)			49.158	605	1.105	17.718	18.823

⁽¹⁾ Tade: Termo de Alocação de Depósito Especial.

⁽²⁾ RA – Retorno Automático (Mensalmente, 2% sobre o saldo total);

⁽³⁾ Recursos remunerados pela Taxa Média Selic (TMS);

⁽⁴⁾ Recursos remunerados: Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para operações contratadas até 31.12.2017 e Taxa de Longo Prazo (TLP) para operações contratadas a partir de 01.01.2018.

⁽⁵⁾ Com relação ao FAT – Infraestrutura, o RA é de 1% sobre o saldo e os reembolsos dedutíveis referem-se aos últimos 4 meses.

NOTA 28 - Gerenciamento de Riscos e Índice de Basileia

a) Gestão de Riscos e Capital

Os instrumentos de governança corporativa do Banco incluem estrutura de controles internos com vistas à manutenção de um adequado acompanhamento de riscos operacionais, de crédito, de mercado, de liquidez, da taxa de juros da carteira bancária – IRRBB e socioambiental. A metodologia de gerenciamento de riscos observa as orientações do Comitê de Basileia, buscando a identificação dos riscos existentes e potenciais nos diversos processos do Banco, a implementação e o acompanhamento de indicadores e de mecanismos de mitigação de riscos.

Estrutura de Gerenciamento de Riscos

A estrutura de gerenciamento de riscos é unificada no nível estratégico e específica nos níveis de suas unidades negociais e de suporte, observando o princípio da segregação das atividades. As unidades e suas responsabilidades básicas referentes à gestão de riscos são definidas, formalmente normatizadas e divulgadas no site de políticas e normas da instituição.

A atuação dessa estrutura leva em consideração o equilíbrio financeiro do banco e é pautada na política de integridade e ética da instituição e nos princípios de responsabilidade socioambiental, nas relações com seus clientes, parceiros, funcionários, acionistas, prestadores de serviços e sociedade.

Nesse propósito, a Gestão Integrada de Riscos do Banco incorpora, como princípio essencial, a manutenção de sistema de gestão de riscos estruturado e integrado às atividades gerenciais da instituição. Disponibiliza informações que subsidiam as diversas instâncias decisórias do Banco a avaliar os riscos envolvidos e destina-se a orientar a gestão dos riscos que se interpõem à consecução dos objetivos empresariais. Para isso, utiliza regras baseadas em princípios e boas práticas de governança corporativa, implantadas sob a orientação da superior administração do Banco e dos órgãos supervisores.

Estrutura de Gerenciamento de Capital

A Diretoria Executiva é responsável pela definição da estrutura de gerenciamento de capital do Banco, incluindo o Plano de Capital para o período de 2020 a 2024, que foi aprovado pelo Conselho de Administração em 02.12.2019. É da responsabilidade da Diretoria de Controle e Riscos, o gerenciamento de capital, tendo sido estruturada unidade administrativa específica para esse fim, conforme requerido pelo CMN, em sua Resolução nº 4.557, de 23.02.2017. As informações referentes à Estrutura de Gerenciamento de Capital podem ser consultadas no portal: www.bnb.gov.br.

A gestão da adequação de capital do Banco é feita levando-se em conta as exigências regulatórias acrescidas de uma meta de Capital de 1,0 ponto percentual acima dos requerimentos mínimos, considerando-se as exigências de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I, de Capital Principal e do Adicional de Capital Principal (ACP).

O Banco elabora seu Plano de Capital em consonância com o Planejamento Estratégico, de forma a refletir os resultados ali planejados e, ao mesmo tempo, atender ao disposto na Resolução 4.557 do CMN. Nesse sentido, com o intuito de aumentar a aderência do Plano de Capital ao planejamento empresarial, optou-se por, a partir da versão elaborada em 2018, estender o seu horizonte para cinco anos, ultrapassando em dois anos o mínimo definido na citada resolução.

No plano elaborado para o período de 2020 a 2024 não se vislumbrou indícios de descumprimento dos requerimentos mínimos de capital regulatórios, tampouco do limite mínimo estabelecido para o acionamento do plano de contingência (mínimo mais meta de capital), em nenhum dos cenários utilizados.

Política Corporativa de Gestão de Riscos

A política corporativa de gestão de riscos contempla orientações e diretrizes integradoras das atividades do Banco para a gestão dos riscos de crédito, operacionais, de mercado, de liquidez, de taxa de juros para os instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB), de concentração e socioambiental. O Comitê de Gestão de Riscos aprecia e encaminha, para deliberação da Diretoria Executiva, e do Conselho de Administração, as propostas de criação e ajustes nas estratégias, políticas, modelos e procedimentos para gestão de riscos, ficando a cargo da Diretoria de Controle e Risco a coordenação da sua implementação e desempenho no Banco, por meio de unidade específica que realiza o gerenciamento integrado de riscos, em nível corporativo, definindo metodologias e modelos de gestão e promovendo a disseminação da cultura de gestão de riscos.

Maiores informações relativas ao gerenciamento de riscos, focadas em questões acerca do Patrimônio de Referência (PR) e do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA), conforme prescreve a Circular nº 3.678, de 31.10.2013, do Bacen, podem ser encontradas no portal: www.bnb.gov.br.

b) Risco de Crédito

O risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados; desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; reestruturação de instrumentos financeiros ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

Especificação	Exposição	
	30.06.2020	31.12.2019
Operações de concessão de crédito, coobrigações e Garantias Prestadas	49.416.957	45.232.910
Público	1.188.639	1.080.003
Privado	48.228.318	44.152.907
Comércio	5.114.798	4.170.917
Comércio Exterior	765.195	776.651
Indústria	8.050.738	7.427.931
Infraestrutura	14.994.676	13.628.564
Microfinança Urbana	4.575.997	4.327.132
Pessoas Físicas	121.236	128.248
Rural	9.038.901	8.758.702
Outros Serviços	5.566.777	4.934.762
Operações de Mercado	47.400.091	46.250.525
Títulos Públicos Federais	43.296.761	43.360.635
Operações Compromissadas	6.987.313	6.382.342
Outras	36.309.448	36.978.293
Depósitos Interfinanceiros	393.167	75.991
Outros Títulos e Valores Mobiliários	1.398.310	1.025.081
Outras Operações	2.311.853	1.788.818
Demais Ativos	5.253.190	4.892.986
Total	102.070.238	96.376.421

O Banco utiliza-se do fluxo constante de informações para identificar, mensurar, monitorar, avaliar, reportar, controlar e mitigar o risco, de forma a manter a exposição ao risco de crédito em conformidade com os parâmetros definidos na Declaração de Apetite por Riscos - RAS. Para tanto, são utilizados diversos instrumentos, tais como: políticas de crédito, modelos e metodologias de avaliação de risco, metodologia para segregação do ativo de crédito em problemático e não problemático, relatórios gerenciais, sistema de classificação de risco e de cálculo de despesas com provisões para créditos de liquidação duvidosa.

Além disso, qualquer deferimento de limite de risco segue o modelo de alçadas por colegiado. De acordo com suas características e valor, os limites poderão ser calculados de forma automática ou analisados e decididos nos comitês de avaliação de crédito das Agências ou nos comitês de deferimento de limite de risco das Centrais de Apoio Operacional, ou ainda, serem encaminhados para decisão pelo comitê de deferimento de limite de risco para cliente na Direção Geral ou pela Diretoria Executiva.

Todas as operações de crédito, com exposição a risco para o banco, são objeto de classificação de risco, mediante a composição da avaliação de risco do cliente com a pontuação de risco da operação de crédito, de acordo com as características de valor, prazo, natureza, finalidade e situação das garantias quanto a sua suficiência e liquidez.

Garantias de Operações de Crédito acima de R\$ 5.000 com Risco Total para o Banco

As garantias oferecidas para lastrear as operações de crédito são avaliadas em função de sua qualidade, grau de removibilidade e suficiência. Os saldos expostos a risco das operações de crédito com saldo acima de R\$ 5.000 importam em R\$ 3.062.698 (R\$ 3.283.834 em 31.12.2019). Essas operações estão lastreadas por garantias reais no montante de R\$ 3.766.431 (R\$ 4.703.071 em 31.12.2019).

c) Risco de Liquidez

Risco de liquidez é a possibilidade de ocorrerem desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis (descasamentos) que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, bem como pela possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu volume ser maior que o normalmente transacionado pelo mercado ou em razão de alguma descontinuidade deste.

O Banco utiliza-se de modelos de projeções para estimar as variações de caixa e gerenciar sua capacidade de honrar os compromissos futuros, comunicando a situação de liquidez da empresa à administração por meio de relatórios diários.

O relatório diário de gestão dos riscos de mercado e de liquidez contempla, dentre outros elementos, o índice de liquidez do Banco, representado pela razão das disponibilidades sobre os compromissos previstos para os próximos 90 dias. As disponibilidades que integram a base de cálculo desse índice são compostas por reservas

bancárias e pela parcela de alta liquidez dos depósitos interfinanceiros, das operações compromissadas e da carteira própria de títulos.

Especificação		30.06.2020(%)	31.12.2019(%)
Índice de Liquidez	Na data-base	300,03	931,37
	Média dos últimos 12 meses	744,85	854,15
	Máximo dos últimos 12 meses	1.092,25	1.114,25
	Mínimo dos últimos 12 meses	300,03	493,14

d) Risco de Mercado

Risco de mercado é a possibilidade de perda do valor econômico dos ativos e/ou de elevação do valor econômico dos passivos, assim como a redução de receitas financeiras e elevação de despesas financeiras, resultantes de variações em fatores como taxas de juros, taxas de câmbio, preços de ações e de *commodities*.

Na gestão dos riscos de mercado, o Banco adota metodologias e instrumentos validados pelo mercado, tais como:

- Value at Risk (VaR)* de operações ativas e passivas das carteiras de negociação;
- Variação no valor econômico dos instrumentos financeiros (ΔEVE) da carteira bancária;
- Variação do resultado da intermediação financeira (ΔNII) da carteira bancária;
- Mapa de requerimentos mínimos de capital;
- Relatório de exposição cambial;
- Análise de sensibilidade;
- Testes de estresse;
- Testes de aderência (*backtesting*); e
- Relatórios de acompanhamento dos limites estabelecidos para as parcelas de exposição a riscos de mercado.

Constitui atividade importante da gestão dos riscos de mercado a elaboração de relatórios gerenciais diários, trimestrais e anuais, destinados à administração e disponíveis aos órgãos reguladores e de controle. Referidos relatórios contêm, dentre outras, informações detalhadas e análises sobre os níveis de exposição das carteiras de negociação e bancária, níveis de exposição cambial e índices de liquidez.

Além desses relatórios, o monitoramento dos limites de exposição ao risco de mercado e de liquidez contempla um sistema de alerta, operacionalizado com o intuito de imprimir maior tempestividade às informações gerenciais necessárias à tomada de decisão pelas instâncias competentes, baseado nos procedimentos abaixo:

Limites de Exposição ao Risco	Procedimento de Controle
<ul style="list-style-type: none"> 1% (um por cento) do valor do Patrimônio de Referência (PR) nível I – limite máximo de perda da Carteira de Negociação; 12% (doze por cento) do valor do Patrimônio de Referência (PR) nível I - limite máximo para o resultado da variação no valor econômico (ΔEVE) dos instrumentos financeiros da carteira bancária, utilizado para mensurar o risco de taxas de juros (IRRBB); 12% (doze por cento) do valor do Patrimônio de Referência (PR) nível I – limite máximo para a variação do resultado de intermediação financeira (ΔNII) dos instrumentos financeiros da carteira bancária, utilizado para mensurar o risco de taxas de juros (IRRBB); 5% (cinco por cento) do valor do Patrimônio de Referência (PR) nível I - limite máximo de exposições em moeda estrangeira. 	<p>Caso o nível de exposição seja superior a 80% do limite, é emitido um alerta às áreas gestoras dos produtos responsáveis pela exposição, dando conhecimento à Diretoria Executiva, e aos Comitês de Gestão de Riscos e de Capital.</p> <p>Caso o nível de exposição ultrapasse o limite estabelecido, é emitida uma comunicação formal aos Comitês de Gestão de Riscos e de Capital e à Administração, para avaliação e tomada de decisão visando a correção de rumos e adequação ao parâmetro de tolerância estabelecido na RAS.</p>

Análise de Sensibilidade

Atendendo à determinação constante na Instrução CVM nº 475, de 17.12.2008, realizou-se análise de sensibilidade, com vistas à identificação dos principais tipos de riscos capazes de gerar perdas ao Banco, considerando-se cenários alternativos para o comportamento dos diversos fatores de risco das operações que compõem as carteiras de Negociação e Bancária, cujos resultados são apresentados no quadro abaixo:

Carteira/Fator de Risco	Tipo de Risco	Cenário 1 (Provável)	Cenário 2 (Variação de 25%)		Cenário 3 (Variação de 50%)	
		Saldo	Saldo	Perda	Saldo	Perda
Carteira de Negociação						
Juros Prefixados	Aumento da taxa de juros	774.196	774.006	(190)	773.810	(386)
Carteira Bancária						
Cupom de Dólar	Redução do cupom	(106.265)	(107.064)	(799)	(107.884)	(1.619)
Cupom de Euro	Redução do cupom	(1.361)	(1.361)	0	(1.361)	0
Cupom de IGP	Aumento do cupom	174.045	171.126	(2.919)	168.491	(5.554)
Cupom de IPCA	Redução do cupom	277.226	259.086	(18.140)	270.802	(6.424)
Cupom de TJLP	Aumento do cupom	75.039	73.962	(1.077)	72.952	(2.087)
Cupom de TR	Aumento do cupom	(2.702.910)	(2.758.138)	(55.228)	(2.796.973)	(94.063)
Juros Prefixados	Aumento da taxa de Juros	4.208.485	4.172.452	(36.033)	4.139.465	(69.020)

(1) Não se verificaram estimativas de perdas para esta carteira no Cenário 3.

Para efeito dos cálculos acima, no cenário 1, que configura a situação mais provável, foram considerados os saldos líquidos das carteiras, em valores marcados a mercado a partir de taxas coletadas na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão S.A. Para a construção dos cenários 2 e 3, aplicaram-se variações de 25% e 50%, respectivamente, nos fatores de risco de mercado considerados, estimando-se novos saldos líquidos para as carteiras. As perdas constituem as diferenças entre os saldos do cenário 1 e os saldos dos cenários 2 e 3.

e) Risco Operacional

O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, ou sistemas, incluindo o risco legal.

A gestão do risco operacional é atividade permanente que exige o comprometimento e o envolvimento de todos os gestores, empregados e colaboradores, e tem como objetivo primordial mitigar a possibilidade e o impacto das perdas operacionais.

O sistema de gerenciamento de risco operacional corporativo visa dar suporte ao cumprimento da política corporativa, em observância aos princípios de governança, bem como atender à regulamentação estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), seguindo o calendário estabelecido pela supervisão bancária.

O gerenciamento do risco operacional corporativo no Banco atua em uma visão de processos e é realizado por estrutura organizacional específica, concebida para oferecer suporte às atividades de avaliações de riscos nos processos de suporte e de negócios da Instituição, tendo como referência maior as Resoluções do Banco Central. Sob o enfoque qualitativo, são utilizadas metodologias de avaliação de riscos em processos, acompanhamento de ações de mitigação e relatórios gerenciais. Outra metodologia utilizada é a de auto avaliação de riscos e de controles em processos – *Risk and Control Self Assessment (RCSA)* que permite simular os riscos inerentes a atividades e procedimentos, bem como definir o seu impacto. Além disso, permite a construção de Matriz de Riscos e definição de indicadores, com o intuito de obter visão ampliada dos riscos em processos e aprimoramento do seu gerenciamento.

f) Exposição Cambial

As operações contratadas com cláusula de reajuste cambial apresentaram o saldo líquido de exposição cambial vendida, no importe de R\$ 42.068 (R\$ 47.271 em 31.12.2019 – posição vendida), conforme a seguir:

Especificação	30.06.2020	31.12.2019	Especificação	30.06.2020	31.12.2019
Disponibilidades	2.664	1.939	Depósitos	-	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	33.459	24.441	Relações Interdependências	4.662	3.381
Operações de Crédito	539.634	423.461	Obrigações por Empréstimos e Repasses - Do País	73.561	59.338
Outros Créditos	1.144.706	879.654	Obrigações por Empréstimos e Repasses - Do Exterior	548.475	431.861
			Outras Obrigações	1.135.833	882.186
Total de Ativos em Moedas Estrangeiras, exclusive Derivativos	1.720.463	1.329.495	Total de Passivos em Moedas Estrangeiras	1.762.531	1.376.766
Operações de Swap	-	-			
Total de Exposição Ativa em Moedas Estrangeiras	1.720.463	1.329.495	Total de Exposição Passiva em Moedas Estrangeiras	1.762.531	1.376.766

A exposição cambial é mantida abaixo dos limites estabelecidos na Política Corporativa de Gestão de Riscos (5% do Patrimônio de Referência).

g) Limites Operacionais – Acordo de Basileia

Em 30.06.2020, o Banco apresentou um índice de Basileia Amplo (incluindo o capital para cobertura do IRRBB) de 13,63% (14,35% em 31.12.2019). O índice de Nível I ficou em 10,46% (10,44% em 31.12.2019) e o índice de Capital Principal em 9,17% (9,04% em 31.12.2019). O PR apurado foi de R\$ 8.502.388 (R\$ 8.265.588 em 31.12.2019), o Nível I ficou em R\$ 6.448.044 (R\$ 5.982.984 em 31.12.2019) e o Capital Principal em R\$ 5.652.155 (R\$ 5.181.944 em 31.12.2019), enquanto os ativos ponderados pelo risco (montante RWA) totalizaram R\$ 61.628.837 (R\$ 57.311.851 em 31.12.2019). Não se registrou, no período avaliado, a possibilidade de descumprimento dos requisitos de capital previstos na regulamentação em vigor.

i. Requerimentos Mínimos de Capital (Basileia III)

Especificação	30.06.2020	31.12.2019
Patrimônio de Referência (PR)	8.502.388	8.265.588
. Nível I	6.448.044	5.982.984
. Capital Principal	5.652.155	5.181.944
. Capital Complementar	795.889	801.040
. Nível II	2.054.344	2.282.604
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	61.628.838	57.311.851
. Parcela RWACPAD	50.405.382	46.532.628
. Parcela RWACAM	57.354	59.350
. Parcela RWAJUR	4.275	42.050
. Parcela RWACOM	4.825	4.375
. Parcela RWAOPAD	11.157.002	10.673.448
Margem sobre o PR Requerido	3.572.081	3.680.640
Capital para o Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária (IRRBB)	58.926	21.535
Margem sobre o PR Requerido Considerando o IRRBB	3.513.155	3.659.105
Margem sobre o PR Nível I Requerido	2.750.314	2.544.273
Margem sobre o Capital Principal Requerido	2.878.857	2.602.911
Adicional de Capital Requerido- ACP (1,25%)⁽¹⁾	770.361	1.432.796
Margem sobre o Adicional de Capital Requerido	1.979.953	1.111.477
Índices de Basileia:		
. Índice de Capital Principal (Requerimento mínimo de 4,5%)	9,17%	9,04%
. Índice de Nível I (Requerimento mínimo de 6,0%)	10,46%	10,44%
. Índice de Patrimônio de Referência (Requerimento mínimo de 8,0%)	13,80%	14,42%
. Índice de Patrimônio de Referência incluindo IRRBB	13,63%	14,35%

⁽¹⁾ até dezembro/2019 era 2,5%; a partir de abril/2020, passou a ser 1,25%.

Onde:

- . RWACPAD: parcela relativa às exposições a risco de crédito.
- . RWACAM: parcela relativa às exposições em ouro, em moeda estrangeira e em ativos sujeitos à variação cambial.
- . RWAJUR: parcela relativa às exposições sujeitas à variação de taxas de juros.
- . RWACOM: parcela relativa às exposições sujeitas à variação dos preços de mercadorias.
- . RWAOPAD: parcela referente ao risco operacional.
- . RBAN: capital para cobertura do risco das operações sujeitas à variação de taxas de juros não classificadas na carteira de negociação.

ii. Detalhamento do PR – (Basileia III)

Especificação	30.06.2020	31.12.2019
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR)	8.502.388	8.265.588
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL I	6.448.044	5.982.984
Capital Principal	5.652.155	5.181.944
Capital Social	5.569.988	3.813.000
Reservas de Lucros	1.224.431	2.651.514
Reservas de Capital e de Reavaliação	13.698	13.726
Outros Resultados Abrangentes	(919.521)	(1.050.835)
Instrumentos de Dívida Elegível a Capital Principal	500.000	500.000
Ajustes Prudenciais	(736.441)	(745.461)
Ajuste Prudencial – Ativos Intangíveis	(721)	(563)
Ajuste Prudencial – Créditos Tributários de Diferenças Temporárias	(670.091)	(741.219)
Ajuste Prudencial – Diferença a Menor – Ajustes Res. CMN nº 4.277	(65.629)	(3.679)
Capital Complementar	795.889	801.040
Instrumentos elegíveis ao Capital Complementar	795.889	801.040
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL II	2.054.344	2.282.604
Instrumentos Elegíveis ao Nível II	2.054.344	2.282.604

O Instrumento de Dívida Elegível a Capital Principal, contratado com a União Federal, compõe o Patrimônio de Referência (PR) Nível I, na condição de Capital Principal do Banco, conforme autorização do Bacen. Esse instrumento, como previsto na Resolução nº 4.192/2013 do CMN, possui cláusula de recompra, que foi utilizada pelo Banco na concretização de amortização de um total de R\$ 500.000, dividido em duas parcelas de R\$ 250.000, devidamente autorizada pelo Bacen.

As Letras Financeiras Subordinadas no valor de R\$ 801.040, captadas em junho de 2019, foram autorizadas pelo Bacen a compor o PR Nível I, a título de Capital Complementar. Essas letras atendem ao disposto no Artigo 10º da Resolução nº 4.733/2019 do CMN que permite a recompra de até 3% do seu valor contábil. No período, houve a recompra de Letras Financeiras no valor de R\$ 5.151.

O Instrumento de Dívida e as Letras Financeiras Subordinadas, citados anteriormente têm caráter de perpetuidade, não possuindo vencimento, conforme exigência da Resolução nº 4.192/2013 do CMN para que possam ser elegíveis ao Nível I do Patrimônio de Referência.

Os contratos de Dívida Subordinada firmados com o FNE, autorizados a compor o Nível II do PR, antes da entrada em vigor da Resolução CMN nº 4.192, de 01.03.2013, de acordo com o § 2º do seu artigo 23, serão elegíveis até sua amortização. Com a publicação da Resolução nº 4.679, de 31.07.2018, do CMN, esses contratos tiveram seus saldos congelados na posição de 30.06.2018 e serão excluídos do Nível II do PR à razão de 10% ao ano, a partir do exercício de 2020. Esses dois contratos, embora não seja exigência da Resolução nº 4.192/2013, também são perpétuos.

iii. Razão de Alavancagem (RA)

A Razão de Alavancagem, conforme metodologia aprovada pela Circular Bacen nº 3.748, de 27.02.2015, corresponde ao resultado da divisão do PR de Nível I, pela Exposição Total. A Razão de Alavancagem do Banco está demonstrada no quadro abaixo:

Especificação	30.06.2020	31.12.2019
PR Nível I	6.448.044	5.982.984
Exposição Total	100.136.009	96.438.083
Razão de Alavancagem (%)	6,44	6,20

iv. Índice de Imobilização

O índice de imobilização do Banco, calculado na forma das disposições da Resolução CMN nº 2.669, de 25.11.1999, encontra-se demonstrado a seguir:

Especificação	30.06.2020	31.12.2019
Patrimônio de Referência para o Limite de Imobilização	8.502.387	8.265.588
Limite para Imobilização (50% do PR ajustado)	4.251.194	4.132.794
Situação	234.465	231.910
Margem	4.016.729	3.900.884
Índice de imobilização	2,76%	2,81%

NOTA 29 - Partes Relacionadas

a) Transações com partes relacionadas

A política de transações com partes relacionadas do Banco foi atualizada por deliberação do Conselho de Administração em reunião realizada em 08.08.2019 estando divulgada ao mercado. Dentre outras, a política dispõe que na realização de transações com partes relacionadas sejam aplicadas as condições e taxas compatíveis com as práticas de mercado, além de estabelecer orientações a serem observadas em potenciais conflitos de interesses.

No período, o Banco realizou transações bancárias com as partes relacionadas, tais como, depósitos em conta corrente (não remunerados), aplicações financeiras e operações de crédito.

a.1) As principais transações com empresas públicas, autarquias, programas e fundos sob controle do Governo Federal, apresentam a seguinte composição:

Especificação	30.06.2020	31.12.2019
Passivos		
Depósitos a Prazo - FAT (Notas 13.b e 27)	16.374	18.823
Obrigações por Repasses do País – Instituições Oficiais (Nota 14.b)	1.137.787	1.167.737
Tesouro Nacional	526	505
BNDES	1.095.854	1.118.933
Finame	41.407	48.299
Outras Obrigações	24.592.789	26.756.657
FNE	20.726.716	22.702.557
FDNE	644.616	662.590
Fundo da Marinha Mercante (FMM)	107.980	96.311
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Principal (Notas 17)	500.000	750.000
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Notas 17)	2.613.477	2.545.199
Total	25.746.950	27.943.217

a.2) Apresentam-se a seguir, os saldos das obrigações com Planos de Benefícios Pós-Emprego:

Especificação	30.06.2020	31.12.2019
Plano de Aposentadoria e Pensão BD (Notas 24)	785.363	931.871
Plano de Assistência Médica (Notas 24)	1.915.778	2.134.473
Seguro de Vida – Benefício Pós-Emprego (Notas 24)	336.015	363.829
Total	3.037.156	3.430.173

a.3) As principais receitas e despesas com partes relacionadas estão relacionadas abaixo:

Especificação	01.01 a 30.06.2020	01.01 a 30.06.2019
Depósitos a Prazo - FAT	(32.756)	(54.199)
Tesouro Nacional	(21)	(16)
BNDES	(56.673)	(52.855)
Finame	(1.798)	(1.646)
FMM	(18.383)	(4.122)
FNE	549.899	137.425
FDNE	12.008	13.172
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Principal	(28.236)	(157.531)
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	(68.277)	(88.569)
Plano de Aposentadoria e Pensão BD	(38.006)	(29.691)
Plano de Aposentadoria e Pensão CV I	(29.148)	(26.697)
Plano de Assistência Médica	(96.531)	(75.429)
Seguro de Vida – Benefício Pós-Emprego	(13.509)	(6.044)

b) Remuneração da Administração

A remuneração do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal está demonstrada a seguir:

Especificação	01.01 a 30.06.2020	01.01 a 30.06.2019
Honorários	2.127	1.892
Diretoria	1.847	1.613
Conselho de Administração	144	143
Conselho Fiscal	136	136
Outros	1.044	603
Remuneração Variável (RVA)	936	828
Total dos Benefícios de Curto Prazo	4.107	3.323
Benefícios Pós-Emprego	137	125
Total	4.244	3.448

O Banco oferta aos diretores, como benefícios pós-emprego, Planos de Previdência e de Assistência Médica, nas mesmas condições oferecidas aos empregados.

O Banco não concede empréstimos ou adiantamentos ao pessoal-chave da administração, conforme normas vigentes.

NOTA 30 - Outras Informações

a) Ações preventivas com vistas a minimizar os efeitos da pandemia COVID-19

No período, o Banco fez comunicado ao mercado informando sobre a adoção de ações preventivas que visam minimizar os efeitos da pandemia COVID-19, alinhadas às medidas recomendadas pelo Governo Federal, dando continuidade à missão de atuar como o Banco de desenvolvimento da Região Nordeste. As medidas consistem em: prorrogação de prazos, repactuação, ampliação de carências, redução de tarifas e aumento de limites, sobre as modalidades de empréstimos e financiamentos, inclusive, Microcrédito, Capital de Giro e Crédito Direto ao Consumidor.

Com efeito, o Banco constituiu provisão prudencial, no importe de R\$ 146.207, para cobertura do risco de crédito da carteira de créditos, com elevação dos percentuais de provisão para cada nível de risco, em relação aos percentuais mínimos estabelecidos pela Resolução nº 2.682 do CMN, mediante modelo desenvolvido internamente. Desse montante, R\$ 42.642 se referem a operações do próprio Banco (Nota 9.c) e R\$ 103.565 a operações de Fundos sobre as quais o Banco detém risco, sendo R\$ 102.955 do FNE (Nota 26.d) e R\$ 610 do FDNE.

A Administração do Banco decidiu pela não antecipação de distribuição de dividendo por conta do dividendo mínimo obrigatório do exercício, sobre o resultado apurado no 1º semestre, observando-se os requisitos prudenciais transitórios estabelecidos pelo CMN, por meio da Resolução nº 4.820, de 29.05.2020.

b) Declaração de Conformidade

Confirmamos que todas as informações relevantes, próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas na gestão do Banco.

c) Aprovação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, por meio de reunião realizada em 07 de agosto de 2020.

Fortaleza (CE), 07 de agosto de 2020.

A Diretoria

Obs.: As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Ao

Conselho de Administração, aos Acionistas e aos Administradores

Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Fortaleza

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("Banco") que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco do Nordeste do Brasil S.A. em 30 de junho de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os

assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco.

1. Contingências

Conforme mencionado na nota explicativa nº 22, o Banco é parte em diversos processos administrativos e judiciais envolvendo questões de naturezas trabalhistas, fiscais e cíveis, oriundos do curso ordinário de seus negócios. Consideramos como um dos principais assuntos de auditoria, devido ao fato de que a expectativa de perda e os montantes atribuídos envolverem julgamentos da administração e de seus assessores jurídicos, sobre temas muitas vezes complexos.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Dentre outros procedimentos, obtivemos confirmações quanto aos processos em andamento, com os assessores jurídicos internos e externos do Banco e confrontamos as estimativas de perda e montantes atribuídos com os controles operacionais e registros contábeis do Banco. Para os processos mais relevantes, testamos o cálculo dos valores registrados e divulgados e analisamos a razoabilidade das estimativas em relação a jurisprudência e teses jurídicas conhecidas. Analisamos, também, as comunicações recebidas dos órgãos de fiscalização relacionadas a processos, autuações e discussões das quais o Banco é parte, e a suficiência das divulgações relacionadas às questões oriundas de contingências e das provisões registradas. Por fim, avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pelo Banco sobre os riscos fiscais, cíveis e trabalhistas na nota explicativa nº 19 às demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os riscos trabalhistas, fiscais e cíveis e nos resultados obtidos, consideramos apropriadas as provisões e divulgações preparadas pela administração, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

2. Planos de benefício pós-emprego

O Banco possui passivos relevantes relacionados a planos de benefícios pós-emprego que, conforme mencionado na nota explicativa nº 24, compreendem benefícios de aposentadoria, saúde e seguro de vida. Consideramos como um dos principais assuntos de auditoria devido à magnitude dos valores envolvidos e à complexidade dos modelos de avaliação dos passivos atuariais, que contemplam a utilização de premissas de longo prazo, tais como: mortalidade geral; entrada em invalidez; custos médicos; crescimento salarial; composição familiar; taxa de desconto e inflação. Portanto, eventuais diferenças nas premissas e estimativas utilizadas no cálculo, podem afetar significativamente o resultado da avaliação atuarial e impactar o valor de obrigação atuarial determinado.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Dentre outros procedimentos, analisamos, com o suporte de nossos especialistas, a metodologia e as principais premissas utilizadas pela administração na avaliação das obrigações atuariais decorrentes dos planos de benefício pós-emprego, verificando a exatidão matemática do cálculo e analisando a consistência dos resultados face aos parâmetros utilizados e às avaliações anteriores. Também fez parte dos procedimentos de auditoria a realização de testes de integridade das bases de dados cadastrais utilizadas nas projeções atuariais e a suficiência das divulgações relacionadas aos planos de benefício pós-emprego.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os planos de benefício pós-emprego, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de avaliação das obrigações atuariais adotadas pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 24, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. Recuperabilidade dos créditos tributários

O Banco possui ativo fiscal diferido, constituído sobre diferenças temporárias na apuração da base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, decorrentes principalmente de despesas de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, benefícios pós-emprego, despesas de outras provisões contingenciais e ajustes a valor de mercado e instrumentos financeiros derivativos.

Consideramos como um dos principais assuntos de auditoria devido ao expressivo montante registrado, e pelo fato do estudo de realização desses ativos envolver um alto grau de julgamento na determinação de premissas sobre a performance futura do Banco, conforme descrito na nota explicativa nº 21.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Dentre outros procedimentos, analisamos a metodologia e as premissas utilizadas pela administração no estudo de realização dos créditos tributários, incluindo as projeções de resultados futuros, bem como o atendimento aos requerimentos do Banco Central do Brasil. Verificamos a exatidão matemática no cálculo e a consistência entre os dados utilizados e os saldos contábeis, assim como as avaliações anteriores e a razoabilidade das premissas utilizadas. Também analisamos a sensibilidade sobre tais premissas, para avaliar o comportamento das projeções com suas oscilações e a suficiência das divulgações em notas explicativas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os créditos tributários, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas relacionadas ao estudo de realização, incluindo as projeções de resultados futuros, preparados pela administração do Banco, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 21, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

4. Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Conforme mencionado na nota explicativa nº 9, o Banco classifica o nível de risco das operações de crédito, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, as garantias atreladas, os atrasos e o histórico de renegociações, conforme os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682. Consideramos como um dos principais assuntos de auditoria devido à relevância dos montantes, e pelo fato da classificação de nível de risco dos clientes e da avaliação das garantias envolverem julgamento por parte da administração.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Efetuamos, entre outros testes, análise da avaliação econômica e financeira realizada pelo Banco no momento de classificação de nível de risco dos clientes, por meio de uma amostra selecionada para teste e, recalculamos a provisão para crédito de liquidação duvidosa com base nos parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682. Adicionalmente, efetuamos procedimentos para mensuração das garantias e monitoramento das transações renegociadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas associadas à provisão adotadas pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 9, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

5. Ambiente de tecnologia

As operações do Banco são extremamente dependentes do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia e seus sistemas, razão pela qual consideramos o ambiente de tecnologia como um dos principais assuntos de auditoria. Devido à natureza do negócio e

volume de transações do Banco, a estratégia de nossa auditoria é baseada na eficácia do ambiente de tecnologia.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia ("ITGCs") implementados pelo Banco para os sistemas considerados relevantes para o processo de auditoria. A avaliação dos ITGCs incluiu o envolvimento de especialistas em tecnologia para nos auxiliar na execução de procedimentos de auditoria desenhados para avaliar os controles sobre os acessos, gestão de mudanças e outros aspectos de tecnologia. No que se refere à auditoria dos acessos, analisamos, em bases amostrais, o processo de autorização e concessão de novos usuários, de revogação tempestiva de acesso a colaboradores transferidos ou desligados e de revisão periódica de usuários.

Além disso, avaliamos as políticas de senhas, configurações de segurança e acesso aos recursos de tecnologia. No que se refere ao processo de gestão de mudanças, avaliamos se as mudanças nos sistemas foram devidamente autorizadas e aprovadas pelo Banco em níveis apropriados.

Nos processos considerados significativos para as demonstrações financeiras, identificamos os principais controles automatizados ou que dependem de tecnologia, para, em bases amostrais, efetuar testes com foco no desenho e na efetividade operacional de tais controles.

Nossos testes do desenho e da operação dos ITGCs e dos controles automatizados considerados relevantes para os procedimentos de auditoria efetuados forneceram uma base para que pudéssemos continuar com a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos de auditoria.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao semestre findo em 30 de junho de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco, e apresentada como informação suplementar pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 07 de agosto de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Renata Zanotta Calçada
Contador CRC-1RS062793/O-8

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do Banco do Nordeste do Brasil S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração, do Balanço Patrimonial, das Demonstrações do Resultado, das Demonstrações do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado do Banco do Nordeste do Brasil S.A., relativos ao semestre findo em 30 de junho de 2020, os quais foram aprovados, nesta data, pelo Conselho de Administração.

Com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do semestre e no Relatório dos Auditores Independentes – ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.S., sem ressalvas, nesta data expedido, o Conselho Fiscal opina que o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira do Banco do Nordeste do Brasil S.A..

Certifico que, a íntegra deste Parecer compõe a Ata da 29ª Reunião Extraordinária do Conselho Fiscal, assinada por todos os membros do referido colegiado.

Fortaleza (CE), 07 de agosto de 2020.

CONSELHO FISCAL

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - 1º SEMESTRE DE 2020

1 – Introdução

O Comitê de Auditoria do Banco do Nordeste do Brasil S.A. (Coaud) é um órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração (Consad), composto atualmente por quatro membros nomeados pelo Consad, regido pela Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais), pelo Decreto 8945/2016, pela Resolução CMN 3.198/2004, pelo Estatuto Social do Banco do Nordeste do Brasil, por seu Regimento Interno, e demais legislações aplicáveis. O endereço eletrônico do Comitê de Auditoria do BNB e seu Regimento estão disponíveis na internet em www.bnb.gov.br, na área "Institucional / Sobre o Banco / Relação com os Acionistas e Investidores / Comitês / Comitê de Auditoria".

2 – Atribuições e Responsabilidades

Compete ao Comitê de Auditoria avaliar a qualidade, transparência e a integridade das Demonstrações Financeiras, a efetividade, independência e a qualidade dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa, bem como a qualidade e a efetividade do Sistema de Controles Internos e da gestão de riscos. Além disso, o Comitê de Auditoria recomenda a correção e aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições, sempre que julgar necessário.

Os administradores do Banco do Nordeste do Brasil S.A. são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das Demonstrações Financeiras, gerir os riscos, manter um Sistema de Controles Internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades com as normas legais e regulamentares.

O Comitê de Riscos e de Capital (CRC) assessora o Consad em suas funções relativas à gestão de riscos e de capital. O Coaud avalia e monitora as exposições a riscos mediante interação com o CRC.

A Auditoria Externa é responsável pela auditoria das Demonstrações Financeiras semestrais e pela revisão das informações trimestrais (ITR) arquivadas na CVM, bem como avalia a qualidade e suficiência dos controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das Demonstrações, emitindo opinião sobre elas, sustentada em procedimentos e padrões estabelecidos em normas que regem o exercício da profissão.

A Auditoria Interna, área diretamente ligada ao Conselho de Administração responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos a que o Banco está exposto, monitorando, avaliando e aferindo, de forma ampla e independente, as ações de gerenciamento destes riscos e a adequação da governança e dos controles internos, contemplando as áreas e atividades que apresentam os riscos mais sensíveis às operações e à estratégia do Banco, por meio de verificações quanto a qualidade, suficiência, cumprimento e efetividade.

3 – Atividades do período

As atividades desenvolvidas pelo Coaud, no âmbito das suas atribuições estão registradas em atas de reuniões e cobriram o conjunto de responsabilidades atribuídas ao Comitê.

Em cumprimento às suas atribuições e competências, o Coaud realizou, durante o 1º semestre de 2020, 31 reuniões, destacando-se aquelas com: Conselho de Administração; Conselho Fiscal; Comitê de Riscos e de Capital; Comitê de Remuneração e Elegibilidade, Diretoria Executiva; Presidente do BNB; Auditorias Externa e Interna, e principais gestores das áreas de negócios, Tecnologia da Informação, Controles Internos e Compliance, Segurança, Gestão de Riscos, Contabilidade e Controle Financeiro. Além disso, reuniu-se com a CAPEF - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil e CAMED – Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil. Nessas ocasiões, foram abordados os principais assuntos relacionados a cada área, tendo sido, quando aplicável, feitas recomendações de aprimoramento.

O semestre foi marcado pelos impactos da pandemia causada pelo coronavírus nos domínios econômico, social e sanitário. A Administração do Banco adotou tempestivas medidas para proteção dos seus empregados, clientes, pessoas e empresas com quem são mantidos relacionamentos, ressaltando-se ainda o desempenho e a colaboração do suporte tecnológico da Empresa. O Coaud acompanhou e vem acompanhando tais ações, tendo inclusive formulado recomendação específica à Superintendência de Auditoria para realização de trabalhos de avaliação. Atenção especial tem sido dada aos potenciais impactos nas carteiras de crédito.

O Comitê também acompanha e atua sobre os resultados de inspeções e apontamentos de órgãos externos, tendo mantido reuniões e/ou contatos com representantes dos órgãos de fiscalização e controle, cabendo destacar o reconhecimento de sua atuação pela Supervisão do Banco Central do Brasil.

Os relatórios de atividades, as atas das reuniões do Comitê, bem como o Plano Anual de Trabalho do Coaud são regularmente reportados ao Conselho de Administração.

Não chegou ao conhecimento do Coaud, no semestre, a existência e/ou evidências de fraudes ou inobservância de normas legais e regulamentares que pudessem colocar em risco a continuidade da instituição, perpetradas pela Administração, por funcionários ou por terceiros.

No âmbito da Educação Continuada, embora a pandemia tenha contingenciado a participação presencial em eventos de formação e aperfeiçoamento profissional, os membros do Comitê mantiveram-se atualizados e investindo em capacitação durante o semestre, por meio dos Informes Regulatórios da Febraban e também com a audiência em *lives* e vídeos de empresas de consultoria (McKinsey, KPMG, Ernst & Young, etc.), além de eventos pela internet da própria Febraban e do BNB.

No tocante às suas atribuições, o Comitê de Auditoria desenvolveu as seguintes atividades:

3.1 Auditoria Interna

Nas reuniões com a Superintendência de Auditoria foram debatidos e avaliados, dentre outros, seu processo de planejamento, seus projetos e o cumprimento da legislação e regulamentação aplicáveis à Auditoria Interna. Além disso, foram tratados o resultado da avaliação do sistema de Controles Internos, os sumários e relatórios dos principais trabalhos e o acompanhamento das principais recomendações das auditorias interna e externa e dos órgãos externos de fiscalização e controle. Também foi feito acompanhamento de casos relevantes de auditoria disciplinar.

O Comitê de Auditoria acompanhou as providências saneadoras adotadas pela Administração junto às áreas auditadas.

3.2 Auditoria Externa

O Coaud avaliou o planejamento e os resultados dos principais trabalhos realizados pelos auditores independentes, suas conclusões e recomendações, os principais assuntos de Auditoria por eles abordados e a conformidade com as normas de auditoria aplicáveis relacionados às Demonstrações Financeiras e recomendações para melhoria dos controles internos. O Coaud acompanhou as implementações das respectivas recomendações para aprimoramento de processos, sistemas e mitigação de riscos.

3.3 Sistema de Controles Internos (SCI) e Compliance

A avaliação da efetividade do SCI e Compliance foi fundamentada principalmente nos resultados dos trabalhos realizados pela própria área, pelas auditorias interna e externa, pelos órgãos externos de fiscalização e controle, pela Diretoria de Controle e Risco, e em informações e documentos recebidos e analisados, oriundos de diversas áreas do BNB.

3.4 Transações com Partes Relacionadas

O Coaud avaliou e monitorou, em conjunto com a Administração e com a Auditoria Interna, a adequação das transações com partes relacionadas, de acordo com os requerimentos legais.

3.5 Parâmetros e resultado atuarial

Foram realizadas reuniões com as áreas responsáveis e com a entidade de Previdência Fechada sobre o processo de avaliação atuarial do BNB em relação aos planos patrocinados, bem como foram avaliadas as premissas utilizadas, a aderência das hipóteses atuariais e os resultados auferidos pelos planos.

3.6 Exposição a Risco

Foram avaliadas e monitoradas, em conjunto com o Comitê de Riscos e de Capital, as principais atividades relacionadas ao gerenciamento de riscos.

3.7 Demonstrações Financeiras

Foram examinadas e revisadas as Demonstrações Financeiras do BNB, inclusive notas explicativas, o relatório da Administração e o relatório do Auditor Independente, sem ressalvas, relativos a 30/06/2020.

Antes das divulgações, o Coaud reuniu-se com os auditores independentes para avaliar os aspectos de independência dos auditores e do ambiente de controle na geração das informações a serem divulgadas.

3.8 Recomendações do Comitê de Auditoria

Foram feitas durante o semestre novas recomendações e acompanhadas as implementações das recomendações existentes.

4 – Conclusões

Com base nas atividades desenvolvidas no âmbito das suas competências, e com as limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria apresenta suas conclusões, a seguir:

4.1 Sistema de Controles Internos e Compliance

O Sistema de Controles Internos e Compliance do Banco do Nordeste do Brasil é adequado ao porte e à complexidade dos negócios do Banco, oferece segurança razoável de que os objetivos relacionados à eficiência e à eficácia operacional, ao cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis e à proteção dos ativos do Banco estão sendo atingidos e é objeto de permanente atenção por parte da Administração. Não obstante, ações de melhoria vêm sendo aprovadas e implementadas, objetivando o aprimoramento dos controles para a mitigação dos riscos que possam afetar os processos, operações e negócios da Instituição.

A Administração do Banco evoluiu positivamente em seu modelo de atendimento das demandas envolvendo Tecnologia da Informação, o que deverá contribuir para otimização das operações do Banco, mitigação de riscos e cumprimento das recomendações de auditoria interna e de órgãos de fiscalização externa.

A cultura de controle e integridade continua sendo sedimentada, inclusive no que diz respeito à política de consequências.

As transações com partes relacionadas, avaliadas e monitoradas no período em conjunto com a Administração e com a Auditoria Interna, observaram as normas aplicáveis.

Os principais parâmetros em que se fundamentam os cálculos atuariais dos planos de benefícios do fundo de pensão patrocinado são razoáveis e estão alinhados com as melhores práticas do mercado.

As principais exposições a riscos vêm sendo gerenciadas adequadamente pela Administração. O Comitê continua debatendo com a Administração e com o CRC o tema da gestão integrada de riscos, que vem sendo objeto de atenção e ação coordenada pelo Banco.

As fragilidades em processos, tratadas com a Diretoria, foram solucionadas ou estão em andamento, não existindo casos de recomendações não acatadas.

4.2 Auditoria Interna

A Auditoria Interna desempenha suas funções com independência, objetividade, qualidade e efetividade. O desempenho e os processos da Auditoria Interna continuam apresentando evolução, o que pode ser comprovado pela qualidade dos trabalhos realizados e outras iniciativas, como o desenvolvimento do Sistema Integrado e do Observatório da Auditoria, além da atenção permanente voltada à qualificação dos seus profissionais.

A Auditoria Interna tem respondido adequadamente às demandas do Comitê de Auditoria e às necessidades e exigências do Banco e dos Órgãos reguladores, tendo sua atuação sido reconhecida pela Supervisão do Banco Central do Brasil.

4.3 Auditoria Independente

Não foram identificados fatos relevantes que pudessem comprometer a efetividade da atuação, objetividade e independência da Ernst & Young Auditores Independentes S/s. O Coaud considera que os trabalhos desenvolvidos foram adequados aos negócios do Banco.

4.4 Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras do primeiro semestre de 2020 foram elaboradas em conformidade com as normas legais e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), Comissão de Valores Mobiliários e refletem, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira do Banco.

Fortaleza(CE), 07 de agosto de 2020.

O Comitê de Auditoria

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE - FNE
Administrado pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Demonstrações Financeiras

F N E

Em R\$ MIL

Posição: 30.06.2020

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE - FNE

Administrado pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A.

(Lei nº 7.827, de 27.09.1989)

Demonstrações Financeiras Individuais

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Semestre findo em 30 de Junho de 2020 e Exercício findo em 31 de Dezembro de 2019

(Valores em R\$ Mil)

ATIVO				PASSIVO			
		30.06.2020	31.12.2019			30.06.2020	31.12.2019
CIRCULANTE		33.848.279	36.749.337	CIRCULANTE		-	60
DISPONIBILIDADES	(Nota 4.c.1)	2.542.885	6.091.262	Obrigações Diversas.....		-	60
RECURSOS COMPROMETIDOS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO.....	(Nota 4.c.1)	18.176.951	16.599.936	Provisões para Pagamentos a Efetuar.....		-	60
VALORES A RECEBER-CEF-EQUALIZ. BONUS ADIMPL-PROFROTA.....		190	46				
CRÉDITOS VINCULADOS		47	859	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(Nota 7.b)	92.803.955	89.289.553
Crédito Rural - Proagro a Receber.....		47	859	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO:			
DEVEDORES POR REPASSES.....		61.761	60.708	No Semestre/Exercício.....		4.060.944	8.157.554
Devedores por Repasses-Outras Instituições		61.761	60.708	Em Exercícios Anteriores.....		91.121.727	82.964.174
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(Notas 4.c.2 e 6)	13.059.564	13.985.163	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....		(1.833.666)	(941.402)
Financiamentos.....		5.676.411	6.458.745	RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO.....		(545.050)	(890.773)
Financiamentos a Exportação.....		221.737	181.794				
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento.....		326.133	465.897				
Financiamentos Agroindustriais.....		286.500	255.409				
Financiamentos Rurais.....		7.066.740	7.109.342				
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa).....		(517.957)	(486.024)				
OUTROS CRÉDITOS	(Nota 4.c .4)	6.880	11.359				
Direitos s/Bens Recebidos em Operações de Crédito.....		6.880	11.359				
OUTROS VALORES E BENS	(Nota 4.c.5)	1	4				
Títulos de Cobertura do Proagro.....		4	4				
Títulos da Dívida Agrária.....		7	-				
(Provisão para Desvalorização de Títulos).....		(10)	-				
NÃO CIRCULANTE		58.955.676	52.540.276				
CRÉDITOS VINCULADOS		55	1.195				
Crédito Rural - Proagro a Receber.....		55	1.195				
DEVEDORES POR REPASSES.....		2.737.981	2.676.562				
Devedores Por Repasses-Bco.do Nordeste-Lei Nº 7.827-Art. 9-A	(Nota 5)	2.613.477	2.545.200				
Devedores por Repasses-Outras Instituições.....		124.504	131.362				
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		56.217.435	49.862.247				
Financiamentos.....	(Notas 4.c.2 e 6)	22.149.992	18.800.941				
Financiamentos a Exportação.....		911	1.197				
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento.....		16.140.863	13.767.881				
Financiamentos Agroindustriais.....		729.780	728.394				
Financiamentos Rurais.....		17.195.889	16.563.834				
OUTROS VALORES E BENS	(Nota 4.c.5)	205	272				
Títulos da Dívida Agrária.....		241	306				
(Provisão para Desvalorização de Títulos).....		(36)	(34)				
TOTAL DO ATIVO		92.803.955	89.289.613	TOTAL DO PASSIVO		92.803.955	89.289.613

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE - FNE

Administrado pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Demonstrações Financeiras Individuais

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Semestres findos em 30 de Junho de 2020 e de 2019

(Valores em R\$ Mil)

		30.06.2020	30.06.2019
RECEITAS			
De Operações de Crédito	(Nota 6.f)	505.271	326.667
De Remuneração das Disponibilidades	(Nota 4.b.1.)	382.379	742.662
De Reversão de Provisões Operacionais.....		1	15
DESPESAS			
De Administração.....	(Nota 4.b)	(720.223)	(678.894)
De Remuneração sobre Disponibilidades.....	(Nota 4.b)	(40.046)	(44.845)
De Pronaf-Remuneração do Agente Financeiro/Prêmio de Performance.....	(Nota 4.b)	(212.055)	(201.193)
De Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(460.375)	(447.292)
De Auditoria.....		(2)	(18)
PREJUÍZO NO SEMESTRE		(545.050)	(302.898)

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE - FNE

Administrado pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Demonstrações Financeiras Individuais

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Semestres findos em 30 de Junho de 2020 e de 2019

(Valores em R\$ Mil)

EVENTOS	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS EM 31.12.2018.....	82.964.173	(917.821)	82.046.352
Transferências da União no Semestre.....	4.363.712	-	4.363.712
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	(11.813)	(11.813)
Prejuízo do Semestre.....	-	(302.898)	(302.898)
SALDOS EM 30.06.2019.....	87.327.885	(1.232.532)	86.095.353
MUTAÇÕES DO SEMESTRE.....	4.363.712	(314.711)	4.049.001
SALDOS EM 31.12.2019.....	91.121.727	(1.832.174)	89.289.553
Transferências da União no Semestre.....	4.060.944	-	4.060.944
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	(1.492)	(1.492)
Prejuízo do Semestre.....	-	(545.050)	(545.050)
SALDOS EM 30.06.2020.....	95.182.671	(2.378.716)	92.803.955
MUTAÇÕES DO SEMESTRE.....	4.060.944	(546.542)	3.514.402

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE - FNE

Administrado pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Demonstrações Financeiras Individuais

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Semestres findos em 30 de Junho de 2020 e de 2019

(Valores em R\$ Mil)

	30.06.2020	30.06.2019
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Prejuízo do Semestre.....	(545.050)	(302.898)
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa:		
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.....	460.375	447.292
Provisão para Desvalorização de Títulos.....	2	11
Reversão de Provisões de Operações de Crédito.....	(1)	(15)
Provisão para Pagamentos a Efetuar.....	(59)	(41)
Lucro (Prejuízo) do Semestre Ajustado	(84.733)	144.349
Créditos Vinculados.....	1.951	116
Devedores por Repasses.....	(62.471)	(88.778)
Operações de Crédito.....	(5.889.952)	(4.016.084)
Valores a Receber -CEF-Equaliz Bônus Adimp. Profrota.....	(143)	(199)
Outros Créditos.....	4.479	(1.826)
Outros Valores e Bens.....	55	95
Ajustes de Exercícios Anteriores.....	(1.492)	(11.813)
CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS.....	(6.032.306)	(3.974.140)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Transferências da União.....	4.060.944	4.363.712
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO.....	4.060.944	4.363.712
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	(1.971.362)	389.572
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:		
No início do Semestre.....	22.691.198	24.575.929
No fim do Semestre.....	20.719.836	24.965.501
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	(1.971.362)	389.572

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DO FUNDO
CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE (FNE)**
Semestres findos em 30 de junho de 2020 e Junho de 2019 e Exercício de 2019
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Índice das Notas Explicativas

Nota 1 – Histórico	Nota 6 – Operações de Financiamento e de Repasses e Provisão para Perdas
Nota 2 – Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras	Nota 7 – Patrimônio Líquido
Nota 3 – Administração	Nota 8 – Registro no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi)
Nota 4 – Principais Práticas Contábeis	Nota 9 – Fiscalização
Nota 5 – Repasses ao Banco do Nordeste com base no artigo 9º- A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989	Nota 10 – Aprovação das Demonstrações Financeiras

NOTA 1 – Histórico

O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) originou-se de dispositivo inserido na Constituição Federal de 1988 (artigo 159, inciso I, alínea “c”), sendo regulamentado pela Lei nº 7.827, de 27.09.1989, e alterações posteriores, sendo a mais recente a Lei nº 13.682, de 19.06.2018. Seu objetivo é fomentar o desenvolvimento econômico e social do Nordeste, por meio do Banco do Nordeste do Brasil S.A., mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com os planos regionais de desenvolvimento, com tratamento preferencial às atividades de mini e pequenos produtores rurais, às desenvolvidas por micro e pequenas empresas, às que produzem alimentos básicos e aos projetos de irrigação, sendo vedada a aplicação de recursos a fundo perdido. Em face do disposto no artigo 15-J, da Lei nº 13.530, de 07.12.2017, o FNE poderá aplicar recursos no âmbito do Programa de Financiamento Estudantil, instituído pelo artigo 15-D da referida Lei, destinado à concessão de financiamento a estudantes em cursos superiores não gratuitos, com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação, de acordo com regulamentação própria, e que também tratará das faixas de renda abrangidas por essa modalidade do Fies.

NOTA 2 – Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com observância das disposições da legislação societária, quando aplicáveis, e da regulamentação estabelecida pelo Governo Federal especificamente para os Fundos Constitucionais.

NOTA 3 – Administração

Ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. cabe: aplicar os recursos e implementar a política de concessão de crédito; definir normas, procedimentos e condições operacionais; enquadrar as propostas de financiamentos nas faixas de encargos e deferir os créditos; formalizar contratos de repasses de recursos para outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), observadas as diretrizes estabelecidas pelo Ministério do Desenvolvimento Regional; prestar contas sobre os resultados alcançados; exercer outras atividades inerentes à aplicação dos recursos e à recuperação dos créditos, inclusive renegociar e liquidar dívidas, nos termos definidos nos artigos 15-B, 15-C e 15-D da Lei nº 7.827, de 27.09.1989.

NOTA 4 – Principais Práticas Contábeis

O FNE tem contabilidade própria valendo-se do sistema contábil do Banco para registro de seus atos e fatos, em subtítulos específicos, com apuração de resultados à parte.

O exercício financeiro do FNE coincide com o ano civil, para fins de apuração de resultados.

São as seguintes as principais práticas contábeis:

a) Moeda Funcional

A moeda funcional e de apresentação das Demonstrações Financeiras do FNE é o Real.

b) Apropriação de Receitas e Despesas

- b.1)** As receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência. São receitas do FNE os encargos financeiros incidentes sobre as operações de crédito e a remuneração paga pelo Banco sobre os recursos do FNE momentaneamente não aplicados.

Discriminação	30.06.2020	30.06.2019
Receita com Remuneração das Disponibilidades	382.379	742.662

- b.2)** O artigo 1º-A da Lei nº 10.177, de 12.01.2001, introduzido pela Lei nº 13.682, de 19.06.2018, definiu os encargos financeiros para os financiamentos não rurais com recursos do FNE a serem apurados mensalmente, *pro rata die*, considerados os seguintes componentes:

- I - o Fator de Atualização Monetária (FAM), derivado da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou de outro índice que vier a substituí-lo;
- II - a parcela prefixada da Taxa de Longo Prazo (TLP), apurada e divulgada nos termos do art. 3º e do parágrafo único do art. 4º da Lei nº 13.483, de 21 de setembro de 2017;
- III - o Coeficiente de Desequilíbrio Regional (CDR), definido pela razão entre o rendimento domiciliar per capita da região de abrangência do respectivo Fundo e o rendimento domiciliar per capita do País, limitado ao máximo de 1 (um inteiro); e
- IV - o Fator de Programa (FP), calculado de acordo com o tipo de operação ou a finalidade do Projeto.

A Resolução nº 4.673, de 26.06.2018, do Conselho Monetário Nacional (CMN), definiu a metodologia de cálculo das taxas de juros aplicáveis às operações de crédito rural com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento, exceto às operações no âmbito do Pronaf, denominadas Taxas de Juros Rurais dos Fundos Constitucionais (TRFC), constituídas pelos componentes a seguir descritos, devendo o tomador da operação de crédito rural optar pela taxa de juros pós-fixada ou prefixada no ato da contratação:

- I) FAM: Fator de Inflação Monetária, aplicável à taxa de juros pós-fixada;
- II) FI: Fator de Atualização Implícita, apurado na forma do artigo 4º da Resolução CMN nº 4.664, de 06.06.2018, aplicável à taxa de juros prefixada;
- III) BA: Bônus de Adimplência, aplicado aos encargos financeiros, à base de oitenta e cinco centésimos ou um inteiro.
- IV) CDR: Coeficiente de Desequilíbrio Regional;
- V) FP: Fator de Programa, definido em resolução;
- VI) FA: Fator de Ajuste, definido em resolução;
- VII) Jm: taxa de juros prefixada calculada e divulgada na forma da Resolução CMN nº 4.600, de 25.09.2017.

A Resolução CMN nº 4.674, de 26 de junho de 2018, estabeleceu os encargos financeiros para as operações rurais realizadas com recursos do FNE, contratadas no período de 1º de julho de 2018 a 30 de junho de 2019, conforme a finalidade do crédito e o porte do tomador, levando em consideração os Fatores de Programa ali definidos, o Fator de Ajuste Monetário e o Coeficiente de Desequilíbrio Regional aplicáveis, nos seguintes termos:

- a) Taxa efetiva de juros prefixada, variando de 5,41% ao ano a 6,14% ao ano; ou
- b) Taxa pós-fixada, composta de parte fixa variando de -0,61% ao ano a 0,46% ao ano, acrescida do Fator de Atualização Monetária, apurado na forma do artigo 3º da Resolução CMN nº 4.673, de 26.06.2018.

O bônus de adimplência será aplicado sobre a parcela da dívida paga até a data do respectivo vencimento, observada a metodologia definida no artigo 2º da Resolução CMN nº 4.673, de 26.06.2018.

Na hipótese de desvio na aplicação dos recursos, o mutuário perderá, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis, inclusive de natureza executória, todo e qualquer benefício, especialmente os relativos ao bônus de adimplência.

Os encargos financeiros para a situação de normalidade, às taxas previstas na legislação, são contabilizados nas adequadas contas de resultado do FNE. Sobre os valores vencidos e não pagos, incidem encargos de inadimplemento, pactuados contratualmente, sendo contabilizada, como rendas a apropriar do FNE, a parcela desses encargos que supera as taxas previstas na legislação.

O reconhecimento da despesa relativa aos bônus é feito concomitantemente com o pagamento dos encargos pelo mutuário.

Nas operações de financiamento no âmbito do Pronaf são aplicados os encargos financeiros estabelecidos pelo CMN, conforme a legislação e o regulamento do Programa constante no Manual de Crédito Rural do Bacen.

b.3) O del credere do Banco está assim estipulado:

- I) 3% a.a. nas operações contratadas com recursos do FNE, a partir de 01.12.1998, conforme Lei nº 10.177, de 12.01.2001;
- II) 6% a.a. nas operações resultantes de repasses de recursos ao Banco, para que este, em nome próprio e com seu risco exclusivo, realize operações de crédito (artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989);
- III) 2,5% a.a. nas operações do Programa Nacional de Financiamento da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional (Profrota Pesqueira) com empresas de grande porte, com risco compartilhado, na forma do Decreto nº 5.818, de 26.06.2006, combinado com a Resolução CMN nº 3.293, de 28.06.2005;
- IV) percentual negociado com as instituições financeiras operadoras de repasses de recursos do FNE, respeitado o limite estabelecido na legislação (Portaria nº 147, de 05.04.2018), do Ministério do Desenvolvimento Regional;
- V) não há incidência nos financiamentos enquadrados no Pronaf A, A/Microcrédito, B, A/C, Semiárido, Floresta, Emergencial, Enchentes, Estiagem, Semiárido-Seca-2012 e Seca-2012-Custeio, conforme previsto na legislação e no regulamento do Programa; e
- VI) 3% a.a. nas hipóteses definidas no artigo 1º, incisos I a IV, e de 6% a.a. nas hipóteses definidas no artigo 1º, parágrafo único, da Portaria Interministerial nº 245, de 14.10.2008, para as operações de crédito reclassificadas nos termos do artigo 31 da Lei nº 11.775, de 17.09.2008.

b.4) Constituem despesas do FNE os valores relativos à taxa de administração a que o Banco faz jus como gestor do Fundo, à remuneração ao Banco sobre as disponibilidades do Fundo, à taxa de administração adicional, à remuneração do Banco sobre os saldos dos financiamentos no âmbito do Pronaf A, A/Microcrédito, B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem, Semiárido Seca-2012 – Grupo B, Semiárido Seca-2012 – Outros Grupos, Seca-2012-Custeio – Grupo B, Seca-2012-Custeio – Outros Grupos e Demais Pronafs com risco compartilhado, à remuneração do Banco sobre os desembolsos do Pronaf A/Microcrédito, B, Semiárido, Floresta e demais Pronafs com risco compartilhado, ao prêmio de desempenho sobre os reembolsos do Pronaf A, A/Microcrédito, B, A/C, Semiárido, Floresta, Semiárido-Seca-2012 – Outros Grupos, Seca-2012-Custeio - Outros Grupos e demais Pronafs com risco compartilhado, à constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa de que trata a Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional, e à contratação de auditoria externa, além dos bônus e descontos definidos na legislação.

A taxa de administração paga ao Banco é apropriada mensalmente, conforme os percentuais a seguir, definidos no artigo 17-A da Lei nº 7.827, de 12.09.1989 (introduzido pela Lei nº 13.682, de 19.06.2018), aplicados sobre o Patrimônio Líquido do FNE deduzido do saldo das disponibilidades de que trata o artigo 4º da Lei nº 9.126, de 10.11.1995, dos valores repassados ao Banco do Nordeste com base no artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989, dos saldos dos repasses a outras instituições na forma da Portaria nº 147, de 05.04.2003, do Ministério da Integração Nacional, e dos saldos das aplicações no âmbito do Pronaf de que tratam o artigo 6º, da Lei nº 10.177, de 12.01.2001, e o regulamento do Programa (grupos A/Microcrédito, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem 98, Semiárido-Seca-2012 e Seca-2012/Custeio):

- I) 2,7% (dois inteiros e sete décimos por cento) ao ano, no exercício de 2019;
- II) 2,4% (dois inteiros e quatro décimos por cento) ao ano, no exercício de 2020;
- III) 2,1% (dois inteiros e um décimo por cento) ao ano, no exercício de 2021;
- IV) 1,8% (um inteiro e oito décimos por cento) ao ano, no exercício de 2022; e
- V) 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) ao ano, a partir de 1º de janeiro de 2023.

O Banco do Nordeste faz jus à remuneração no percentual de 0,35% (trinta e cinco centésimos por cento) ao ano sobre os saldos das disponibilidades de que trata o artigo 4º da Lei nº 9.126, de 10.11.1995.

O montante a ser recebido pelo Banco do Nordeste em razão da taxa de administração, deduzido o valor da remuneração sobre as disponibilidades, poderá ser acrescido de até 20% (vinte por cento) com base no fator de adimplência referente aos empréstimos com risco operacional assumido integralmente pelo FNE ou com risco compartilhado entre o Banco e o FNE, calculado de acordo com a metodologia de apuração do provisionamento para risco de crédito aplicável ao crédito bancário. O fator de adimplência será regulamentado por ato conjunto dos Ministros de Estado da Economia e do Desenvolvimento Regional e divulgado pelo Ministério da Economia.

A taxa de administração somada à remuneração ao Banco do Nordeste sobre as disponibilidades fica limitada, em cada mês, a 20% (vinte por cento) do valor acumulado, até o mês de referência, das transferências de que trata a alínea c do inciso I do caput do artigo 159 da Constituição Federal. A sistemática do cálculo e da apropriação da taxa de administração foi regulamentada no Decreto nº 9.290, de 21.02.2018, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 9.539, de 24.10.2018.

A remuneração do Banco do Nordeste sobre os saldos dos financiamentos do Pronaf, a remuneração sobre os desembolsos e o prêmio de desempenho sobre os reembolsos seguem os percentuais e critérios definidos na legislação e no Regulamento do Programa.

Discriminação das Despesas do FNE	30.06.2020	30.06.2019
Taxa de Administração	720.223	678.894
Remuneração ao BNB sobre Disponibilidades	40.046	44.845
Remuneração sobre Saldos PRONAF	145.301	139.201
Remuneração sobre Desembolsos PRONAF	34.613	31.346
Prêmio de Desempenho	32.141	30.646
Total	972.324	924.932

c) Ativo Circulante e Não Circulante

São apresentados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos.

- c.1)** O Caixa e Equivalentes de Caixa são formados pelas Disponibilidades, que representam os recursos livres para aplicação em operações de crédito, e os Recursos Comprometidos com Operações de Crédito, que representam as disponibilidades comprometidas, referentes às parcelas ainda não liberadas das operações contratadas, correspondentes aos valores pendentes de liberação até a data da apuração, acrescidos das liberações previstas para os 12 (doze) meses seguintes e de eventuais descasamentos entre os valores a liberar após esses 12 (doze) meses e a estimativa de ingressos de recursos no FNE ao longo desse período. As disponibilidades do FNE em poder do Banco do Nordeste são remuneradas com base na taxa extramercado, divulgada pelo Bacen.

Especificação	30.06.2020	31.12.2019
Disponibilidades	2.542.885	6.091.262
Recursos Comprometidos com Operações de Crédito ⁽¹⁾	18.176.951	16.599.936
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	20.719.836	22.691.198

- c.2)** O total das Operações de Crédito é apresentado pelo valor de principal acrescido dos encargos financeiros, retificados por rendas a apropriar e pela provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 6).

- c.3)** A Lei nº 13.340, de 28.09.2016, com as alterações introduzidas pelas Leis nºs. 13.465, de 11.07.2017, 13.606, de 09.01.2018, e 13.729, de 08.11.2018, autoriza a liquidação e a renegociação de dívidas do crédito rural contratadas até 31.12.2011 com recursos do FNE e com mix de recursos de outras fontes com o FNE, e das operações ao amparo do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (Prodecir) Fase III, estabelecendo, para os casos de liquidação, rebates sobre o saldo devedor atualizado, conforme os critérios ali definidos, autorizando o FNE a assumir os ônus decorrentes da medida. Segue quadro demonstrativo de dispensas/rebates, conforme as Leis nºs. 12.249, 12.844 e 13.340:

Especificação	30.06.2020	30.06.2019
Dispensa/Rebate Operações FNE Honradas pelo Banco	673	4.388
Dispensa/Rebate Operações com Outras Fontes - BNB	392	317.562
Descontos Concedidos em Renegociações	7.381	87.058
Total	8.446	409.008

- c.4)** São registrados na rubrica "Outros Créditos" os direitos do FNE sobre bens móveis ou imóveis recebidos pelo Banco do Nordeste para amortização ou liquidação de dívidas. Após a alienação

dos bens, os valores obtidos na venda são rateados entre o FNE e o Banco, na proporção do risco assumido, conforme dispõe o artigo 7º da Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005.

Especificação	30.06.2020	31.12.2019
Direitos s/Bens Recebidos em Operações de Crédito	6.880	11.359
Total de Outros Créditos	6.880	11.359

- c.5) Os valores recebidos em Títulos da Dívida Agrária, para o pagamento de créditos concedidos com recursos do FNE, e aqueles recebidos para cobertura de créditos concedidos ao amparo do Proagro, são registrados na rubrica “Outros Valores e Bens” e estão contabilizados pelo valor de face, acrescido da remuneração prevista para cada papel, e são considerados os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização, quando aplicável.

Especificação	30.06.2020	31.12.2019
Títulos de Cobertura do Proagro	4	4
Títulos da Dívida Agrária	248	306
(Provisão para Desvalorização de Títulos)	(46)	(34)
Total de Outros Valores e Bens	206	276

d) Isenção Tributária

O FNE goza de isenção tributária, estando os seus resultados, rendimentos e operações de financiamento livres de qualquer tributo, contribuição ou outro gravame, na forma da Lei nº 7.827, de 27.09.1989 e alterações posteriores.

NOTA 5 – Repasses ao Banco do Nordeste com base no artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989

O saldo devedor dos repasses realizados ao Banco do Nordeste, mediante Instrumento de Dívida Subordinada, apresenta a seguinte composição:

Especificação	30.06.2020	31.12.2019
Recursos Disponíveis	2.098.345	1.629.533
Recursos Aplicados	515.131	915.667
Total de Repasses ao Banco do Nordeste	2.613.477	2.545.200

Em Recursos Disponíveis são registrados os valores momentaneamente não aplicados em operações de crédito pelo Banco do Nordeste, sendo remunerados com base na taxa extramercado divulgada pelo Bacen. Essa remuneração é contabilizada em Recursos Disponíveis tendo como contrapartida conta específica de receitas de Remuneração de Recursos Disponíveis – Repasses Lei nº 7.827 – artigo 9º-A. Os Recursos Aplicados correspondem aos valores liberados aos mutuários dos financiamentos contratados pelo Banco do Nordeste, atualizados pelos encargos pactuados nos respectivos instrumentos de crédito, na forma da legislação e do Instrumento de Dívida Subordinada firmado. Esses encargos são contabilizados na conta de Recursos Aplicados em contrapartida à conta de receita de juros de Repasses ao Banco do Nordeste-Lei nº 7.827-Art. 9º-A.

Segue quadro discriminando as remunerações sobre os recursos disponíveis e aplicados:

Especificação	30.06.2020	30.06.2019
Remuneração Recursos Disponíveis	29.160	41.544
Remuneração Recursos Aplicados	39.117	47.025
Total	68.277	88.569

NOTA 6 – Operações de Financiamento e de Repasses e Provisão para Perdas

a) Composição da Carteira de Crédito

a.1) Carteira Total

Financiamentos	30.06.2020			31.12.2019		
	Normal	Atraso	Saldo	Normal	Atraso	Saldo
Financiamentos	27.101.462	724.941	27.826.403	24.461.917	797.768	25.259.685
Financiamentos à Exportação	222.648	-	222.648	182.991	-	182.991
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	16.466.996	-	16.466.996	14.233.777	-	14.233.777
Financiamentos Agroindustriais	951.244	65.036	1.016.280	924.448	59.355	983.803
Financiamentos Rurais	23.599.229	663.400	24.262.629	23.027.094	646.084	23.673.178
Subtotal	68.341.579	1.453.377	69.794.956	62.830.227	1.503.207	64.333.434
Repasses ao BNB	2.613.477	-	2.613.477	2.545.199	-	2.545.199
Repasses a Outras Instituições	147.824	38.441	186.265	153.629	38.441	192.070
Total da Carteira	71.102.880	1.491.818	72.594.698	65.529.055	1.541.648	67.070.703
Provisão	(55.970)	(461.987)	(517.957)	(58.282)	(427.742)	(486.024)
Total Líquido ⁽¹⁾	71.046.910	1.029.831	72.076.741	65.470.773	1.113.906	66.584.679

a.2) Carteira com Risco Integral do BNB

Financiamentos	30.06.2020			31.12.2019		
	Normal	Atraso	Saldo	Normal	Atraso	Saldo
Financiamentos Agroindustriais	2.098	-	2.098	1.934	-	1.934
Financiamentos Rurais	88.663	5.804	94.467	81.348	5.430	86.778
Subtotal	90.761	5.804	96.565	83.282	5.430	88.712
Repasses ao BNB	2.613.477	-	2.613.477	2.545.199	-	2.545.199
Repasses a Outras Instituições	146.391	-	146.391	152.286	-	152.286
Total da Carteira	2.850.629	5.804	2.856.433	2.780.767	5.430	2.786.197
Total Líquido ⁽¹⁾	2.850.629	5.804	2.856.433	2.780.767	5.430	2.786.197

a.3) Carteira com Risco Compartilhado

Financiamentos	30.06.2020			31.12.2019		
	Normal	Atraso	Saldo	Normal	Atraso	Saldo
Financiamentos	26.996.833	716.375	27.713.208	24.355.184	789.750	25.144.934
Financiamentos à Exportação	222.648	-	222.648	182.991	-	182.991
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	16.466.996	-	16.466.996	14.233.777	-	14.233.777
Financiamentos Agroindustriais	881.219	61.508	942.727	856.259	54.751	911.010
Financiamentos Rurais	16.202.336	317.277	16.519.613	15.512.688	307.634	15.820.322
Subtotal	60.770.032	1.095.160	61.865.192	55.140.899	1.152.135	56.293.034
Total da Carteira	60.770.032	1.095.160	61.865.192	55.140.899	1.152.135	56.293.034
Provisão	(36.791)	(274.627)	(311.418)	(38.409)	(287.131)	(325.540)
Total Líquido ⁽¹⁾	60.733.241	820.533	61.553.774	55.102.490	865.004	55.967.494

a.4) Carteira com Risco Integral do FNE

Financiamentos	30.06.2020			31.12.2019		
	Normal	Atraso	Saldo	Normal	Atraso	Saldo
Financiamentos	104.629	8.566	113.195	106.733	8.018	114.751
Financiamentos Agroindustriais	67.927	3.528	71.455	66.255	4.604	70.859
Financiamentos Rurais	7.308.230	340.319	7.648.549	7.433.058	333.020	7.766.078
Subtotal	7.480.786	352.413	7.833.199	7.606.046	345.642	7.951.688
Repasses a Outras Instituições	1.433	38.441	39.874	1.343	38.441	39.784
Total da Carteira	7.482.219	390.854	7.873.073	7.607.389	384.083	7.991.472
Provisão	(19.179)	(187.360)	(206.539)	(19.873)	(140.611)	(160.484)
Total Líquido ⁽¹⁾	7.463.040	203.494	7.666.534	7.587.516	243.472	7.830.988

⁽¹⁾ Para a situação "Normal", foram consideradas as provisões resultantes de renegociações/aquisições e a provisão constituída sobre operações de crédito com indícios de irregularidades, as quais são objeto de sindicâncias conduzidas pela Auditoria Interna. Para a situação "Atraso", foram consideradas as provisões em decorrência apenas do atraso.

b) Distribuição das Operações por Faixa de Vencimento

b.1) Créditos de Curso Normal⁽¹⁾

Tipo Cliente/Atividade	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 30.06.2020	Total em 31.12.2019
Rural	694.901	613.307	570.875	1.558.868	2.462.635	16.153.606	22.054.192	21.869.820
Industria	129.381	18.549	20.551	185.320	1.595.984	15.553.845	17.503.630	14.607.824
Governo	614	614	614	1.841	23.850	848.088	875.621	703.167
Outros Serviços	7.022	8.403	10.619	47.528	1.129.785	15.006.934	16.210.291	15.002.021
Comércio	11.881	18.363	25.628	124.842	1.797.905	5.993.236	7.971.855	6.699.965
Intermediários Financeiros	-	-	-	-	24	156	180	188
Total	843.799	659.236	628.287	1.918.399	7.010.183	53.555.865	64.615.769	58.882.985

⁽¹⁾ incluem os créditos vencidos até 14 dias

b.2) Parcelas Vincendas

Tipo Cliente/Atividade	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 30.06.2020	Total em 31.12.2019
Rural	142.065	33.766	33.741	173.494	292.560	1.524.070	2.199.696	1.887.538
Industria	20.865	19.995	19.215	56.061	94.821	578.765	789.722	1.036.205
Outros Serviços	9.863	9.346	9.041	26.640	47.228	336.427	438.545	538.004
Comércio	13.074	11.895	10.823	29.867	47.654	222.309	335.622	529.829
Total	185.867	75.002	72.820	286.062	482.263	2.661.571	3.763.585	3.991.576

b.3) Parcelas Vencidas

Tipo Cliente/Atividade	1 a 14 dias	15 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 30.06.2020	Total em 31.12.2019
Rural	4.712	43.407	75.524	59.393	160.193	356.997	514	700.740	674.205
Industria	9.063	10.391	24.484	26.159	81.169	164.570	6	315.842	336.243
Outros Serviços	2.900	6.550	11.541	12.771	39.782	88.569	-	162.113	174.009
Comércio	4.097	7.970	15.423	17.118	59.076	133.218	6	236.908	274.415
Total	20.772	68.318	126.972	115.441	340.220	743.354	526	1.415.603	1.458.872

c) O risco sobre as operações com recursos do FNE está assim distribuído, consoante a legislação que regulamenta os Fundos Constitucionais de Financiamento, o Pronaf e o disposto no artigo 8º na Lei nº 13.001, de 20.06.2014:

c.1) Operações contratadas até 30.11.1998:

- o risco é atribuído integralmente ao FNE; e
- nos repasses a outras instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen o risco é de 100% para o FNE. De acordo com cláusula específica inserida nos contratos de repasses, o risco dos financiamentos concedidos aos mutuários finais é assumido integralmente pela instituição operadora;

c.2) Operações contratadas a partir de 01.12.1998:

- nos financiamentos enquadrados no Programa da Terra, o risco é do FNE;
- nas operações no âmbito do Pronaf A, A/Microcrédito, B e A/C e programas Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem, Semiárido-Seca-2012 e Seca-2012-Custeio, o risco é de 100% para o FNE;
- nos repasses ao Banco do Nordeste, para que este, em nome próprio, realize operações de crédito, o risco das operações é integralmente assumido pelo Banco do Nordeste;
- nos repasses a outras instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, contratados a partir da vigência da Portaria nº 616, de 26.05.2003 (atual Portaria nº 147, de 05.04.2018), o Banco do Nordeste detém 100% do risco. Consoante prevê a citada Portaria, e de acordo com cláusula específica constante dos contratos de repasses, o risco dos financiamentos realizados é assumido integralmente pela instituição operadora; nas operações de que trata o artigo 31 da Lei nº 11.775, de 17.09.2008, o risco é de 100% para o Banco do Nordeste, quando o risco da operação original for integralmente atribuído ao Banco do Nordeste, ou compartilhado, na hipótese de a operação renegociada ter este tipo de risco; e

- nas demais operações, o risco é de 50% para o FNE, cabendo 50% de risco ao Banco do Nordeste, onde são observadas as disposições da Resolução CMN nº 2.682, de 21.12.1999.
- d) De acordo com a faculdade prevista no parágrafo único do artigo 3º da Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005, a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, na contabilidade do FNE, segue os critérios definidos no inciso I, alíneas “a” e “b”, desse mesmo artigo, que determina a constituição de provisão para as parcelas com atraso superior a 180 dias, de acordo com o risco assumido pelo FNE. A movimentação do saldo da provisão no semestre é demonstrada no quadro a seguir:

Especificação	30.06.2020	31.12.2019
Saldo Inicial da Provisão para Perdas em Operações de Créditos	486.024	506.638
. Risco Integral do FNE	160.483	163.976
. Risco Compartilhado	325.541	342.662
(+) Constituição de Provisão Líquida no Semestre	460.361	868.799
Despesa de Provisão para Perdas em Operações de Crédito	460.361	868.799
. Risco Integral do FNE	185.652	296.781
. Provisão por Atraso/Renegociações	185.653	296.929
. Ajustes de Provisão por Deságio	(1)	(148)
. Risco Compartilhado	274.709	572.018
. Provisão por Atraso/Renegociações	276.212	574.763
. Ajustes de Provisão de Operações Irregulares	(1.503)	(2.745)
(-) Créditos Baixados como Prejuízo no Semestre	428.428	(889.413)
. Risco Integral do FNE	139.597	(300.274)
. Risco Compartilhado	288.831	(589.139)
(=) Saldo Final da Provisão para Perdas em Operações de Crédito	517.957	486.024
. Risco Integral do FNE	206.538	160.483
. Risco Compartilhado	311.419	325.541

- e) Em 30.06.2020, encontra-se registrado em Provisão para Perdas em Operações de Crédito o montante de R\$ 36.372 (R\$ 37.875 em 31.12.2019), referente à provisão extraordinária para fazer face ao risco do FNE em operações de crédito concedidas com indícios de irregularidades, as quais são objeto de sindicâncias conduzidas pela Auditoria Interna do Banco do Nordeste. Nesse caso, foram considerados os saldos das operações, conforme o risco atribuído ao FNE, efetuando-se a complementação para aquelas que já registravam provisão por atraso na forma da Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005.
- f) Nas Demonstrações do Resultado, as “Receitas de Operações de Crédito” estão registradas pelo seu valor líquido, apresentando a seguinte composição:

Especificação	30.06.2020	30.06.2019
Rendas de Operações de Crédito ⁽¹⁾	1.994.553	2.034.415
<i>Del credere</i> do Banco do Nordeste	(910.075)	(766.983)
<i>Del credere</i> de Outras Instituições	(1.525)	(1.393)
Despesas de Atualização Monetária Negativa	(60.984)	(3.153)
Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações ⁽¹⁾	(7.381)	(87.058)
Despesas de Rebate/Bônus Adimplência-Operações Contratadas pelo Banco do Nordeste	(499.001)	(518.588)
Despesas de Rebate/Bônus Adimplência-Repasses Lei nº 7.827-artigo 9º-A	(5.728)	(7.906)
Despesas de Rebate/Bônus Adimplência-Repasses a Outras Instituições	(554)	(716)
Despesas com Operações Outras Fontes Aquisições Lei Nº 11.322, de 13.07.2006	(274)	-
Despesas com Outras Operações BNB – Rebate Leis nºs 12.249, 12.844, de 11.06.2010 e 19.07.2013 ⁽¹⁾	(392)	(317.562)
Despesas com Operações do FNE Honradas pelo Banco – Rebate Leis nºs 12.249 e 12.844, de 11.06.2010 e 19.07.2013	(673)	(4.388)
Ajuste de Valores Decorrentes da Alienação de Bens	(2.695)	(1)
Total	505.271	326.667

⁽¹⁾ Contempla os efeitos das renegociações de operações de crédito, com base na Lei nº 13.340, de 28.09.2016, com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 13.465, de 11.07.2017, 13.606, de 09.01.2018, e 13.729, de 08.11.2018 (Nota 4.b.3)

O montante de bônus de adimplência concedido pelo FNE no semestre alcançou R\$ 505.283, correspondendo a 25,3% das rendas de operações de crédito. No mesmo período de 2019, essa despesa alcançou R\$ 527.210, equivalente a 25,9% das referidas rendas.

A razão bônus de adimplência/rendas de operações de crédito não guarda correlação com o percentual de bônus de adimplência (15%) definido na legislação atual, porquanto várias faixas de bônus são aplicadas nas operações do FNE, a exemplo das taxas de 25% no semiárido e 15% fora do semiárido, praticadas nas operações mais antigas, além de outras definidas em instrumentos legais específicos.

Os bônus de adimplência foram concedidos na forma da legislação dos Fundos Constitucionais, basicamente em função do pagamento, pelos mutuários, das parcelas de principal e encargos nas datas pactuadas contratualmente, abrangendo as operações de crédito do FNE, as operações resultantes de repasses às instituições operadoras com base na Portaria nº 147, de 05.04.2018, e as operações de repasses ao Banco do Nordeste com base no artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 12.09.1989, conforme discriminado no quadro a seguir:

Especificação	30.06.2020	30.06.2019
Bônus Adimplência Operações de Crédito FNE	498.987	518.588
Bônus Adimplência Repasses a Outras instituições	554	716
Bônus Adimplência Op. Rep. BNB – artigo 9º-A Lei nº 7.827	5.728	7.906
Bônus Adimplência Operações Renegociadas	14	0
Total	505.283	527.210

g) Reconhecimento de Perdas e Devolução da Parcela de Risco do Banco

- g.1)** Não obstante a faculdade prevista no Parágrafo único do artigo 3º da Portaria Interministerial nº 11, segundo o qual o reconhecimento de perdas na contabilidade do FNE pode ser feito por parcelas de principal e encargos vencidas há mais de 360 dias, conforme o percentual de risco assumido pelo FNE, o Banco do Nordeste reconhece as perdas nessas operações considerando as parcelas de principal e encargos vencidas há mais de 329 dias.
- g.2)** A devolução ao FNE dos recursos relativos à parcela de risco do Banco do Nordeste é realizada no segundo dia útil após o reconhecimento das perdas pelo FNE, segundo o critério previsto no inciso II, alínea “a”, do artigo 5º da Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005, observado o disposto na alínea g.1 precedente.
- g.3)** No semestre, o Banco devolveu ao FNE recursos no montante de R\$ 290.566 (R\$ 300.898 no mesmo período de 2019), relativos à parcela de risco do Banco nas operações com valores enquadrados como prejuízo, conforme segue:

Especificação	30.06.2020	30.06.2019
Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005 – Risco Compartilhado	288.843	298.939
Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005 – Risco Integral do Banco	1.723	1.959
Total	290.566	300.898

h) Medidas adotadas para mitigar os impactos econômicos da pandemia Covid-19

A Resolução CMN nº 4.798, de 06.04.2020, suspendeu por até 12 (doze) meses as parcelas vencidas e vincendas até 31 de dezembro de 2020, com eventual acréscimo ao final da operação, para as operações não rurais, adimplentes ou em atraso até 90 dias, de responsabilidade de beneficiários do FNE que forem impactados em decorrência do estado de calamidade pública reconhecido em ato do Poder Executivo.

A Resolução CMN nº 4.801, de 09.04.2020, autorizou a prorrogação para até 15 de agosto de 2020 das parcelas dos créditos vencidas de 01 a 14.08.2020 das operações de crédito rural de custeio e de investimento contratadas por produtores rurais, inclusive agricultores familiares, e suas cooperativas, cuja comercialização da produção tenha sido prejudicada em decorrência das medidas de distanciamento social adotadas para mitigar os impactos provocados pela pandemia COVID-19.

O montante das operações de crédito que tiveram parcelas suspensas com base nessas Resoluções está demonstrado no quadro a seguir:

Especificação	Quantidade	Valor
Resolução CMN Nº 4.798, de 06.04.2020	79.836	41.743.040
Resolução CMN Nº 4.801, de 09.04.2020	26.163	123.380
Total	105.999	41.886.420

NOTA 7 – Patrimônio Líquido

- a) O Patrimônio Líquido do FNE tem como origens:
- a.1) transferências da União, na proporção de 1,8%, extraídas do produto da arrecadação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), realizadas decenalmente;
 - a.2) retornos e resultados de suas aplicações; e
 - a.3) resultado da remuneração dos recursos do FNE momentaneamente não aplicados, paga pelo Banco do Nordeste.
- b) No semestre, o ajuste líquido negativo de R\$ 1.492 (R\$ 11.813 no primeiro semestre de 2019), refere-se a recálculos de encargos sobre operações de crédito.

Especificação	30.06.2020	30.06.2019
Transferências da União no Semestre	4.060.944	4.363.712
Transferências da União em Exercícios Anteriores	91.121.727	82.964.173
Resultados de Exercícios Anteriores	(1.833.666)	(929.634)
Resultado do Semestre	(545.050)	(302.898)
Total do Patrimônio Líquido	92.803.955	86.095.353

NOTA 8 – Registro no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi)

Em cumprimento ao disposto na Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005, as informações contábeis relativas ao FNE são disponibilizadas no Siafi, observando as características peculiares do FNE.

NOTA 9 – Fiscalização

O Banco do Nordeste mantém, permanentemente, à disposição dos órgãos de fiscalização competentes, os demonstrativos dos recursos, aplicações e resultados do Fundo, com posição de final de mês. Na forma da legislação, os balanços do FNE, devidamente auditados, são publicados semestralmente e encaminhados ao Congresso Nacional, para efeito de fiscalização e controle.

NOTA 10 – Aprovação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco do Nordeste, por meio de reunião realizada em 07 de agosto de 2020.

Fortaleza (CE), 07 de agosto de 2020

A Diretoria

Obs.: As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras para propósito especial

Aos Administradores do

Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE

(Administrado pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A.)

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE (“Fundo”) que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas. Essas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis descritas nas notas explicativas nº 2 e 4, sendo consideradas para propósito especial por não atenderem a todos os requerimentos constantes das práticas contábeis adotadas no Brasil.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE em 30 de junho de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis descritas nas notas explicativas nº 2 e 4.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Fundo, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações financeiras para propósito especial

Chamamos a atenção para as notas explicativas 2 e 4 às demonstrações financeiras, que descrevem sua base de elaboração. As demonstrações financeiras foram elaboradas pelo Administrador do Fundo para cumprir os requisitos do conjunto de normativos aplicáveis aos fundos constitucionais. Consequentemente, essas demonstrações financeiras podem não ser adequadas para outro fim. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidade do Administrador do Fundo pelas demonstrações financeiras

O Administrador do Fundo é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis apresentadas nas notas explicativas 2 e 4 e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, o administrador é responsável pela avaliação da capacidade de o Fundo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que o administrador pretenda liquidar o Fundo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

O responsável pela governança do Fundo é o Administrador do Fundo, aquele com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Fundo.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pelo Administrador do Fundo.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pelo Administrador do Fundo, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Fundo. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Fundo a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 07 de agosto de 2020

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Renata Zanotta Calçada
Contador CRC-1RS062793/O-8

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: Cláudio de Oliveira Torres (Presidente) – Charles Laganá Putz - Eudes de Gouveia Varela – José Lucenildo Parente Pimentel – Rheberny Oliveira Santos Pamponet – Ricardo Soriano de Alencar – Romildo Carneiro Rolim

DIRETORIA: Romildo Carneiro Rolim (Presidente) – Anderson Aorivan da Cunha Possa (Diretor de Negócios) – Bruno Ricardo Pena de Sousa (Diretor de Planejamento) – Cornélio Farias Pimentel (Diretor de Controle e Risco) – Hailton José Fortes (Diretor Financeiro e de Crédito) – Haroldo Maia Junior (Diretor de Administração)

CONSELHO FISCAL: Frederico Schettini Batista (Presidente) – André de Castro Silva – Carlos Henrique Soares Nuto – Fabiano de Figueiredo Araújo – José Mário Valle

COMITÊ DE AUDITORIA: Carlos Donizeti Macedo Maia (Coordenador) – Cleber Santiago – Manoel das Neves – Rudinei dos Santos (Membros)

SUPERINTENDENTE DE CONTROLADORIA: Aíla Maria Ribeiro de Almeida Medeiros (Contadora CRC-CE 016318/O-7)

CONTADOR: José Graciano Dias – CRC-CE 007949/O-7